

A FACE OCULTA da NUTRIÇÃO:

Ciência e Ideologia



Maria Lúcia M. Bosi

Acredito que nada é tão urgente quanto analisar a questão das políticas nutricionais no Brasil, na medida em que elas nos traduzem, em termos político-institucionais, a questão da fome no país.

Escândalo para nós e para o mundo, que pergunta — e nos interpela — sobre tal paradoxo em tão rica nação, a fome histórica de nossas populações “pobres”, seja no Nordeste, nas favelas, nas periferias das grandes cidades tem sido tema de seminários nacionais e internacionais há mais de trinta anos.

Na verdade, é da discussão da fome como urgência política dos anos cinquenta que nasceram as políticas de Nutrição dos anos 60. É certo que o Plano Salte, efeito da influência americana no final dos anos quarenta no mundo ocidental e entre nós, já mencionava no meio de sua sigla (AL, de Alimentação) a Nutrição como *affaire* do Estado. Mas é somente com o estado autoritário pós-64 que se lançam as bases institucionais de uma política de estado, com a criação de organizações como o INAN, e com planos nacionais de alimentação. É durante este período histórico que a fome, se torna uma opção institucional de combate, ao estilo das campanhas sanitárias das primeiras décadas do século. Opção que se traduzirá em *Política Nutricional*, com características acentuadamente biomédicas ao nível do discurso técnico e dos programas.

Política que implicará na atribuição de uma porcentagem do orçamento público representando uma soma apreciável de recursos; na compra ou locação — ou ambos — de um grande complexo físico para instalação e funcionamento institucional: na contratação de um corpo de funcionários considerável; na formação de quadros altamente especializados em número não desprezível; na elaboração de

um discurso técnico-científico especificamente voltado para "problema" da Nutrição.

O efeito de metamorfose da realidade social *fome* em discurso biomédico *Nutrição* transparece na imbricação de planos institucionais. A complexa rede de relações entre programas e atividades dos técnicos, de um lado, assim como as contradições entre, discurso e prática institucional, de outro, são apreciadas pela análise da história recente das políticas e instituições voltadas para a Nutrição em nosso país.

É da complexidade dessas relações e contradições, num período particular e importante de nossa história que nos fala Maria Lúcia Bosi. Sua análise é densa, profunda e objetiva, sem perder a clareza. Características importantes para um trabalho sociológico.

O trabalho de Maria Lúcia é duplamente importante, portanto. Em primeiro lugar, pelo tema que analisa: as políticas nacionais de nutrição, em sua articulação com o discurso biomédico, e as ligações entre poder de estado, poder institucional e saber técnico-científico que lhe são subjacentes. Em segundo lugar, pela maneira como conduz metodologicamente seu tema: uma abordagem sócio-histórica, que tenta sintetizar três planos de análise: um macro-estrutural (análise das políticas de nutrição); um micro-estrutural (análise das relações institucionais de poder); um genealógico (análise dos currículos e do discurso técnico-científico na Nutrição).

Creio que a autora se saiu admiravelmente bem nos seus esforços de pesquisadora séria e atenta aos dados, e de profissional nutricionista comprometida com uma realidade que as políticas institucionais não conseguem aprender. Nem modificar.

Madel T. Luz

A questão nutricional
no contexto nacional e internacional:
breve histórico

A nutrição como discurso científico

A política nacional
de alimentação e nutrição pós-70

A reprodução e difusão
do saber em nutrição:
mecanismos, agentes e contradições

Maria Lúcia M. Bosi é carioca. Formou-se em nutrição pela UFRJ e pós-graduou-se em Saúde Pública (em nível de aperfeiçoamento), tendo concluído o Mestrado em Ciências Sociais no IFCS/UFRJ, na área de Política. Atua na área de Nutrição social e é professora universitária de graduação e pós-graduação na UFRJ. Atualmente, leciona na Faculdade de Medicina no Curso de Planejamento e Saúde no Programa de Residência Médica no Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFRJ. Além disto, vem desenvolvendo pesquisa e extensão na área de saúde coletiva e nutrição social.



Editora
UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Horácio Macedo

SUB-REITOR DE ENSINO PARA GRADUADOS
E PESQUISA

Paulo Alcântara Gomes

SUPERINTENDENTE DA EDITORA

Ligia Vassallo

Endereço:

Prédio da Reitoria — sala 306

Cidade Universitária — Ilha do Fundão

CEP: 21.910 — RJ

MARIA LÚCIA MAGALHÃES BOSI

A FACE OCULTA DA NUTRIÇÃO:

ciência e ideologia

Co-edição

Editora Espaço e Tempo / Editora UFRJ

© Maria Lucia Magalhães Bosi

Direitos de publicação:
Editora UFRJ e Editora Espaço e Tempo Ltda.
Rua Francisco Serrador, 2 gr. 604 — Centro
20031 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (021) 262-2011

Capa e diagramação:
Cláudio Mesquita

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B755f Bosi, Maria Lucia Magalhães
A face oculta da nutrição: ciência e ideologia / Maria
Lúcia Magalhães Bosi. — Rio de Janeiro : Espaço e Tempo :
Ed. UFRJ, 1988.

Bibliografia.
Apêndice.
ISBN 85-85114-54-1
85-7108-021-6 (UFRJ)

1. Nutrição. 2. Nutrição — Brasil. 3. Nutrição — Es-
tudo e ensino. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
II. Título.

88-0439

CDD — 612.3
CDU — 612.3

APOIO PROED

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução Geral | 9 |
| <i>Capítulo I. A QUESTÃO NUTRICIONAL NO CON- TEXTO NACIONAL E INTERNACIO- NAL: BREVE HISTÓRICO</i> | 13 |
| <i> Percurso metodológico</i> | 17 |
| <i>Capítulo II. A NUTRIÇÃO COMO DISCURSO CIEN- TÍFICO</i> | 25 |
| <i> Análise do discurso científico</i> | 27 |
| <i>Capítulo III. A POLÍTICA NACIONAL DE ALIMEN- TAÇÃO E NUTRIÇÃO PÓS-70</i> | 59 |
| <i> Aspectos históricos</i> | 66 |
| <i> Análise discursiva</i> | 83 |
| <i>Capítulo IV. A REPRODUÇÃO E DIFUSÃO DO SA- BER EM NUTRIÇÃO: MECANISMOS, AGENTES E CONTRADIÇÕES</i> | 115 |
| <i> A reprodução do saber em nutrição</i> | 116 |
| <i> Os cursos de nutrição no Brasil: aspectos histó- ricos e evolução</i> | 116 |
| <i> O currículo de graduação em nutrição</i> | 127 |

| | |
|--|-----|
| <i>O corpo docente</i> | 142 |
| <i>O corpo discente</i> | 157 |
| <i>O movimento estudantil na área da nutrição</i> | 171 |
| <i>A difusão do saber em nutrição</i> | 184 |
| <i>O programa de disseminação seletiva de informação sobre alimentação e nutrição (PDSI)</i> | 188 |
| CONCLUSÕES | 197 |
| BIBLIOGRAFIA GERAL | 201 |
| ANEXOS | 213 |

Agradecimentos

A Madel Therezinha Luz pelas valiosas contribuições dadas a esta obra.

Às amigas Eliane de Mesquita, Lilian, Kanin, Thêca, Marina e Denise pelo apoio incondicional, sem o qual não teria sido possível chegar até aqui.

Aos meus familiares pela aceitação de todos os momentos que este trabalho consumiu do nosso convívio.

A todos que, direta ou indiretamente, incentivaram a publicação desta obra e, em particular, aos meus alunos, companheiros no difícil trajeto em que desenvolvi as idéias aqui expostas.

Dedicatória

*A Tonny
e Máira
com carinho*

Introdução geral

Este trabalho parte da premissa de que num modo de produção, a manutenção das relações de produção que o caracterizam exigem, como alternativa ao uso da força, a produção e difusão de um conjunto de valores que justifiquem essas relações, o que aqui designamos como Ideologia.

No estágio atual do desenvolvimento capitalista, a dominação tende, de forma crescente, a perder o seu caráter repressivo, realizando-se predominantemente por meio de recursos persuasivos, onde se destaca a contribuição legitimadora da ciência como discurso e prática. Neste espaço, pretendemos analisar a Nutrição como proposta de discurso científico, em seus efeitos ideológicos e políticos, ligados à instância econômica.

A opção por este tema se deve, entre outros motivos, à nossa formação e prática profissional na referida área. A contradição, entre o enfoque com que a Nutrição é abordada no nível do discurso científico e a situação nutricional concreta da população brasileira, nos trouxe, aos poucos, um conjunto de indagações, impelindo-nos à busca de certas respostas.

Um dado que particularmente nos chamou a atenção foi o fato de a ciência da Nutrição buscar (pelo menos no nível da retórica oficial) atuar no sentido de sanar a Problemática Nutricional na sociedade brasileira, enquanto passa por cima da historicidade do problema. Surge aí uma contradição básica

entre o conteúdo científico (e as práticas concretas ligadas a este Saber) e os objetivos com que se justifica, contradição que nos acompanha na nossa prática profissional.

O contato com a Nutrição e os diferentes discursos em luta neste campo nos permitiu identificar os elementos que, em suas relações, delinearam nossa problemática. É esta problemática que nos apontou a necessidade de analisar a estrutura e as contradições existentes entre os diferentes discursos da Nutrição, confrontando-os com a realidade concreta a que se referem.

Parece-nos clara a impossibilidade de explicar o fenômeno *Nutrição* tratando-o como um processo meramente biológico; difícil aceitar sem desconfiança as evidências e constatações transmitidas pelo discurso da ciência oficial. Se, por um lado, o estado nutricional de uma população pode ser medido (descrito) em sua dimensão biológica (daí a importância desta), não menos importantes são as causas, a determinação desse estado, que só pode ser percebida se se ultrapassar o primeiro plano, evidenciando-se o social, nas relações dos indivíduos entre si e com a sociedade que os cerca. Esta é a dimensão que permanece oculta no discurso científico da Nutrição.

Ao empreendermos este trabalho não buscamos construir um *discurso alternativo*, pois, na história recente, têm surgido vários. Tampouco foi nosso intento avaliar os resultados práticos da implementação do que propõe a ciência no campo da Nutrição. O que procuramos foi, antes, analisar a estrutura e a dinâmica de diferentes discursos num certo campo da Ciência (a Nutrição): os elementos com que operam, as lutas entre os mesmos, os diferentes interesses que através deles se expressam e, finalmente, alguns mecanismos que tornam possível a hegemonia de um saber sobre os demais.

O discurso científico da Nutrição possui estrutura idêntica ao das demais ciências ditas "da saúde". Os problemas nutricionais, dentre os quais se destaca, na nossa sociedade, a subnutrição, ou melhor, a Fome, são comumente explicados pela interação de um "agente etiológico" com um "hospedeiro suscetível" num "ambiente favorável".

Desta forma, a ciência "esquece" de considerar que o "agente etiológico" é a falta de alimentos (que deriva de um conjunto de relações); os "hospedeiros" não são quaisquer in-

divíduos, mas determinadas classes sociais; e o "ambiente" também é resultado histórico.

Abstrações como a que acabamos de referir predominam neste tipo particular de discurso relativo à Nutrição, legitimado como científico e base ideológica não só da prática massiva de uma categoria profissional (os nutricionistas) como também de políticas nutricionais implementadas em nossa sociedade.

Observando-se os discursos no campo da Nutrição, notam-se distintos enfoques, sendo que a ênfase predominante se traduz não só no campo da produção científica, mas também em Programas e Projetos nutricionais e na formação de pessoal qualificado para executá-los. A análise desse processo se nos pareceu fundamental para a compreensão da hegemonia de um determinado discurso.

Foi interessante perceber como esse conjunto (ciência-prática-política) evolui harmonicamente, engendrando-se historicamente entre si, mas não sem contradições e sem resistências.

Ao lado do discurso científico, um conjunto de discursos dominados também lutam por sua hegemonia, constituindo elementos de resistência ao avanço do primeiro e ao alcance dos interesses a ele ligados.

Capítulo I

A questão nutricional no contexto nacional e internacional: breve histórico

Com o advento dos anos 70, o capitalismo mundial entra em uma de suas crises e, no Brasil, a falácia do *milagre* começa a se fazer sentir de distintas formas no que tange às condições de vida da classe subalterna. Como não poderia deixar de ser, Saúde e Nutrição, entendidos como objetos de consumo, tornaram-se áreas onde as contradições sociais se fazem sentir com grande força. A perda salarial das classes trabalhadoras, resultado do modelo econômico concentrador de renda adotado, fez com que o salário mínimo real assumisse um papel tragicômico, aliás amplamente divulgado pela imprensa; papel que não cessou de se agravar.

Sob o ponto de vista da situação nutricional da população, o item alimentação passa a ter um peso cada vez maior no gasto das famílias dos assalariados, apesar da existência do Decreto-Lei 399 de 1938, que “assegura” o cálculo dos salários de modo a garantir o mínimo necessário à reprodução da força de trabalho.

Inúmeros são os trabalhos que demonstram e explicam o quadro que se configura desde essa época.¹ Citaremos, a título

1 Ver, a este respeito, as seguintes obras: AROUCA, A. M. O trabalho e a doença e A análise dos determinantes das condições de saúde da população brasileira. In: *Saúde e Medicina no Brasil: Contribuição para um debate*, org. Reinaldo Guimarães, RJ, Graal, 1978; FURTADO, Celso — *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, RJ, Paz e Terra, 1974;

tão de Estado, sendo o II PRONAN lançado como uma das propostas "das mais audaciosas do Governo na área social".⁵

Cria-se, também, nesta década, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), realiza-se o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), cujo enfoque sobre os aspectos do consumo alimentar é notável, e uma série de leis é criada. Além disto, uma sucessão de eventos, somados aos que já citamos são realizados abordando a temática, envolvendo não só o INAN mas uma rede institucional bem ampla: Ministério da Saúde, FIBGE, FINEP, COBAL, entre outras.

Com a implantação do PRONAN, amplia-se o mercado de trabalho do nutricionista (embora, em áreas compreensivelmente bem delimitadas), proliferam os cursos de Nutrição no Brasil, sobretudo nos grandes centros urbanos. Um levantamento realizado pelo INAN, em 1975, apontava a existência de apenas oito cursos.⁶ Em 1981, outro levantamento realizado verificou a existência de 30 cursos⁷ cuja distribuição pelo território nacional pode ser apreciada no Anexo I. Este último levantamento, apontando um aumento de cerca de 300% no número de cursos, demonstra a "preocupação" do Estado com a questão da formação e capacitação de recursos humanos em Nutrição, que também se faz notar no período.

Mas não é só no MEC, INAN e em outros aparelhos estatais que a questão nutricional aparece. O conjunto da sociedade se mobiliza de diferentes formas em torno da questão: frente aos programas e projetos nutricionais, há a resposta da população; no meio acadêmico, os movimentos estudantis e a produção científica inovadora; no meio profissional, a luta por melhores condições de trabalho e pela organização da categoria. Enfim, um período em que a Nutrição,

5 MOVIMENTO, 09/02/76. As concepções subjacentes ao II PRONAN serão discutidas mais adiante no presente trabalho, bem como o destaque dado ao II PRONAN comparativamente às tentativas que lhe antecederam.

6 MINISTÉRIO DA SAÚDE — INAN — Relatório da Comissão — Portaria n.º 013/75.

7 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — SESu/SDA — Cooperação Técnica com os Cursos de Graduação em Nutrição — Projeto da Coordenadoria de Ciências da Saúde — Brasília, janeiro, 1981, pág. 24.

do ponto de vista social, entra em cena, constituindo-se em um campo privilegiado no desdobramento da luta de classes.

Percurso metodológico

O objeto central desta obra é a análise do discurso científico da Nutrição em sua dimensão política, estudando também a sua reprodução como saber dominante que forma técnicos em Nutrição. Pretendemos realizar uma análise que, teoricamente, considere o discurso como manifestação ideológica, mas que não o conceba como mero *conjunto de idéias, representações, valores ou retórica*. Discurso é por nós aqui entendido, fundamentalmente, como uma forma específica de prática social. Enquanto manifestação ideológica, pensamos tomá-lo como "dimensão material específica de poder".⁸ Subjacente ao mesmo, distintos interesses estão em luta, no sentido da manutenção ou da transformação da Ordem Social.

Sendo nosso material básico de investigação diferentes discursos (em especial, o científico) que se relacionam no campo da Nutrição, foi preciso buscar um modelo de análise que pudesse dar conta do que pretendíamos explicitar.

O modelo de análise que utilizamos construiu-se progressivamente, ao longo da etapa de análise do material. Neste momento, pudemos identificar o que denominamos *Temas Centrais, Categorias Discursivas e Temáticas Discursivas*.⁹

Temas Centrais são, para nós, os assuntos privilegiados nos distintos discursos. Na leitura dos documentos, percebemos que um certo número de assuntos formavam a espinha dorsal dos discursos analisados. Certamente, a seleção destes *Temas Centrais* não se descola do interesse que nos levou à realização deste trabalho, fato, aliás, irremediável em qualquer investigação científica.

8 As concepções de discurso e ideologia com que trabalhamos são semelhantes às de LUZ, M. T. *Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Ver Introdução (segunda parte).

9 O método de análise por nós utilizado baseia-se na proposta de LUZ, M. T. encontrada no seu livro *As Instituições Médicas no Brasil* (Introdução à segunda parte), op. cit.

Identificados estes *Temas Centrais*, buscamos identificar também, em cada um, as categorias que lhes dão estrutura. Assim, procuramos distinguir, em cada tema, as principais categorias que formam o núcleo científico, ou seja, aquele que se pretende, em geral, neutro, racional e verificável. O que forma este conteúdo denominamos *categorias discursivas*.

Conforme já citamos, este modelo se construiu ao longo da análise e ao “lermos” estas categorias fomos encontrando uma outra dimensão no discurso: as *temáticas discursivas* — expressão das mais diversas formas, de interesses de classe em jogo, ou seja, a dimensão propriamente política de cada discurso.¹⁰

Com este modelo pudemos trabalhar os discursos, conforme dissemos, não só como retórica mas como projetos normativos que pretendem abarcar nossa sociedade.

Analisando os discursos pudemos entender como as *categorias discursivas* a despeito de se pretenderem neutras, dão legitimidade às *temáticas discursivas* sendo, portanto, também políticas, talvez diferindo das últimas apenas no cinismo e, possivelmente, na eficácia. Ao longo desta análise percebemos, também, como discursos pretensamente distintos, se interrelacionam, se interpenetram, num movimento de complementação/oposição.

É importante frisar que uma vez que assumimos o discurso como prática política, expressão de interesses sociais diversos, não poderíamos tomá-lo como algo monolítico. Procuramos, ao contrário, buscar suas contradições internas e, além disto, explicitar alguns dos mecanismos que respondem pela hegemonia de um dado discurso numa conjuntura específica. Por outro lado, buscamos as resistências que se impõem à realização deste projeto hegemônico. Ciência e Política são por nós entendidas como campos de luta social, estreitamente vinculadas a conjunturas.¹¹

Nossa análise restringe-se ao momento atual. Conforme já referimos, este trabalho centrou-se no período pós-70. Assim, embora assumindo limitações ao elegermos este período (pós-70),

justificamos nosso recorte pelo fato de ser este um importante momento histórico no campo da Nutrição, na sociedade brasileira. Fatos importantes no campo da Nutrição (no nível nacional e internacional), tanto em termos de política na área, quanto ao que tange à ciência e à mobilização de novos setores em torno da questão se fazem presentes, como vimos há pouco.

Nosso trabalho se constitui essencialmente numa análise comparativa de distintos discursos. Tomamos para a referida análise, os discursos que tratam a Nutrição como ciência e os discursos que retratam a Política no setor. Na medida em que nos interessava não só a interrelação dos dois discursos citados, mas também o momento da sua reprodução, tomamos também o discurso institucional do aparelho formador, bem como os discursos dos agentes envolvidos na produção/reprodução deste saber: os professores e os alunos. Além disto, incluímos, na medida do possível, outras manifestações que consideramos relacionadas com o nosso objetivo, utilizando técnicas como observação participante, levantamentos, entrevistas, entre outras.

Consoante nossa concepção de discurso como prática, julgamos pertinente apontar para os discursos que, embora não se expressassem sob a forma de documentos, exprimissem interesses e posições relativas à Nutrição.

Num primeiro momento, tomamos para análise o discurso *científico* da Nutrição. A primeira questão com que nos defrontamos foi: o que tomar como *discurso científico*? Dentre as opções que se nos apresentaram (algumas das quais remetendo até mesmo à discussão do que vem a ser *ciência*, *verdade*, entre outras questões fora do objeto desta investigação) julgamos mais de acordo com nosso objetivo resgatar o discurso científico reproduzido no aparelho formador: a Escola.

Sendo a Nutrição objeto de estudo quase exclusivo de cursos no nível de 3º grau, tomamos o conteúdo discursivo dos cursos de Graduação em Nutrição como o material básico para a referida análise.

Em termos da produção científica na área, sabemos que estes cursos não a englobam em sua totalidade (aliás, a exclusão é até mais expressiva). Por outro lado, cabe frisar que

10 LUZ, M. T. Op. cit., pág. 75.

11 Esta concepção encontra-se desenvolvida na obra de LUZ, M. T. op. cit. Cap. I, págs. 23-45.

tampouco a escolha do referido conteúdo curricular expressa, da nossa parte, qualquer julgamento que lhe confira legitimidade científica. O que nos levou a esta opção foi o fato de ser nosso interesse analisar justamente a parcela do saber que consegue penetrar e se reproduzir no espaço acadêmico, verificando, simultaneamente, as lutas que se dão na busca do predomínio frente a outros saberes.

Na ausência de estudos que nos fornecessem a bibliografia que informa os cursos de Nutrição, quer no nível nacional, quer em amostras, tivemos que ir às fontes primárias. Partimos para o levantamento bibliográfico, através da consulta aos programas das disciplinas dos Cursos de Graduação em Nutrição no Brasil, com o objetivo de levantar as obras que fundamentam a formação profissional do nutricionista.

Neste sentido, nossa preocupação limitou-se ao levantamento bibliográfico referente apenas ao ciclo profissional do curso, uma vez que os três semestres iniciais são ministrados de modo bastante semelhante, não só para os alunos do curso de Nutrição, como também para outros cursos da "área da saúde".

Foi nosso interesse analisar o Discurso Dominante no ensino da Nutrição não só quanto à (sua) estrutura em si, mas principalmente, quanto aos efeitos que engendra como prática deste saber. Para tal, pensamos ser necessário tomar o que dá especificidade à prática do profissional que forma: o conteúdo do ciclo profissional. Assim, levantamos as obras que constavam na bibliografia dos programas das disciplinas profissionalizantes, cuja participação no conteúdo total pode ser visualizada na Tabela 1 (anexos).

A partir do levantamento realizado, encontramos portanto um total de 1.180 obras, sendo bastante dispersa a distribuição das mesmas pelos cursos.

Embora este dado pudesse sugerir uma grande heterogeneidade em termos de conteúdo, verificamos que apenas um número limitado de obras era utilizado na totalidade, ou na quase totalidade dos cursos, diferentemente do que ocorria em relação à outra parcela da bibliografia.

A seleção das primeiras como Discurso Dominante dos Cursos de Nutrição, a ser analisado neste trabalho, foi tarefa facilitada não só pelos resultados estatísticos, como também

pela nossa experiência pessoal como profissional graduada (portanto ex-aluna) e atual professora num dos cursos existentes.¹²

Concluída esta etapa, partimos para um segundo nível de análise: a Política na Área de Alimentação e Nutrição no país. Nossa preocupação, agora, não era avaliar quer sob o ponto de vista econômico, quer sob o ponto de vista político ou sob outros ângulos mais convencionalmente contemplados, o impacto em si das intervenções, ou seja, dos programas e projetos desenvolvidos.¹³

Embora o desvio para esta vertente tenha sido um "perigo" constante, procuramos não nos distanciar do nosso objeto central: o discurso subjacente a esta Política, analisando-o tal como procedemos com o discurso científico, segundo o modelo já apresentado.

Evidentemente que, na medida em que a realidade social se opõe à lógica discursiva, aspectos relativos ao valor e aos interesses que os distintos discursos tentam garantir vêm à tona: a realidade pode falar por si mesma.

O material que utilizamos nesta etapa foram textos oficiais do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, bem como discursos e conferências emitidos por autoridades ligadas à implantação desta Política.

Analisando estes documentos, tínhamos como premissa estar trabalhando com a concepção ligada aos interesses da classe dominante, no que se refere à Nutrição. Buscamos, assim, explicitar como a Nutrição é pensada em termos de estratégia de hegemonia.

A despeito de termos analisado em etapas distintas a Nutrição como ciência e a Política na Área, compreendíamos que trabalhávamos com elos indissociáveis de um mesmo processo: Saber e Poder, faces de uma mesma moeda.

12 O estudo estatístico da bibliografia do ciclo profissional nos forneceu 2 grupos distintos de obras: um primeiro, constituído por aquelas que apareciam, no mínimo, em 70% dos cursos (sete obras), referidas em mais de um programa de disciplina de um mesmo curso e um segundo grupo, composto pelas demais obras que apereceram num máximo de 20% da totalidade dos cursos, referidas em apenas um programa de disciplina.

13 Na bibliografia geral desta dissertação, vários trabalhos relativos à avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição estão referidos sob vários enfoques.

Dito de outra forma, observamos, nas duas etapas aqui referidas, como o discurso científico (reproduzido nos cursos) e o discurso político (traduzido em projetos normativos sobre o corpo social) se comportam frente a frente; até que ponto a ciência é política e até que ponto a política se legitima nesta forma particular de discurso sobre o real (o discurso científico), que por sua vez se legitima via política.

Finalmente, numa terceira etapa de análise, tentamos aprofundar as questões anteriores, tratando alguns dos mecanismos e agentes envolvidos na reprodução e difusão do saber dominante.

Pretendemos compreender como Ciência e Poder se articulam e que lutas se dão nestes campos, na medida em que os discursos (e suas práticas) supõem expressões de interesses ora aliados, ora opostos uns aos outros. Julgamos insuficiente para a compreensão da hegemonia de um tipo particular de discurso da Nutrição sobre outros existentes, a análise pura do discurso científico, articulando-o com a do discurso político num trabalho que tomasse por base apenas o estudo de documentos. Concluimos que se quiséssemos alcançar aquela compreensão, teríamos que fazer uso de outras técnicas que não apenas a análise de documentos.

Explicitar a estrutura ideológica de um dado discurso não nos levaria à percepção de como se torna possível a reprodução e difusão do mesmo, seus mecanismos facilitadores e, por outro lado, das resistências que se dão ao seu predomínio e os agentes envolvidos neste processo.

Pretendendo, portanto, dar conta das questões colocadas nesta última etapa, a análise do currículo dos cursos de Nutrição foi o elemento privilegiado em nossa investigação.

A importância que lhe atribuímos originou-se do fato de ser o mesmo entendido por nós como expressão da relação entre diferentes agentes sociais, aliada ao papel que o currículo desempenha na garantia da reprodução do saber no espaço institucional. O currículo, no plano discursivo, representou para nós a fala institucional, através da qual o Estado busca privilegiar o saber que lhe serve.

Por outro lado, percebemos que o currículo seria passível de ser estudado não só em seu conteúdo mas também

na sua vivência, através dos agentes nele envolvidos, material, ao nosso ver, bastante rico.

Conteúdo e vivência curricular, apreendendo as incoerências entre os dois níveis, as contradições e as resistências e não só a submissão à Ordem e à harmonia, foi o que pretendemos objetivamente nesta etapa.

Finalmente, complementando nossa análise sobre o espaço de Reprodução do Saber em Nutrição, atentamos para o momento da difusão deste Saber, como parte do processo de luta pela hegemonia no campo da ciência. Através de observação participante, aplicação de questionários e consulta a documentos oficiais, estudamos alguns dos mecanismos envolvidos no processo de difusão do saber em Nutrição.

Em suma, foi este nosso objeto de investigação: realizar a análise dos diferentes discursos da Nutrição (o do Saber Legitimado, o da Política e o dos Agentes que vivem ou sofrem sua reprodução). Seguindo nosso modelo de análise, atentamos para as semelhanças e contradições, para o dito e para o não dito, para os gestos e, particularmente, para as resistências no que foi recolhido.

Julgamos ter percorrido também o caminho que nos levou à compreensão dos mecanismos que fazem com que uma certa visão da Nutrição se faça hegemônica, que relação esta visão guarda com a estrutura social e que respostas este saber recebe do pólo dominado, na luta pela hegemonia.

Além das dificuldades encontradas em qualquer trabalho de investigação, tivemos de suportar também, o esforço de nos enfrentar a nós próprios, na difícil passagem de um investigador curioso a um ser humano perplexo frente ao objeto que ao mesmo tempo que investiga, nele se vê incluído.

Capítulo II

A nutrição como discurso científico

... o saber é perigoso apenas quando é instituinte, negador e histórico. O conhecimento, isto é, a competência instituída e institucional não é um risco pois é arma para um fantástico projeto de dominação e de intimidação social e política.

Marilena Chauí

Conforme justificamos anteriormente, a análise da Nutrição como ciência, ou seja, do Discurso Dominante no campo científico da Nutrição, tomou como base a bibliografia que se apresentou como saber legitimado e dominante nos cursos de Nutrição, tendo sido este estudo restrito às obras referentes ao ciclo profissional.¹

Antes de passarmos ao tratamento do discurso propriamente dito, gostaríamos de fazer uma primeira caracterização geral no que concerne às obras selecionadas.

Em primeiro lugar, notamos que, sem exceções, os aspectos técnicos ocupam a maior parte destas obras, representando, em certos casos, 100% do conteúdo das mesmas. Este aspecto quantitativo da análise nos parece importante comentar porque se revela, na verdade, como um dado qualitativo na medida em que aponta para o predomínio do enfoque técnico, em detrimento da formação histórica e social. Esta última, evidentemente, deveria ser valorizada, senão privilegiada, num curso destinado a formar profissionais aptos a não confinarem sua prática apenas ao nível de abrandamento dos efeitos, mas, antes, ampliarem-na na busca da compreensão e, talvez, de

1 Ver a este respeito o Capítulo anterior.

alternativas para o problema que, a nosso ver, justifica a existência dos cursos de Nutrição de nível superior: a fome como problema social.

Acrescente-se a isto, o fato de uma parcela significativa da bibliografia básica ser constituída de obras de autores estrangeiros, traduzidas para o nosso idioma. Este fato, como veremos ao longo da análise de conteúdo, especialmente em certos *Temas*, exclui referências ao contexto social brasileiro, na medida em que as obras se referem à realidade social dos países de origem.

Colocada a questão do predomínio do enfoque técnico (no caso da Nutrição, biológico) sobre o social, cabe ainda ressaltar que o lado social, quando presente, foi visto por nós com uma certa relatividade no que se refere a considerá-lo *social*. Isto se impôs, tendo em vista o marco teórico que informa o social nas obras, na já exígua parcela destinada a esta abordagem.

Feitas estas considerações que serão aprofundadas mais adiante, passemos à análise discursiva por nós realizada.

De acordo com o modelo de análise apresentado no Capítulo anterior, procedemos à leitura das obras buscando identificar os *temas centrais* e as respectivas *Categorias Discursivas* e *Temáticas Discursivas*. Na medida em que, como afirmamos, nosso modelo de análise foi se delineando progressivamente, talvez se torne mais fácil perceber, agora, como se deu, de fato, este processo.

Ao analisarmos as obras com a perspectiva coerente com nosso objeto,² fomos nos dando conta que um conjunto relativamente reduzido de assuntos era discutido na maioria das obras. Algumas, mais restritas, excluía um ou outro, mas os assuntos que pinçamos e que correspondem ao que deno-

2 Esta análise foi, de fato, uma (re)leitura, na medida em que como ex-aluna de um dos cursos de Nutrição, já havíamos tido contato com esta bibliografia. O que diferia este contato do que tivemos durante o curso, foi a perspectiva, ou a lente que utilizamos nesta leitura. Enquanto na posição de aluna nosso interesse foi dirigido aos aspectos técnicos ou "neutros" da ciência da Nutrição, ou o conhecimento da técnica que fundamentaria nossa prática, nosso interesse agora se deslocara para a apreensão do conteúdo discursivo como manifestação ideológica, em sua dimensão política.

minamos *temas centrais*, nos pareceram ser a base sobre a qual o discurso científico se constrói.

Dito desta forma, o processo pode parecer simples mas, na prática, foi bastante trabalhoso arrumar o extenso número de páginas por nós analisado no espaço pequeno dos *temas centrais*. Mas, apesar das dificuldades, ao final do procedimento adotado, nos convencemos da utilidade e pertinência do modelo adotado. Assim, pudemos reconhecer e destacar os temas que consideramos como *temas centrais*, subjacentes aos discursos, que são os que seguem:

1º) A Conceção de Nutrição

2º) A Conceção de Sociedade

3º) Problemas Nutricionais e sua Causalidade

4º) Papel profissional do nutricionista (ou suas responsabilidades e importância da sua prática)

5º) Importância da Nutrição.

Estes foram os *Temas Centrais*, aos quais se ligam as *categorias discursivas* e as *temáticas discursivas* específicas.³ Cabe ressaltar ainda que, ao final da análise concluímos que os cinco *temas centrais* selecionados como arcabouço do discurso científico encontram-se fortemente entrelaçados, sendo, inclusive, esta interpenetração dos mesmos, uma das condições lógicas para a sobrevivência deste discurso.

Análise do discurso científico

1º Tema:

A concepção de nutrição

Nas obras analisadas, o primeiro *tema central*, ou seja, a Conceção relativa à Nutrição, aparece claramente (com raras exceções que apenas não a explicitam) formando um conjunto homogêneo sem diferenças significativas. O discurso científico dominante considera a Nutrição, conforme aponta textualmente a obra mais cotada como um processo meta-

3 Os *Temas Centrais* aqui selecionados foram mantidos, na mesma forma, para analisar os demais discursos referentes à Nutrição, constantes neste trabalho, a fim de proceder à análise comparativa já mencionada e justificada no Capítulo anterior.

bólico, individual e, fundamentalmente biológico. A Nutrição e definida como:

*... ciência dos alimentos, dos nutrientes, sua ação/ interação e equilíbrio relacionado à saúde e doença, e o processo pelo qual o organismo ingere, digere, absorve, transporta, utiliza e elimina as substâncias alimentares.*⁴

A partir desta concepção que, implícita ou explicitamente, se apresenta em todas as obras referidas, notamos que o processo metabólico, ou seja, a utilização biológica dos nutrientes⁵ constitui o objeto central, quase exclusivo, do estudo da Nutrição como discurso científico. Daí o predomínio quantitativo deste conteúdo na bibliografia analisada.

Sobre esta concepção, desenvolve-se todo um discurso que procura esmiuçar o processo de Nutrição como processo biológico:

O padrão calórico da Food and Agriculture Organization (FAO) baseia-se num homem e numa mulher de referência hipotética. O homem de referência tem 25 anos de idade, pesa 65 kg, trabalha 8 horas diárias... Este homem de referência requer, em média 3.200 calorias diárias... A mulher de referência tem 25 anos, pesa 55 kg, é fisicamente hígida e vive numa temperatura média anual de 10°C. Dedica-se em período integral aos afazeres domésticos ou trabalha em indústria leve... Gasta, em média, 2.300 calorias diárias.

O mesmo autor prossegue:

*Os organismos diferem na sua constituição genética e também nos aspectos morfológicos e fisiológicos, incluindo-se aqui a atividade endócrina... a ciência da Nutrição aplica-se especialmente nos Estados Unidos...*⁶

4 MITCHELL, H. S. — *Nutrição*, op. cit., pág. 7.

5 O termo "nutrientes" é um termo técnico em Nutrição que se refere aos princípios nutritivos, ou seja, proteínas, gorduras, açúcares, vitaminas, etc... fornecidos pelos alimentos.

6 BURTON, B. *Nutrição Humana*, SP, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1979, págs. 178-180.

Em outra obra destacamos:

*Cada indivíduo tiene exigencias alimentarias distintas segun la característica de su organismo y la situación biológica... La necesidad de alimentos que suministren energia... depende de muchos factores, de los cuales la edad, sexo, atividade y constitución del organismo son los dominantes.*⁷

Poderíamos seguir, ainda, tomando várias páginas deste livro com citações textuais das obras por nós analisadas, com o objetivo de reforçar esse enfoque que apontamos como dominante. Entretanto, não julgamos necessário fazê-lo não só porque se tornaria um procedimento repetitivo como também desnecessário, na medida em que o leitor interessado dispõe das referências para eventuais consultas.

O que importa para nós é analisar os efeitos dessa concepção biológica da Nutrição, afirmando logo de início que a mesma se revela uma continuidade, no ciclo profissional, do predomínio das disciplinas ligadas a esta concepção, processo que se inicia no ciclo básico, conforme discutiremos em outro capítulo.

Dando seguimento à nossa análise, uma vez apontado o primeiro tema central passamos a analisar as categorias discursivas e as temáticas discursivas que lhe dão suporte.

Procuramos grifar no texto, conforme se pode verificar, algumas destas categorias que nos parecem estreitamente vinculadas à estrutura deste primeiro tema. Segundo pudemos constatar, o discurso trabalha este tema, com categorias discursivas tais como: organismo, processo metabólico (digere, absorve, utiliza, etc...), homem, mulher, bem como variáveis genéticas, aspectos morfofisiológicos, entre outras. No decorrer destas obras, esses aspectos são bem mais aprofundados, tomando como já frisamos, diversos capítulos das mesmas se não a totalidade em alguns casos, para o Estudo da digestão de cada nutriente em particular, bem como de todas as demais etapas do processo de nutrição, concebido como processo metabólico.

7 SOLA, J. E. *Manual de Dietoterapia de las enfermedades del adulto*. Argentina, Ed. El Ateneo, 1976, págs. 3 e 7.

Mas a importância que assumem estas *categorias discursivas* é o fato de fornecerem a base para se ver a Nutrição como um processo fundamentalmente biológico. Assim, a Nutrição desnuda-se do seu caráter social, na medida em que o discurso dominante vai se ocupar do estudo da Nutrição a partir do momento da ingestão, ou seja da relação do alimento em si com o organismo, sem considerar que esta ingestão tem antecedentes fundamentalmente sociais, tais como a produção e distribuição dos alimentos entre os homens. Desloca-se, assim, o foco de atenção do indivíduo, em sua posição de classe para, primeiramente o homem ou a mulher em geral, e posteriormente, para o órgão, o tecido e finalmente a célula:

Los alimentos ingeridos recorren el tubo digestivo, mezclándose con los diferentes fermentos y sufriendo transformaciones mediante la intervención de los procesos químicos propios de cada uno de los segmentos de dicho tubo digestivo, los cuales en su conjunto constituyen la función digestiva.⁸ ... De acuerdo con los procesos que se cumplen en las células, en el organismo, la nutrición no es una función, sino la resultante del conjunto de funciones, armónicas y solidarias entre sí que tienen por objeto mantener la integridad normal de la materia y asegurar la vida.⁹

É interessante observar o modelo harmônico e funcional que já se revela no momento teórico deste primeiro *Tema Central*. Achamos importante apontar este fato pela correspondência que encontramos entre A Concepção de Nutrição (nosso primeiro *Tema*) e o *Tema* que se segue: A Concepção de Sociedade que informa o *discurso científico* dominante.

Quanto à análise do primeiro tema, resta-nos enfocar as *Temáticas Discursivas* que a ele se ligam, recuperando, portanto, os efeitos propriamente práticos das *categorias discursivas* aqui destacadas.

Conforme julgamos ter mostrado, o enfoque biológico "asfixia" o enfoque social. Este poderia (em termos hipoté-

8 SOLA, J. E. Ibidem, pág. 83.

9 SOLA, J. E. Ibidem, pág. 2.

ticos, é claro) ser dominante no que se refere à concepção de Nutrição presente no *discurso científico* que informa os cursos de Graduação em Nutrição. Naturalmente isto implicaria no predomínio, ou pelo menos, na apresentação expressiva de *categorias discursivas* bem distintas das que apontamos nos textos.

Sendo as primeiras as que de fato predominam, as *temáticas discursivas* confluem para o confinamento da questão nutricional no setor saúde. A interrelação nos parece lógica, na medida em que sendo a Nutrição, neste tipo particular de discurso legitimado como científico, um processo biológico, torna-se fácil remeter a questão ao *locus* onde se desenvolve aquela prática, dirigindo-a para o referido setor.

Por outro lado, sustentando-se o tema, conforme vimos, em *categorias discursivas* eminentemente individuais ou, mais que isso, orgânicas, teciduais e celulares, justificam-se, no plano prático, distintas possibilidades de intervenções nutricionais, sobretudo nestes níveis.

Dito de outra forma, as *categorias discursivas* que se prendem à Concepção de Nutrição dominante no campo do saber, desembocam em *temáticas discursivas* que se expressam sob formas de *sugestões* que legitimam intervenções em Nutrição apenas no plano biológico, individual, onde se revelam os efeitos dos problemas nutricionais no plano biológico, ao invés de revelar seu caráter social, ou seja, o estado nutricional como resultado biológico das relações sociais de produção num modo de produção específico.

Assim, biologicamente concebida, inicia-se a base científica que aponta para um tratamento da questão, no plano prático, como questão de saúde.

Pensamos que o que acabamos de referir será melhor demonstrado e discutido no decorrer da análise dos *temas* que se seguem (especialmente no 3º e 5º *temas* já listados), cuja separação, como já destacamos, só pode ser concebida como um artifício facilitador para a análise que ora empreendemos.

10 BALDIJÃO, Carlos E. M. A. *Desnutrição e o Processo de Acumulação de Capital*. Cadernos de Pesquisa n.º 29, Fundação Carlos Chagas.

Coerentemente com esta assertiva, julgamos que se tornará cada vez mais clara a estrutura e os efeitos do discurso que constitui o objeto deste Capítulo, na medida em que exploramos os demais temas.

Assim, a Concepção de Nutrição que acabamos de analisar liga-se ao modelo teórico de sociedade de que passaremos a tratar, agora e assim por diante, num movimento de consolidação da lógica interna do discurso em análise, no nível teórico e, sobretudo, no prático.

2º Tema:

A concepção de sociedade

Nas obras analisadas, o marco teórico-conceitual que orienta sua visão de sociedade exclui o conceito de classes, estratificando-a, quando o faz, em grupos que se diferenciam, não por sua inserção no modo de produção capitalista mas pelas mesmas variáveis subjacentes na Concepção de Nutrição que já analisamos.

A sociedade, neste *discurso científico*, é composta por grupos distintos que a dividem, mas numa distinção que se faz em termos de sexo, estado fisiológico, grupos etários, estilo de vida, atividade, poder aquisitivo, nível de instrução entre outros fatores, sem que se explicita o que determina esta distinção. Além das *categorias discursivas* acima referidas (já reconhecidas quando da análise da Concepção de Nutrição), as mesmas dão lugar a outras tais como: criança, nutriz, gestante, lactentes, grupos carentes, grupos de baixo nível cultural, indivíduos com atividade leve ou pesada, surgindo os célebres grupos vulneráveis, ou grupos prioritários, alvo da Política no Setor, como veremos no próximo Capítulo, que são elementos constituintes de *temáticas discursivas* que vão, aos poucos, se introduzindo.

Analisando as diferenças sociais sob esse prisma, exclui-se totalmente a historicidade necessária para a compreensão do processo subjacente a estas diferenças. Nas obras analisadas, em nenhum momento discute-se o modo de produção (ou as relações de produção) que dão origem não aos grupos vulneráveis mas às classes dominantes e classes dominadas.

A fome e a miséria referidas, se muito, *en passant*, são vistas como fatos disfuncionais ao modelo social vigente e

não como condição fundamental à reprodução do mesmo, o que implicaria na superação das primeiras ser incompatível com a manutenção deste último. É a ideologia veiculando-se sob forma de ciência, universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, ganhando, assim, coerência e força.¹¹

Assim, é possível homogeneizar; diluir a diferença de classes em todas as obras, num discurso abstrato, que utiliza determinadas *categorias discursivas*, tal como aparece em inúmeros trechos, para classificar a população:

*A necessidade energética diária de pessoas muito ativas (atletas, mineiros, operários de construção civil) deve ter um acréscimo de 600 a 900 calorias por dia.*¹²

*La alimentacion debe adecuarse a los hábitos individuales, a la situacion economico social del individuo.*¹³

*El trabajo insume un número de calorias que debe agregarse al requerimiento basal. No existe una clasificacion oficial del trabajo. En general se lo designa convencionalmente con los términos de leviano, mediano, intenso y muy intenso.*¹⁴

Daí derivam, tal como na obra anterior, *categorias discursivas* como: *hombre en reposo, hombre en trabajo intenso, muy intenso*, etc.

Ou ainda, como aparece nestes trechos:

A perda de nitrogênio pelo suor em indivíduos que vivem em ambientes quentes, porém aclimatados é de 150 mg/dia, podendo elevar-se a 500 mg/dia, quando são ingeridas cotas elevadas de proteínas. Esse teor au-

11 CHAUI, M. "O discurso competente" in: Cultura e Democracia, S. Paulo, Ed. Moderna, 1981.

12 BURTON, B. *Nutrição Humana*, op. cit., pág. 172.

13 SOLÁ, J. E. *Manual de Dietoterapia de las Enfermedades del adulto*, op. cit., pág. 7.

14 SOLÁ, J. E. *Ibidem*, pág. 8.

mentado consideravelmente quando os indivíduos realizam trabalhos pesados e suam profundamente.¹⁵

*Para pessoas do mesmo sexo e de estatura e idade semelhantes a atividade física e o fator mais importante nas variações do gasto de energia... A produção total de energia varia de acordo com a atividade física e o estado de repouso do indivíduo.*¹⁶

Conforme os trechos acima exemplificam, a sociedade é pensada (na proposta científica da Nutrição) como uma espécie de quebra-cabeças funcional cujas peças se unem e lhe dão existência harmônica. As diferenças surgem como um fato natural neste discurso que apenas esquece que a sociedade não é um quebra-cabeças e que a *ciência da Nutrição*, ao trabalhar com suas *peças* (ou classes) deveria, ao se pretender científica, questionar também o porquê dos distintos contornos, dentro de uma concepção histórica, mas não é isto o que ocorre.

Observando-se as *categorias discursivas* que destacamos, percebemos como o discurso analisado as utiliza de modo a fornecer uma concepção de sociedade que, ainda admitindo diferenças, estabelece-as por meio de variáveis que, embora sociais, são totalmente destituídas deste caráter, servindo, ao contrário, para igualar a própria desigualdade: pela perda do suor iguala-se um atleta a um operário da construção civil; pelo sexo, altura ou idade agrupam-se indivíduos abstratos, e por aí seguem as obras, de modo a passar através de uma pretensa neutralidade científica, a imagem funcional de sociedade que corresponde à *temática discursiva*, por excelência, deste tema que "como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular, sob a capa da cientificidade a existência real da dominação."¹⁷

Neste sentido, já podemos observar como o discurso da ciência dominante é um discurso ideológico, necessário ao exercício do poder de uma classe sobre as demais. Conforme

15 CHAVES, N. *Nutrição Básica e Aplicada*. Ed. Guanabara Koogan, 1978, pág. 88.

16 CHAVES, N. *Ibidem*, pág. 165.

17 CHAUI, M. *Op. cit.*, pág. 11.

nossa análise procurou demonstrar, a Concepção de Sociedade, veiculada nos diversos trechos explorados, dá a esta sociedade um contorno funcional, orgânico, procurando sempre que possível escamotear a dominação de uma classe sobre as demais, idéia cuja inclusão perturbaria, sem dúvida, a coerência deste discurso.

Assim, "o discurso do poder já precisa ser um discurso ideológico, na medida em que este se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição."¹⁸

Demonstrada a Concepção de Sociedade que informa o discurso científico dominante na área da Nutrição, torna-se até fácil imaginar como os Problemas Nutricionais e sua Causalidade, objeto do 3º tema que ora passamos a discutir, são concebidos.

3º Tema:

Os problemas nutricionais e sua causalidade

Uma primeira constatação que achamos interessante registrar é o fato deste tema aparecer, ao contrário dos outros dois já analisados, bastante explícito nas obras analisadas. Os aspectos biológicos subjacentes à Concepção da Nutrição, já por nós analisado, ocupam sem dúvida, como já afirmamos, um espaço bem mais significativo do que os demais temas. Ainda assim, nos parece expressiva a preocupação presente nas obras com a discussão dos Problemas Nutricionais e sua Causalidade, sobretudo pela maneira explícita como o faz.

Antes de passarmos à análise dos textos, no que se refere a este tema, teceremos alguns comentários, a título introdutório, à questão da causalidade e determinação, no que se refere às distintas concepções presentes na produção literária examinada.

Numa revisão bibliográfica referente a este objeto, podemos constatar a existência de distintas concepções de causalidade e de determinação em luta no campo científico em geral, e da Nutrição, em particular.

Conforme destaca BOTOMÉ, S. e SANTOS, E.,¹⁹ o mo-

18 CHAUI, M. *Ibidem*, pág. 21.

19 BOTOMÉ, S. P. et alii. Ensino na área de saúde: o problema do objeto de trabalho. *Revista Ciência e Cultura*, 36(6), 1984.

delo mais difundido para a explicação dos fenômenos naturais... é o que corresponde ao que conhecemos como *determinismo absoluto*: para cada efeito há uma causa determinante.

Sob o ponto de vista científico, este modelo é hoje considerado ultrapassado, na medida em que o desenvolvimento de novas investigações, no que concerne à causalidade dos eventos, veio demonstrar não serem tais fenômenos coisas tão simples de serem explicadas.

Desta forma, outros modelos explicativos surgiram, sendo a chamada *multideterminação* ou *multicausalidade* de um evento, um exemplo a destacar dentre os encontrados. Neste modelo, no lugar da relação simples causa-efeito, várias causas são consideradas conforme demonstramos no Quadro 1. Aqui, "já não se deve mais falar de causa ou de efeito e sim de função: um resultado X é função de n fatores. Isto é, uma variável resultante é determinada por múltiplas outras variáveis."²⁰

Embora tenha representado um avanço no pensamento científico, este tipo de raciocínio não considera toda a complexidade dos fenômenos que pretende explicar.²¹ A despeito de trabalhar com conceitos tais como: variável resultante, variável determinante, multideterminação, etc., este modelo não se revela potente para explicar a realidade complexa dos fatores, o que exigiria mais do que simples associações de variáveis.

A partir desses dois modelos, novas propostas vão surgindo²² mas não nos ocuparemos aqui da discussão destas últimas (a despeito do valor que lhes atribuímos), uma vez que são as duas primeiras que, a nosso ver, inspiram os autores na tentativa de apontar e explicar os problemas nutri-

cionais, nas obras que tomamos para análise. Retornamos a estas linhas de pensamento no Capítulo IV, quando discutimos a questão da produção científica para além do marco restrito do saber dominante e legitimado.

Conforme já referimos anteriormente, em decorrência da Concepção de Sociedade adotada, o modelo causa-efeito e, sobretudo, o da multicausalidade foram os modelos de explicação encontrados no discurso científico analisado.

Na linha de raciocínio tipo "causa-efeito", encontramos muitas citações tais como:

A carência primária de vitamina A é devida à ingestão inadequada de Vitamina A ()¹ ou de seus precursores, os carotenóides. A carência secundária de Vitamina A é o resultado da absorção prejudicada da vitamina lipossolúvel.*

O kwaskiorkor ocorre com maior frequência na criança pequena logo após seu desmame, ocasião em que começa a sua alimentação com papas de amido; a causa subjacente é a falha na provisão de uma fonte dietética adequada de proteínas que substitua a proteína do leite...

Mas é a visão fatorial, ou seja, a listagem de fatores determinantes, num mesmo nível e sem uma preocupação histórica, a que predomina no que se refere à exploração deste Tema:

*Não apenas são numerosas as situações que predis põem a uma carência nutricional, mas são em geral múltiplas e simultâneas. Assim, em regiões subdesenvolvidas, a difusão da má nutrição não é somente o resultado de um único fator — pobreza — mas também da ignorância, tabus religiosos e culturais e de infecções parasitárias crônicas intercorrentes...*²³

20 BOTOMÉ, S. P. Ibidem.

21 Para o leitor interessado numa análise mais profunda dos dois modelos citados, bem como da utilização dos conceitos relativos às noções de causalidade e determinação nestes modelos ver: BOTOMÉ e SANTOS "Ensino na área da saúde: o problema do objeto de trabalho". Revista Ciência e Cultura 36(6), 1984, págs. 914-919.

22 Na bibliografia geral deste trabalho, são referidas várias publicações que utilizam diferentes modelos explicativos, dentre os quais encontram-se, inclusive, importantes contribuições para a análise da determinação de uma perspectiva histórica, perspectiva esta considerada por nós como a de maior poder explicativo.

1 Ao longo da análise das transcrições utilizaremos o símbolo (*) para indicar um fato que mais adiante comentaremos.

23 BURTON, B. *Nutrição Humana*, op. cit., págs. 277 e 292.

Mais adiante na mesma obra prossegue o autor, enfatizando serem múltiplas as causas, com as quais faz uma listagem que inclui uma grande variedade de *categorias discursivas* para explicar as causas da má nutrição. Destacamos apenas alguns trechos:

Assim, em regiões subdesenvolvidas () a difusão da má nutrição não é somente o resultado de um único fator — a pobreza — mas também da ignorância, tabus religiosos e culturais de infecções parasitárias crônicas intercorrentes que desempenham um papel importante (*). Assim, como normalmente existe mais do que uma situação predisponente atuando, mais do que um fator nutricional está com seu fornecimento deficiente (*).*

... influenciado por hábitos e preconceitos dietéticos (e, às vezes, por dietas da moda), restringido por limitações econômicas. ()*

A má nutrição primária é o resultado de uma ingestão insuficiente de nutrientes essenciais devido a falta de alimentos (perda da safra, guerra, pobreza), falta de disponibilidade de alimentos, depressão econômica, perda de dentes, prisão prolongada e um conjunto de outros fatores()... Muitas das causas de má nutrição nos indivíduos são decorrência de uma falha fisiológica... por exemplo uma carência nutricional pode se instalar como resultado de uma falha na absorção normal de um nutriente essencial que é fornecido em quantidades adequadas. De forma semelhante, as carências nutricionais podem ser provocadas por problemas de digestão, metabolismo intermediário anormal, excreção excessiva...²⁴ (grifos nossos)*

É também nesta linha que as demais obras analisadas tratam os Problemas Nutricionais e sua causalidade. Tomaremos apenas alguns trechos das demais obras analisadas, a fim de demonstrar o que afirmamos, sem adiar em demasia, a análise propriamente dita, dos mesmos:

²⁴ BURTON, B. Ibidem, págs. 190, 275-276.

Se há dicho sentenciosamente “se es según se come” () ... la estructura del organismo depende de la alimentación... y de los factores que pueden modificar la utilización (dos nutrientes) ... estado del organismo, condiciones ambientales, naturaleza del trabajo (*), constitución, factores dispositionales de ordem hereditario, aso como de los hábitos alimentários del individuo.²⁵ (grifos nossos)*

CHAVES²⁶ propõe que a desnutrição primária depende das seguintes causas:

— econômico-sociais — resultantes da pobreza (), dos preconceitos e tabus alimentares*

— doenças — muitos indivíduos não absorvem ou não utilizam diversos nutrientes...²⁷ (grifos nossos)

É preciso considerar ainda que o desmame precoce vem ocorrendo com muita frequência, em grandes áreas dos países em desenvolvimento (), o que tem contribuído para aumentar a incidência de Marasmo e Kwashiorkor (formas graves de desnutrição protéico-energética)... Essas crianças procedentes de mães geralmente carentes nesse nutriente (*), devem receber cotas mais generosas de proteínas...²⁸ (grifos nossos)*

Em MITCHELL²⁹ o modelo é idêntico no que tange aos poucos capítulos que escapam do discurso exclusivamente bioquímico (ou fisiológico), tentando dar conta das “implicações sociais, econômicas, culturais e psicológicas”. Os “fatores culturais” são apontados, em vários trechos como “variável” de alto poder explicativo para os problemas nutricionais (mesmo quando se trata da FOME, ou eufemisticamente falando, da *subnutrição, má nutrição ou desnutrição*):

²⁵ SOLA, J. E. Op. cit., pág. 3.

²⁶ CHAVES, N. Op. cit.

²⁷ CHAVES, N. (org.) Ibidem, pág. 5.

²⁸ CHAVES, N. (org.) Ibidem, pág. 90.

²⁹ MITCHELL, H. S. *Nutrição*, op. cit.

A dona-de-casa cujo conhecimento é pequeno ou nulo baseia suas escolhas no preço () e nas preferências culturais e familiares.*³⁰

Em resumo, no que se refere a este terceiro *Tema*, as obras só se distinguem no maior ou menor número de relações causa/efeito apontadas ou *fatores determinantes* identificados que poderiam ser sintetizados nas seguintes *categorias discursivas*:

- ignorância (maus hábitos alimentares), desmame precoce
- ingestão insuficiente de nutrientes
- baixa produção de alimentos
- crescimento populacional excessivo
- pobreza (baixo poder aquisitivo)
- alto custo dos alimentos
- enfermidades crônicas ou agudas (interferências na utilização biológica)
- desinformação sobre nutrição no meio acadêmico (escassez de pessoal técnico qualificado, assistência médica inadequada)
- desnível entre países e regiões
- más condições ambientais e de trabalho.³¹

Como pudemos observar na leitura de vários trechos semelhantes aos que exemplificamos nas páginas anteriores, o discurso dominante na Nutrição mesmo quando não pode trabalhar com a relação *causa-efeito*,³² o faz de maneira imprópria, utilizando o *modelo multicausal*. As *variáveis biológicas* são tomadas nestas obras com o mesmo peso das sociais. Se voltarmos às *categorias discursivas* que descolamos dos textos analisados vemos que distintas *variáveis sociais*, resultado da inserção social do indivíduo nas relações sociais de produção (expressas nas categorias *poder aquisitivo*, *condi-*

ções de trabalho, *ignorância*) são colocadas lado a lado com *variáveis biológicas* (enfermidades crônicas ou agudas, por exemplo). Na pretensão de explicar os problemas nutricionais, esse modelo, quando muito, consegue apenas demonstrar uma íntima associação entre as diferentes variáveis, sem que haja necessariamente uma relação causal entre elas.

Observa-se, por outro lado, a valorização e incorporação das *categorias discursivas* ligadas à Concepção de Nutrição, bem como a já citada vinculação da Concepção de Sociedade com o modelo explicativo adotado nestas obras, modelo este que só pode ser explicativo no nível da pretensão na medida em que, de fato, os Problemas Nutricionais e sua Causalidade só podem ser entendidos (ou explicados) se inserirmos os mesmos na totalidade do contexto social, buscando na historicidade deste contexto suas causas.

Sendo os Problemas Nutricionais efeitos no plano biológico, de causas que extrapolam este nível, torna-se óbvia a impossibilidade de se obter explicações adequadas fora deste marco teórico-conceitual. E parece ser exatamente este marco o que o discurso científico legitimado exclui, por meio de associações entre *variáveis* que nada explicitam senão a ocorrência simultânea das condições implicadas no processo que leva aos Problemas Nutricionais. Dito de outra forma, confunde-se a causa e efeito num mesmo plano, num discurso a-histórico que não pode ocultar o seu caráter ideológico na medida em que na ideologia as idéias estão sempre "fora do lugar, uma vez que são tomadas como determinantes do processo histórico quando, na verdade, são determinadas por ele".³³ O saber legítimo, ou o de que um saber necessitaria, a nosso ver, para pretender o estatuto de saber científico seria, no mínimo, a ultrapassagem do nível descritivo (ou, se quisermos, de associações que nada mais são do que sofisticações neste mesmo nível) e buscar um plano explicativo. Sem isto, não há saber porque "o saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação."³⁴

30 MITCHELL, H. S. Ibidem, pág. 195.

31 A listagem não representa qualquer hierarquia identificada nas obras.

32 Isto ocorre, por exemplo, no caso da Desnutrição energética-protéica que, ao contrário das hipovitaminoses, por exemplo, não pode ser explicada em termos da ausência de apenas um nutriente.

33 CHAUI, M. Op. cit., pág. 4.

34 CHAUI, M. Ibidem, pág. 5.

Na nossa concepção, portanto, o saber é algo bastante distinto do que encontramos como tal, nas obras por nós analisadas. No que se refere à questão dos Problemas Nutricionais e sua Causalidade, a posição das obras aparece de forma bem clara, conforme já referimos. Isto se deve, segundo cremos, ao fato do *Tema* constituir um objeto de estudo específico da Nutrição (diferentemente do que ocorre, por exemplo, com o *tema*: Concepção de Sociedade). Desta forma, os livros falam claramente sobre o assunto e tivemos que nos conter para não gastar muito espaço com citações sucessivas. Ainda mais porque, as distinções, como demonstramos, são inexpressivas já que para tal procuramos utilizar trechos das diferentes obras examinadas.

Conforme já apontamos, houve necessidade de evidenciar com um (*) não só no *tema* em questão (embora neste seja mais detectável) como também nos demais: as lacunas.

Procuramos colocar esse símbolo onde notávamos uma espécie de "censura explicativa", ou seja, onde o discurso fazia uma elipse em termos de explicação. Esclarecendo melhor: se voltarmos aos trechos, notaremos que nos lugares em que colocamos o símbolo indicado (e não foi pequena a ocorrência), poderíamos continuar questionando o discurso, com uma série de indagações que obviamente afetariam bastante sua coerência e o espaço restrito no qual o mesmo procura se manter. Poderíamos indagar por diversos porquês: da ingestão insuficiente de nutrientes ou da escassez de alimentos para determinadas classes sociais? Ou por que a ignorância, o acesso à assistência médica, e a morte que, tendo como causa-mortis a fome não se distribuem de modo uniforme pelas diferentes classes sociais? Ou melhor, por que tais males só atingem certos grupos da população? Ou ainda, quais as explicações históricas para as condições ambientais ou para a natureza do trabalho, para a migração, o desemprego e demais variáveis sócio-econômico-culturais? Mas não são estas as questões difundidas pelo discurso científico da Nutrição, nos cursos de nível superior de todo o país.

Por outro lado, este discurso não pretende preencher as lacunas assinaladas porque, se o fizesse, estaria inclusive arriscando a legitimidade científica conquistada. Conforme já dissemos, ideológico em sua essência, "... é um discurso lacunar

que não pode ser preenchido... a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado."³⁵

E é aí que o discurso neutro, científico ou racional, perde este pretensível caráter e serve como instrumento de dominação de uma classe sobre as demais, revestindo-se do caráter ideológico, nos termos em que entendemos ideologia neste trabalho.³⁶ Esta afirmação é tanto mais verificável na medida em que passamos a discutir as *temáticas discursivas* referentes ao *tema*.

Como consequência da visão explicitada através das *categorias discursivas* que evidenciamos (não só na análise do *tema* ora em estudo, mas também da Concepção de Nutrição e de Sociedade, temas já analisados até aqui) a compreensão da situação nutricional da população e sua determinação sofre prejuízos no que tange à correspondência da visão científica com a realidade concreta.

Os prejuízos a que nos referimos podem ser identificados, de modo bem claro, se tomamos as *temáticas discursivas* relativas ao 3º *tema*. Estas nada mais são do que recomendações derivadas das conclusões tiradas do corpo teórico até aqui analisado. A importância destas recomendações consiste no fato das mesmas saírem do plano retórico, ou melhor, traduzirem este plano discursivo em intervenções nutricionais sob forma de Programas ou Projetos sobre a população. É assim que a ciência legitimada torna-se a base que apóia o projeto político de uma classe sobre as demais, garantindo a reprodução da Ordem.

Logicamente, partindo da já demonstrada visão parcial, nada mais lógico do que esperar que da mesma, surjam proposições que de modo algum podem atacar a raiz do problema, uma vez que isto corresponderia a uma visão que sugerisse transformações importantes no modo de produção vigente, condição *sine qua non* para a superação da miséria e da fome das classes subalternas.

35 CHAUI, M. Ibidem, pág. 4.

36 Ver pág. 56 deste trabalho.

Voltando às *temáticas discursivas* analisadas, vê-se claramente a correspondência com as *categorias discursivas* já discutidas. Assim, partindo das *variáveis*³⁷ como causas (embora sejam, para nós, efeitos) e apoiando-se nas demais *categorias discursivas*, o discurso científico vai fornecendo aos futuros profissionais e à sociedade como um todo, as “soluções” para os problemas nutricionais, numa totalidade coerente e lógica, destinada a corrigir as “disfunções” do modelo. Senão, vejamos:

*A ingestão insuficiente e inadequada vista de modo associado à ignorância tem solução uma vez que a educação nutricional surge como o meio mais promissor para acabar com essa diferença (diferença de consumo entre grupos).*³⁸

*Os alimentos que são boas fontes de nutrientes essenciais nem sempre são os mais fáceis de preparar, os de menor custo ou os que mais agradam ao paladar; muitos deles seriam negligenciados não fossem os esforços educacionais destinados a influenciar a escolha de um alimento.*³⁹

Se na questão também interfere o alto custo dos alimentos:

A dona de casa cujo conhecimento é pequeno ou nulo baseia suas escolhas no preço e nas preferências culturais. Aconselha-se que as mães devem ser ensinadas a acrescentar outros alimentos à dieta da criança. (grifos nossos)

Educação Nutricional — a poderosa arma contra a Fome. Até como recurso preventivo para a desnutrição, em suas formas graves é sugerida a Educação Nutricional!

*A prevenção do Kwashiorkor está na educação dirigida para a aceitação de sua etiologia dietética e encorajamento de um padrão dietético que forneça mais proteínas de alto valor biológico.*⁴⁰ (grifos nossos)

37 BURTON, B. *Nutrição Humana*, op. cit., pág. 533.

38 BURTON, B., pág. 197.

39 MITCHELL, H. S. Op. cit., pág. 195.

40 Esta proposição é encontrada explicitamente na obra de BURTON já citada.

Sem querer fazer deste trabalho um discurso alternativo, conforme já assumimos, é impossível deixar de apontar, em certos momentos, a inconsistência que marca sua retórica. É interessante notar como, através de *categorias* do tipo “etiologia dietética” o discurso consegue deter o raciocínio causal e justificar a implementação de projetos ou práticas de Educação Nutricional para prevenir Kwashiorkor (ou seja, desnutrição grave)! E vai mais além, propondo o “encorajamento” para o consumo de “proteínas de alto valor biológico” que tem como fontes principais alimentos de origem animal: carne, leite, ovos, totalmente inacessíveis às classes subalternas na lógica distributiva do modo de produção capitalista. No entanto, esta é uma das soluções *científicas* legitimadas.⁴¹

Se o problema é o desmame precoce ou a baixa ingestão em crianças procedentes de mães geralmente (também) carentes... estas “devem receber cotas mais generosas de proteínas na tentativa de uma recuperação nutricional...”⁴² São os célebres Projetos de Suplementação Alimentar para o Grupo Materno-Infantil (evidentemente que não pertencente à classe dominante).

Para os casos de desnutrição já instalada, o discurso pode com mais tranquilidade enfatizar o produto (como o faz para as demais situações embora menos facilmente), focalizando a *temática discursiva* no quadro patológico, sobretudo individual: a desnutrição como desvio a ser corrigido; uma disfunção do organismo e, portanto, um quadro clínico a ser tratado. E assim, gastam-se páginas incontáveis, ensinando-se como tratar a desnutrição: é a dietoterapia como outra solução possível:

*O tratamento baseia-se na administração de proteínas de alto valor biológico e na correção de qualquer desidratação e desequilíbrio existentes. Uma dieta rica em proteínas do leite tem sido o tratamento de escolha.*⁴³

E sem questionar se a acessibilidade a este *tratamento de escolha* é acessível aos desnutridos (ou melhor, sugerindo que

41 CHAVES, N. (org.) *Nutrição Básica e Aplicada*, op. cit., pág. 90.

42 BURTON, B. Op. cit., pág. 294.

43 BURTON, B. *Ibidem*, pág. 527.

o é) o discurso científico prossegue valorizando o uso de produtos alimentares processados:

*Produtos alimentares processados... passaram a ocupar lugares proeminentes na dieta popular (as multinacionais do setor que o digam!)... e servem atualmente para enriquecer a dieta e levar mais adiante a causa da saúde pública...*⁴⁴

*Não há dúvida de que as crianças estão melhor alimentadas hoje em dia e gozam de uma morbidade bastante reduzida por causa da produção de fontes higiênicas e industrializadas de leite, e do acréscimo de uma ampla variedade de produtos alimentares processados à sua dieta...*⁴⁵

Assim, legitima-se em livro, a tecnologia de alimentos como outra solução poderosa — não, é claro, para a acumulação de riqueza nas mãos do grande empresariado, sobretudo as multinacionais, mas para a desnutrição! Além disto, as qualidades que são atribuídas a estes alimentos, justificam sua utilização nas linhas de suplementação alimentar, conforme veremos mais adiante. Esta *Temática Discursiva* valoriza a tecnologia, frente à situação que no contexto histórico atual jamais lhe poderia conferir este valor embora algumas obras afirmem que “nos EUA, o nível nutricional tenha aumentado bastante como resultado de uma feliz interferência dos avanços da ciência, da tecnologia alimentar e o crescente padrão de vida.”

É interessante ressaltar como a utilização dominante de obras estrangeiras exclui a discussão dos problemas nutricionais da nossa população, no contexto histórico brasileiro, o que facilita a proposição das sugestões referidas, uma vez que se reportam a países de capitalismo avançado, mesmo em obras não procedentes destes países, colocando seu modelo de desenvolvimento inclusive como padrão a ser perseguido e atingido, um dia, pelo Brasil. Mas para isso é preciso cuidar

44 BURTON, B. Ibidem, pág. 535.

45 BURTON, B. Ibidem, pág. 535.

de aspectos que aparecem em outras *Temáticas Discursivas* tais como: “controle demográfico” (sobretudo na agricultura), além da “capacitação de pessoal técnico qualificado”, uma vez que nestas obras, a solução para a Fome aparece como um problema técnico e não político e econômico!

Médicos locais, nutricionistas, agências governamentais, equipes especiais da Organização Mundial de Saúde e a Food and Agriculture Organization das Nações Unidas, além de instituições privadas e governamentais, estão fazendo esforços dentro dos limites impostos pela prevalente pobreza...

Os avanços nos conhecimentos de nutrição humana têm sido destacados e, se algumas perguntas têm iludido os investigadores de hoje, suas respostas serão encontradas por aquele que geralmente tem a palavra, o cientista do futuro. (grifos nossos)

Em suma, a partir do arcabouço teórico discutido nos temas até aqui apresentados, através da observação das *categorias discursivas* utilizadas e das *temáticas discursivas* delas decorrentes, vai se construindo o espaço da prática do nutricionista, conforme passamos a analisar no próximo *Tema Central*.

4º Tema:

O papel profissional do nutricionista

Mesclando-se às concepções abordadas nos *Temas Centrais* já estudados até aqui (sobretudo pelo modelo explicativo que acabamos de discutir, com suas respectivas *temáticas discursivas*), uma série de saberes práticos vão sendo, explicitamente apresentados, disciplinando gradativamente, a prática profissional dos nutricionistas de modo a adequá-la à reprodução da Ordem dominante.

46 BOTOMÉ, S. P. Administração de comportamento humano em instituição de saúde: uma experiência para serviço público. Dissertação de Mestrado. USP, 1981. Não publicada.

Aqui, julgamos pertinente referir uma contribuição interessante de BOTOMÉ. Quando trabalhando com a questão do uso de variáveis em modelos explicativos afirma que "em qualquer estágio ou situação em que se encontrem as variáveis é necessário (e possível) trabalhar com elas. O que vai variar é a forma de trabalhar ou a tarefa específica a ser feita."⁴⁷

Assim, sugere uma associação entre variáveis relacionadas com um problema e as correspondentes tarefas que o profissional deveria desenvolver, considerando a importância das referidas variáveis frente ao problema que determinam.⁴⁸

Evidentemente que, embora trabalhando com variáveis a Causalidade dos Problemas Nutricionais, tal como é abordada no *discurso científico* dominante não considera as variáveis conforme faz o autor, na medida em que não as hierarquiza. Por outro lado, há outra oposição importante entre as duas concepções no que se refere à correlação causalidade dos "problemas nutricionais \times prática do nutricionista", uma vez que não percebemos em nenhuma das obras a concepção já transcrita, referente à possibilidade de trabalhar com qualquer variável.

Ao contrário, a idéia parece ser colocar o nutricionista no seu devido lugar, a saber, o lugar que melhor sirva aos interesses do modelo econômico e da classe que se favorece da Ordem Social que dá suporte a este modelo.

Assim, nada mais lógico do que situar o nutricionista como personagem central ou, como ocorre mais frequentemente, como acessório — as famosas profissões "paramédicas" — nas linhas propostas como soluções. Estas exigiriam para que o fossem, de fato, práticas em níveis muito além do marco restrito do setor Saúde (onde apenas se manifestam os efeitos), o que já foi discutido e compreendido, no momento em que demonstramos que na ciência dominante, os efeitos aparecem como causas.

Assim, pretende-se passar ao nutricionista uma representação da sua prática como algo que realmente soluciona os problemas nutricionais,⁴⁹ tanto no nível individual quanto no

47 Ver Quadro III, nos Anexos.

48 O sucesso desta pretensão encontra-se parcialmente discutido no Capítulo IV deste livro.

49 MITCHELL, H. S. Op. cit., págs. 33 e 185.

social, enquanto se estabelece seu espaço nas relações sociais de produção, de modo inteiramente incompatível com a possibilidade de solucionar concretamente os problemas que têm de enfrentar.

*... a principal responsabilidade do nutricionista e transformar os conhecimentos nutricionais em informações que o cliente pode aceitar... o nutricionista pode oferecer sugestões de como melhorar o estado nutricional nos limites do orçamento.*⁵⁰ (grifos nossos)

Tarefas, diga-se de passagem, bastante difíceis, já que a tal fórmula nem o discurso científico conhece. Apesar de sugerirem esta solução como responsabilidade profissional do Nutricionista, não encontramos em nenhuma das obras analisadas conteúdo teórico que os ensine como alimentar oito filhos, seguindo uma dieta adequada, com o orçamento do que se chama, ainda hoje, *salário mínimo*. Este espaço da ciência foi cedido, gentilmente, a um grupo enorme de *experts* (ou seja, as famílias assalariadas que vivem de salário mínimo). Estas assumem a incumbência (a despeito do rótulo de ignorância que a ciência, em outros momentos, lhes atribui) de descobrir a fórmula, utilizando como técnica a observação participante do cotidiano da sua própria reprodução como força de trabalho! Aliás, o incentivo a esta *pesquisa* é grande: ou descobrem a fórmula ou a taxa de mortalidade, sobretudo infantil, vai disparar, expressando (ou reforçando) a incompetência da equipe.

Além destas, outras tantas soluções são apontadas, sempre de modo coerente com as *temáticas discursivas* que vimos no *Tema Central* anterior (as soluções):

O nutricionista de saúde pública trabalha com agências de saúde oficiais e voluntárias, escolas e universidades, agências sociais e de bem-estar, instituições e pessoas numa forma de aconselhamento e educação. Tal trabalho pode tomar a forma de pesquisa sobre alimentos ou estudos clínicos e de laboratório, a fim de avaliar e definir as necessidades locais, ou de visitas domiciliares

50 BURTON, B. Op. cit., págs. 529-530.

para investigar outros problemas nutricionais e sugerir soluções; pode ser necessário um aconselhamento prático durante a gravidez, alimentação da criança, planejamento das refeições familiares, cozimento adequado, controle de peso, nutrição geriátrica ou dietas especiais em casos de doença. (Nutrição clínica). Pode envolver a organização de campanhas nutricionais com cartazes, exposições, slogans de rádio e TV e o ensino de doutrinas básicas da boa nutrição.⁵¹ (grifos nossos) De novo, a educação nutricional!

Como podemos verificar, o papel do nutricionista como técnico é detalhadamente abordado e, em certas obras, hierarquizado na "equipe multiprofissional de saúde":

*O médico é a pessoa responsável pela assistência de saúde. Identifica e faz recomendações a respeito dos componentes nutricionais e recomenda o cliente ao nutricionista como membro da equipe.*⁵² (grifos nossos)

*Quando indicado, o nutricionista... pode fazer sugestões específicas, dentro desta linha de ação sem alterar o status sócio-econômico do paciente.*⁵³ (grifos nossos)

A expressão "quando indicado" reflete, na maioria das vezes, a submissão do nutricionista a outros profissionais, sobretudo na estrutura de poder instaurada na área de Saúde, onde o médico é quem detém o poder de permitir ao nutricionista o limitado exercício do conhecimento técnico que detém, como vimos num dos trechos destacados acima.

Um aspecto que percebemos durante a análise foi o fato de este *Tema Central*, de modo um tanto distinto dos demais, se constituir — ele próprio — numa *temática discursiva*. Aqui, não nos pareceu necessário utilizar o modelo baseado na identificação das *categorias* e *temáticas discursivas*, na medida em que o *Tema Central* em foco, a nosso ver, equivale a uma

temática discursiva relacionada a todas as *categorias discursivas* discutidas nos temas anteriores, bem como as *temáticas* também já apontadas.

Se observarmos com atenção os trechos transcritos nas últimas páginas, é nítida a utilização das mesmas *categorias discursivas* já analisadas quando trabalhamos com a Concepção de Nutrição, Concepção de Sociedade bem como com os problemas Nutricionais e sua Causalidade. Assim, parece-nos ser estes *Temas* a base teórica que molda a prática do nutricionista ou o seu papel, aliás o que já era de se esperar. Este foi o motivo que nos levou a trabalhar este *Tema* de modo ligeiramente distinto de como o fizemos com os demais, uma vez que suas *categorias discursivas*, se analisadas, levariam a repetições das análises já realizadas na medida em que o somatório de todas que o antecedem parecem corresponder ao que seriam as *categorias discursivas* de que deriva este *Tema*. Com relação às *temáticas discursivas* deduzimos, conforme já referimos, que o *Tema*: Papel do Nutricionista se apresenta como *temática discursiva*, porque é bastante evidente a direcionalidade que o discurso toma no sentido de restringir o espectro possível da prática deste profissional ao exercício técnico necessário aos interesses de uma determinada classe.

Conforme os trechos demonstram, há muito pouco o que se tomar como discurso neutro e racional (ainda que hipoteticamente), que caracterize o que aqui se está tomando como *categoria discursiva*.

Ao contrário, o que ocorre é a já analisada delimitação do campo de atuação, bem como das competências, do nutricionista, de modo a levá-lo a bem desempenhar seu papel de neutralizador das contradições sociais que possam se expressar na área da Nutrição:

*Os Nutricionistas devem estar verdadeiramente empenhados não só com o aspecto da prática profissional, mas também com os conhecimentos e cuidados necessários à execução eficiente dos programas.*⁵⁴ (grifos nossos)

51 MITCHELL, H. S. *Nutrição*, op. cit., pág. 8.

52 MITCHELL, H. S. *Ibidem*, pág. 279.

53 MITCHELL, H. S. *Ibidem*, pág. 193.

54 MITCHELL, H. S. *Ibidem*.

Assim, confundindo-se com o conteúdo técnico, cuja extensão ocupa, conforme referimos, a maior parte, senão a totalidade das obras científicas dominantes, associado à Concepção de Sociedade e à abordagem causal com a qual os Problemas Nutricionais são tratados, vai sendo ensinado não só o que fazer mas como fazer.

Uma série de técnicas e procedimentos são minuciosamente detalhados, ficando claro que os “conflitos” que aparecem na prática do nutricionista nas distintas áreas de atuação é algo natural cuja solução existe e é questão de competência técnica:

A hostilidade é, muitas vezes, um resultado da ansiedade, mas um cliente também pode expressar hostilidade em direção ao entrevistador para testar a sua aceitação por este como pessoa.

Assim, cabe aos nutricionistas terem:

... paciência, imaginação e persistência para persuadir a mulher que não queira seguir uma dieta adequada... é a necessidade do cliente que ditará o argumento usado... o nutricionista deve acreditar que todos podem modificar-se e ser capaz de comunicar isto ao cliente. O orientador deve ser caloroso e atencioso... Pesquisas têm demonstrado que o paciente submete-se melhor na prática individual do que em clínicas coletivas.

Desfigura-se, dessa forma, o significado político que caracteriza o que, embora apelidado de *conflitos*, nada mais são que contradições sociais que se expressam no cotidiano da prática do nutricionista, contradições estas decorrentes do modo como se organiza a produção e se distribui os bens de consumo nas sociedades capitalistas. Aqui, estamos de volta às lacunas que, conforme verificamos, é característica essencial; tem lugar permanente no discurso da ciência dominante.

Outra observação importante são as categorias grifadas por nós, nos últimos trechos, que expressam a luta que se trava no cotidiano do nutricionista: “hostilidade”, “paciência”, “imaginação”, “persistência”, “submissão”, “argumento”.

Estas categorias explicitam, embora de forma distorcida, a luta de classes presente na prática do nutricionista e nos faz ver como o nutricionista é adestrado para exercer um papel profissional que, longe de ir ao encontro da solução dos problemas nutricionais, serve, ao contrário, como base para a reprodução do modelo que gera esses problemas.

A importância deste saber (e das relações e práticas que gera) talvez possa ser melhor entendida na análise do último *Tema Central* destacado.

5º Tema:

A importância da nutrição

Em todas as obras analisadas, cujos conteúdos não se restringem somente aos aspectos técnicos necessários à prática do nutricionista, de modo idêntico aos dois últimos Temas, a Importância da Nutrição aparece como assunto explicitamente discutido. Utilizando-se das mesmas *categorias discursivas* até agora destacadas, o *discurso científico* incorpora àquelas, novas *categorias discursivas*, bastante elucidativas no que concerne à compreensão desta importância atribuída à Nutrição.

Como necessidade básica de qualquer organismo vivo, a Nutrição aparece inicialmente valorizada neste sentido, retomando-se, mais uma vez, aquele discurso biológico, neutro, já discutido anteriormente, como se vê através das categorias teóricas grifadas no trecho abaixo, que tomamos como exemplo:

*La alimentación del individuo sano tiene por finalidad mantenerlo en salud, mediante el aporte de todos los nutrientes necesarios, según lo impone el regimen normal.*⁵⁵ (grifos nossos)

É a mesma lógica de “indivíduo”, “organismo”, “nutriente”, etc... que se repete, só que incorporando novas *categorias discursivas*:

Há uma relação direta entre a Nutrição e o rendimento do trabalho físico. O desnutrido produz pouco, tem

55 SOLA, J. E. Op. cit., pág. 61.

menor resistência física e, de um modo geral a carga horária média de trabalho é bem inferior a de um indivíduo bem nutrido. Além do mais, os indivíduos em estado de hipoglicemia estão mais predispostos aos acidentes de trabalho.

Estudos realizados em diversas partes do mundo vêm revelando uma relação da suplementação alimentar proporcionada a trabalhadores e a melhora da produtividade.⁵⁶

Fatos como esses vêm confirmar o papel fundamental da nutrição na produtividade do ser humano, do qual depende inteiramente o desenvolvimento global... de um país.⁵⁷

O trabalhador mal alimentado, ainda que com aparência sadia, pode demonstrar mais fadiga, e pode gastar mais tempo devido a enfermidade, sendo menos eficiente e estando mais sujeito a acidentes que o trabalhador bem alimentado...

Experimentos realizados numa indústria num período de 2 anos, demonstraram que entre homens e mulheres, o rendimento do trabalho foi maior quando o regime dietético incluiu um jejum adequado, e menor, quando este era omitido.⁵⁸

A capacidade de trabalho de adultos desnutridos pode estar significativamente reduzida, e seus potenciais como sustentáculos da família e como responsáveis pela reprodução também podem estar afetados... A Nutrição importante por motivos econômicos bem como humanitários, tem alta prioridade nos Planos Nacionais de Desenvolvimento.⁵⁹

Como podemos observar, permeando o discurso que fala da nutrição como necessidade fisiológica, como processo meta-

56 É impressionante o número de estudos "científicos" desenvolvidos nessa linha.

57 CHAVES, N. Nutrição Básica e Aplicada. Op. cit., págs. 205-206.

58 BURTON, B. Nutrição, op. cit., págs. 531-532.

59 MITCHELL, H. S. Nutrição, pág. 279.

bólico detalhadamente estudado, no sentido de vislumbrar os efeitos da má nutrição, conforme vimos no primeiro Tema, vão se revelando *categorias discursivas* que, a nosso ver, são as que realmente importam no que concerne ao valor conferido à Nutrição no discurso da ciência.

A Nutrição aparece, então, não como um direito de todos, uma necessidade básica a ser suprida equitativamente na sociedade. A questão central é a produção, como se pode conferir pela utilização recorrente das *categorias discursivas*: "trabalhador", "rendimento", "trabalho", "produtividade", "acidentes de trabalho", "reprodução" e até o "desenvolvimento de um País".

Evidencia-se, portanto, que a importância atribuída à Nutrição, neste discurso, longe de calcar-se no bem-estar social (ou quaisquer valores humanitários) provém do papel que ela (Nutrição) desempenha como fator fundamental no processo de acumulação de capital. Na medida em que vai colaborar, se bem utilizada, para a reprodução e ampliação do capital, seja diminuindo os gastos dos detentores dos meios de produção com acidentes de trabalho, seja aumentando a produção por hora trabalhada ou até promovendo a reprodução, não da espécie, mas, na realidade, do exército industrial de reserva, começa a se tornar compreensível porque a Nutrição é tão importante...

Mas isto que acabamos de colocar, o discurso lido e analisado por nós, não situa em nenhum momento. É preciso, como vimos, manter as lacunas.

Ao contrário, coerente com tudo que analisamos até aqui, através dos *Temas Centrais* destacados, a proposta discursiva dominante na Nutrição vai propondo suas *temáticas discursivas*, reconhecendo a importância da Nutrição, desde que dentro de certos limites:

*Os programas nutricionais podem ser planejados, em relação à capacidade de gastos... Em relação ao sofrimento humano e a perda econômica, o custo da cegueira é incalculável. Comparativamente, o custo da prevenção é quase desprezível.*⁶⁰

60 MITCHELL, H. S. Ibidem.

Como podemos observar, novas categorias são incorporadas como: "gastos", "perda econômica", "custo", entre outras. Desloca-se, assim, o foco de atenção da superação dos problemas nutricionais (e das causas) para a escolha de programas (as já referidas soluções, agora concretizadas), sem perder de vista a disponibilidade de recursos do Estado. Assim, retoma-se todas as *temáticas discursivas* discutidas na análise dos Problemas Nutricionais e sua Causalidade, revestindo-se de cientificidade um amplo leque de intervenções nutricionais possíveis:

*O modo mais prático de controlar a vitamina A nas áreas de alto risco parece ser a administração oral de grandes doses de retinol nos pré-escolares.*⁶¹

Novamente, poderíamos indagar: "áreas de alto risco" ou determinada classe social? E quanto aos pré-escolares, seriam todos ou os que pertencem a uma determinada classe? Que utilidade tem estas lacunas e as categorias empregadas! O que seria desta ciência sem elas? Mas o fato é que elas existem e o discurso científico pode prosseguir, como faz nas obras analisadas, propondo:

*O objetivo, a longo prazo, deverá ser o de melhorar a dieta da criança a fim de assegurar uma ingestão adequada de vitamina A. O sucesso deste método dependerá da eficácia da educação nutricional.*⁶²

*... um número crescente de indústrias tem estabelecido sistemas de alimentação dentro da indústria, a custo mais baixo para seus empregados, como uma forma de ajuda pelo conforto e para melhorar o relacionamento e a moral do empregado com a indústria, assim como em seu próprio interesse.*⁶³

E, nesta direção, a ciência prossegue sugerindo, sob forma das mais diversas intervenções, a implementação prática das

61 MITCHELL, H. S. Ibidem.

62 MITCHELL, H. S. Ibidem.

63 MITCHELL, H. S. Ibidem.

soluções identificadas para os problemas nutricionais concebidos, como vimos, como disfunções que devem e podem ser corrigidas. E aí cabe tudo, desde os tradicionais Projetos de Educação Nutricional e Suplementação Alimentar, passando pelos programas de controle de natalidade, até transferência de tecnologia e *know-how*. Ressalta-se, ainda, a necessidade desta ajuda entre as nações para que os países pobres alcancem seu desenvolvimento (como se este fosse o caminho, ou até mesmo, o processo em curso!).

Mas a questão histórica não é, segundo pudemos comprovar, um problema relevante para a ciência da Nutrição. Entretanto, ainda assim, esta se propõe a superar os problemas nutricionais, desde que as soluções se ajustem aos problemas de *custos, gastos, perdas econômicas, disponibilidades financeiras*. Segundo pensamos, categorias incoerentes com um *discurso científico*, supostamente empenhado na superação dos problemas nutricionais.

Cabe perguntar então a que Problemas Nutricionais esta ciência quer se referir: serão os problemas nutricionais concebidos como problemas para a saúde e bem-estar do nosso povo ou apenas como problemas para a expansão capitalista?

Achamos que a segunda opção é a única que pode justificar a redução das soluções ao problema de "ver o que sai mais barato" para os detentores do capital.

Assim, ao final desta análise do que hoje representa o discurso científico da Nutrição, sobra-nos inquietação e ao mesmo tempo clareza para compreender como se estrutura e o que pretende o discurso particular que pode ser dominante. Ao mesmo tempo, constatamos a que distância este discurso se encontra do que julgamos devesse ser um discurso científico.

Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana.

Bertolt Brecht

Capítulo III

A política nacional de alimentação e nutrição pós-70

Elucidar a estrutura do Discurso Dominante na ciência da Nutrição parece-nos útil no sentido de demonstrar a que distância se encontra da lógica reprodutiva da ciência contemporânea quem acredita na sua pretensa neutralidade, pelo fato de ser a mesma a-histórica. Tal como procuramos demonstrar, ela (a ciência), ao contrário, é fundamentalmente política, produto de relações sociais num certo modo de produção, e expressão, ainda que através de uma *linguagem técnica*, de interesses da classe que detém o poder, justificando-o e perpetuando-o, enquanto exclui outras falas.

Parece-nos ter ficado claro em que consiste ou como se constrói o discurso científico da Nutrição, através do modelo com que trabalhamos, que procurou apontar certos elementos essenciais à constituição deste discurso. Nessa etapa que concluímos, indagávamos, portanto, sobre a natureza do discurso legitimado e dominante num certo campo do saber. Procuramos fazê-lo denunciando algumas "sutilezas" existentes neste discurso específico, na busca de sua coerência interna e os efeitos que as categorias utilizadas na sua constituição podem (ou procuram) exercer sobre a Ordem Social.

No Capítulo que ora iniciamos, a questão central desloca-se deste ponto para a busca dos motivos que levam um certo

discurso à obtenção de sua legitimidade. Isto para nós liga-se à sua utilidade frente à consecução do projeto político da classe hegemônica num dado momento histórico. Em outras palavras, o objeto agora é tratar o discurso da Nutrição tendo como contraponto o discurso da classe dominante expresso, conforme já referimos, no discurso da Política implantada no setor e na fala dos agentes envolvidos na implantação de Programas e Projetos.

Embora nossa investigação não se pretenda uma análise histórica da Política em Alimentação e Nutrição no Brasil, traçaremos, a título elucidativo, um breve histórico da Política no setor da Nutrição, aliada ao cenário social em que a mesma surge, fatos, evidentemente, vinculados. A partir daí entraremos no objeto específico deste Capítulo, que tem como premissa a estreita vinculação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição com o saber hegemônico (os conhecimentos técnico-científicos) produzido num momento histórico determinado.

Já que estamos falando da Política Alimentar Nutricional brasileira e, portanto, nos movimentando no espaço de uma economia dependente, julgamos esclarecedor observar o que se passa no cenário internacional no período que tomamos neste trabalho e as articulações entre os dois contextos: Nacional e Internacional.

No plano internacional, o debate sobre a Fome Mundial desponta com força no início dos anos 70. Conforme referimos no Capítulo I, realizam-se vários eventos, chamando-nos a atenção a famigerada "Crise Mundial de Alimentos". Como demonstra Susan George, num minucioso trabalho que localizamos sobre o tema¹ essa "crise", longe de ser uma catástrofe "imprevisível" e "incontrolável", em termos econômicos, simplesmente evidencia mais uma vez que a produção alimentar nos países dominantes responde à procura do mercado monetário, pouco importando as necessidades dos povos famintos.

A FAO, órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, divulga no período inúmeras estatísticas mostrando as calorias e proteínas consumidas pelos povos dos paí-

ses dependentes. Cifras da FAO demonstravam, num estudo efetuado no Nordeste brasileiro, que os mais pobres se encontravam nos limites da sobrevivência enquanto, no Brasil os ricos se nutriam com cerca do dobro de suas necessidades diárias.

Desse modo, fica difícil empregar conceitos como "países subdesenvolvidos" ou "países pobres". Como ocultar nos países pobres a disparidade entre o povo faminto e as elites? Como escamotear a existência concreta de diferentes classes? Continuaremos, entretanto, utilizando a terminologia — "país subdesenvolvido" — no caso dos países onde o grupo de famintos predomina sobre o segundo grupo.

As Nações Unidas declaravam na época que uma em cada oito pessoas no mundo, era literalmente subnutrida e que quase metade sofria de má nutrição de um ou outro tipo.

O Banco Mundial também mostrava um quadro alarmante no Terceiro Mundo: uma proliferação crescente dos "pobres absolutos",² tanto na zona urbana quanto na rural, à medida em que o Capital se acumulava em poucas mãos.

A crise alimentar torna-se uma preocupação internacional no início dos anos 70, mais do que tudo pelos níveis assustadoramente baixos dos cereais no período 72-74, destacando-se como um evento histórico a já citada *Conferência Mundial de Alimentos*, realizada em Roma, em novembro de 1974. Do que pudemos levantar, os resultados desta Conferência pouco contribuíram para o objetivo a que oficialmente se propunha: solucionar o problema da Fome. Várias "soluções" técnicas foram propostas no sentido do aumento da produção global de alimentos, relegando-se ao esquecimento a questão da distribuição destes últimos. Esqueceram-se os *experts* participantes da Conferência que "só os pobres — onde quer que vivam — ficam famintos e que esquemas de injustiça e exploração, profundamente arraigados, de origem interna ou importados, impedem-nos literalmente de se alimentar."³

Cabe frisar, também, que a assustadora Crise Alimentar não deveria surpreender tanto pois apesar dos problemas apon-

1 GEORGE, S. *O mercado da Fome: as verdadeiras razões da Fome no mundo*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

2 Os que recebem menos de 70 dólares por ano (*per capita*).

3 GEORGE, S. Op. cit., págs. 16 e 17.

tados como reais explicações para a crise que se esboçou, outros foram esquecidos.

Além do pressuposto de que o problema consistia na Escassez de Alimentos e não na sua distribuição outras causas como "as volumosas compras da União Soviética, o insucesso parcial da produção de anchovas peruanas, as colheitas catastróficas em 1972"⁴ foram (e são) utilizadas para justificar a Crise Mundial de Alimentos. Isto, sem esquecer a culpa atribuída aos países da OPEP.⁵

O que parece que ficou esquecido é que na década de 1960, os EUA *frearam* o cultivo de 20 milhões de hectares até o ano de 1973, devido à incapacidade de absorção de sua produção alimentar no mercado mundial. Quando os preços voltaram a subir no mercado mundial e os estoques alimentares declinaram, a terra antes *alienada* voltou a ser cultivada com um aumento da sua produção entre os anos de 1972 e 1973 de 12% na colheita de trigo e 25% na de soja.⁶ Percebia-se, por volta de 1972, que sobreviria uma crise alimentar e esta poderia facilmente ser evitada se os países maiores produtores de alimentos continuassem sua produção num ritmo constante, durante os anos que precederam a crise.

Temos que concordar com Bertolt Brecht, quando diz que "fomes não acontecem, elas são organizadas pelo comércio de cereais", e quem sofrerá serão sempre as classes subalternas, pois, pelo que vimos até hoje na História, os ricos sempre encontram como se livrar da Fome, evidentemente, não por simples coincidência ou porque esta é a ordem natural das coisas. Voltemos ao plano nacional.

Revendo-se obras que tratam da Política no setor da Alimentação e Nutrição no Brasil⁷ conclui-se que a questão nu-

tricional-alimentar sobressai em diversas conjunturas anteriores ao período por nós recortado.

Desde o governo Vargas, num contexto populista, iniciam-se experiências de política social neste setor, podendo-se destacar a título de exemplo, a preocupação explícita do Estado com as necessidades alimentares do trabalhador adulto que se expressa sob forma do Decreto-Lei nº 399 de 30 de abril de 1938. Daí em diante, uma série de iniciativas vão surgindo, acompanhadas da criação de distintos órgãos como o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1945, etc.⁸

Segundo comprovamos em nossa revisão literária atinente ao tema, as iniciativas acima referidas encontravam-se de acordo com o contexto político e social em que vinham surgindo embora constituindo fenômenos isolados, cujo destaque veio definhando com o esfriamento das propostas populistas do Estado.⁹

Esta situação se consolida em 64 com a mudança do quadro político brasileiro, quando não se observa qualquer privilegiamento dos problemas que afligem as classes subalternas. Conforme destaca Natal, "outras questões ocupam por completo os foros de debate: combate à inflação e retomada do crescimento econômico, expansão do mercado interno e luta de hegemonia no bloco no poder: *milagre brasileiro*."¹⁰

Era isso o que se pretendia e no que concerne aos governos Castelo Branco, Costa e Silva e Médici a questão alimentar/nutricional evapora-se do projeto político desenvolvido no período. Instituíam-se e desenvolviam-se aos poucos o que viria a ser o *milagre brasileiro*. O milagre da convivência simultânea da acumulação desvairada de capital ao lado da vertiginosa queda do padrão de vida da força de trabalho usada neste projeto, na ilusão de que as classes subalternas comeriam do bolo que estava no forno. Não imaginavam tais classes que eram elas próprias seus ingredientes. O bolo não foi dividido e o que sobrou devem ter sido as muitas lágrimas choradas

4 GEORGE, S. Ibidem, pág. 29.

5 Embora a OPEP possa se incluir entre os responsáveis pela crise alimentar, no período 1970-74 os produtores de fertilizantes acusavam os aumentos do preço do petróleo, enquanto eles próprios aumentavam seus produtos 23 vezes mais. Além disso no pior período de inflação dos preços dos cereais (1974), uma tonelada de trigo custava 3 vezes mais do que uma tonelada de petróleo. Esta questão encontra-se analisada em GEORGE, S. Op. cit. terceira parte.

6 GEORGE, S. Ibidem, pág. 30.

7 Estas obras já foram referidas na Introdução Geral desta obra.

8 Para uma análise do papel desempenhado pelos órgãos criados no período pré-70 consultar o trabalho de L'ABBATE, S. Op. cit. Cap. I.

9 Ver a respeito o trabalho de NATAL, J. L. Op. cit. (Cap. VI).

10 NATAL, J. L. Ibidem, pág. 109.

quando a mortalidade infantil disparou num retrocesso de 20 anos.

Este era o contexto nacional que inaugurava os anos 70, evidentemente acompanhando o que ocorria no plano Internacional. Diante deste quadro alarmante, começa a surgir também no Brasil, um intenso debate sobre a questão da Política Social implantada (e, em particular, no setor Saúde), apesar do peso da repressão que reinava no período. Organismos nacionais e internacionais participaram ativamente no debate, bem como intelectuais e instituições que expressavam seu inconformismo, como se pode comprovar pelos vários trabalhos publicados no período.

A Organização Panamericana de Saúde (OPS) finda no ano de 1970, publicando algum tempo depois, a Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, incluindo áreas da região Nordeste e Sudeste do Brasil, apontando a estreita associação entre a desnutrição e a mortalidade infantil encontrada no período.

O DIEESE, órgão vinculado a diversos sindicatos de trabalhadores, também divulga dados da pesquisa por ele realizada em 1969, onde denuncia o decréscimo do poder aquisitivo das classes trabalhadoras na década anterior.¹²

A Imprensa também passa a falar sobre a questão, sendo um dos exemplos o jornal Estado de São Paulo que passa à opinião pública mensalmente os cálculos do DIEESE em relação ao custo da ração mínima essencial, estabelecida, como já referimos, por Decreto.¹³

Também neste período proliferam trabalhos no meio acadêmico que também vão nesta mesma linha: a denúncia das precárias condições de vida da população brasileira frente à crescente expansão do capitalismo, fomentando no meio cien-

tífico novas formas de ver o problema nutricional. O discurso exclusivamente biológico que reinava tranqüilo na época começa pelo menos a ter sua tranqüilidade ameaçada pelas "variáveis sociais" que nele tentam se introduzir.¹⁴

Embora possamos apontar várias limitações nas abordagens sociais desta produção, não podemos negar a contribuição que estes trabalhos representaram no sentido de pôr em evidência a dramaticidade da situação nutricional-alimentar que assolava a nossa população. Cabe ainda destacar que de qualquer modo, esses trabalhos representaram um avanço não só no campo da produção científica em Nutrição como também, em certos casos, constituíram-se em formas de resistência e cobrança frente ao Estado. Ao mesmo tempo em que questionavam o discurso da Nutrição legitimado, ampliando-o com novos enfoques, suscitavam na sociedade uma reflexão acerca da postura estatal frente à Fome da população brasileira.

O povo não tardou a descobrir, no cotidiano da sua reprodução como força de trabalho, que a fórmula que garantiria a sua sobrevivência existia mas não era utilizada e precisava ser legitimada dentro de uma Ordem Social mais justa.¹⁵

Diante da situação difícil em que se encontrava o Estado, que como destaca Madel T. Luz, ocorria num momento que, como vimos, "não era ocasional. Muito ao contrário, marcava

14 Alguns destes trabalhos, desenvolvidos em grande parte em Universidades, encontram-se incluídos na bibliografia geral desta obra.

15 Descobriram muitos a exploração a que vinham sendo crescentemente submetidos. E também foram muitos os que brigaram e lutam até hoje.

Embora nós, intelectuais, possamos pretender ensinar o discurso da mudança, o povo detém o saber mais próximo da sua realidade, pois vive nela, faz parte dela. Conhece-a, não por meio de elocubrações ou por "experiências laboratoriais", mas pela angústia da "pesquisa participante" que é obrigado a realizar.

Talvez esta proximidade da sua própria realidade possa ser a única vantagem que pode auferir da posição em que se encontra na hierarquia social. Mas uma vantagem que só poderá sê-lo sem aspas, em uma Ordem Social onde a ciência se construa partindo de uma nova lógica: que não produza discursos lacunares (ideológicos) comprometidos com o Capital, conforme aquele que vimos no que tomamos como exemplo no Capítulo anterior.

11 PUFFER, R. e SERRANO, C. *Mortalidade en la niñez*. OPS/OMS 1973.

12 DIEESE. Padrão e custo de vida. *Estudos sócio-econômicos* 2. São Paulo, 1974.

13 Nas notas referentes ao Cap. II do trabalho de L. ABBATE, S. Op. cit. poderão ser encontradas referências a várias reportagens publicadas pelo ESP na época. Nossas indicações pautaram-se neste trabalho, não tendo sido, portanto, consultadas por nós as fontes primárias.

o ápice dos efeitos de um processo de concentração e centralização econômico-política que se desenvolvia sistematicamente desde 1967/68¹⁶ — a classe dominante precisava responder rápida e convincentemente. E foi o que fez. Sua ação na área de Alimentação e Nutrição foi claramente delineada, no percurso que veremos a seguir.

A política nacional de alimentação e nutrição: aspectos históricos

Ao pretendermos empreender um esboço do que ocorreu no período pós-70 em termos de Política de Alimentação e Nutrição, buscamos nos basear não apenas na escassa bibliografia sobre o assunto, mas enriquecê-la com depoimentos de agentes institucionais, artigos publicados na imprensa, entre outras falas. Pensamos que agindo desta maneira poderíamos tornar um pouco mais explícito o jogo institucional que envolve a questão, fato que em geral não vem à tona em retrospectivas históricas descritivas, que “enxugam” aspectos importantes da luta que se trava no percurso da implantação de uma Política Social, seja neste, ou naquele setor.

O alcance desta nossa pretensão foi bastante dificultado não só pela já citada escassez de publicações referentes ao tema, como também pelo clima que cercou a Política no setor de Alimentação e Nutrição (para não dizer a Política Social como um todo).

Apesar disto, procuramos enriquecer ao máximo nosso breve histórico dentro de uma ótica que toma o Estado e suas políticas não como entidade monolítica e todo-poderosa, mas como um campo onde diferentes forças sociais interagem, sendo a Política final resultado do confronto destas distintas forças numa dada conjuntura.

No que se refere à Política em questão, podemos iniciar dizendo que a partir da década de 70 (mais precisamente do ano de 1972) as distintas *linhas de ação* até então implementadas como experiências isoladas e descontínuas são sinteti-

zadas em planos e programas em Alimentação e Nutrição institucionalizados e centralizados no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) — autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, cuja criação se dá no governo Médici, 3º governo vigente desde o golpe militar de março de 1964, através da Lei nº 5.829 de 30 de novembro de 1972, publicado no Diário Oficial da União.¹⁷

Cabe destacar que é dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento — I PND (72-74) que a questão alimentar passa a fazer parte das preocupações estatais de forma explícita, com a criação do INAN e posterior aprovação de suas ações. Dentre as distintas atribuições do INAN cabe-lhe “elaborar e propor ao Presidente da República o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), promover sua execução, supervisionar e fiscalizar sua implementação, avaliar periodicamente os respectivos resultados e, se necessário, propor sua revisão.”¹⁸

Algum tempo antes da publicação desta resolução no Diário Oficial, sua criação já começava a ser anunciada na imprensa, apesar do grande sigilo que cercava a *surpresa*. Alguns jornais da época tentavam trazer à opinião pública o lançamento do evento, conforme pudemos constatar nas reportagens da época, mas os próprios “técnicos das instituições ligadas à área de Nutrição mostraram-se surpreendidos e reclamaram não terem sido consultados”¹⁹ não só quanto à criação do órgão como também quanto à criação do PRONAN. Um retrato nítido do momento pode ser constatado na seguinte reportagem:

O gerente da COBAL, no Rio, não podia informar. Os funcionários também não. Apenas uma pessoa estava credenciada para dar informações a respeito do “projeto impacto” do governo anunciado para o dia 12. (Dia da Criança) “Criação de um programa nacional de alimentação e nutrição e de um Instituto Nacional de Alimentação. A pessoa credenciada é o assessor de imprensa” —

16 LUZ, Madel T. *As Instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, pág. 148.

17 D.O., 01.12.72 — Seção I — Parte I.

18 D.O., 01.12.72 — Lei n.º 5.829, art. 2.º, item III.

19 L'ABBATE, Solange. Op. cit., pág. 102.

*informou a secretária. Mas o assessor não estava. "Está na Agência Nacional" — insistiu a moça. Na Agência Nacional informaram que o assessor estava na COBAL. A secretária acabou admitindo que o assessor raramente aparece na repartição, mesmo porque aqui não há sala de imprensa.*²⁰

Isto a um mês da criação do INAN!

Se os técnicos ligados à estrutura estavam desinformados, mais distante ainda se encontrava "o pessoal da execução" como, por exemplo, os nutricionistas. O fato é que a criação do INAN é assinada no dia 12 de outubro pelo Presidente Médici e encaminhada ao Congresso, seguindo a verticalização característica do Regime Autoritário onde não era mesmo de se esperar qualquer consulta.

Criado o INAN em novembro de 1972, tendo como Presidente José Maria Gamboa, é aprovado alguns meses mais tarde o I PRONAN, conforme o Decreto nº 72.034 de 30 de março de 1973, cujo texto é publicado alguns dias depois no Diário Oficial²¹ contendo sua descrição detalhada, bem como seus objetivos.

Pelo que apreendemos, não só por meio da pesquisa bibliográfica, como também pelos depoimentos de técnicos e agentes ligados à Instituição de distintas formas, o I PRONAN inexistiu. Cabe-nos dizer ainda em relação ao I PRONAN, que não só este não avança como também o INAN, em 1974, enfrenta uma grave crise institucional, que é encoberta pelo governo sob a desculpa de que o Instituto deverá ser remodelado no sentido de ampliar suas atividades de atendimento ao grupo materno-infantil. É o que anuncia Paulo de Almeida Machado, Ministro da Saúde, por ocasião do Dia Mundial da Saúde, em 1974, dedicado à alimentação.²²

20 O ESP. "O Programa de Alimentos é segredo bem guardado". 6.10.1972, primeira página.

21 D.O., 03.04.73 — Seção I, Parte I, págs. 3.275-79. Cabe salientar o que consta no art. 1.º que se refere à coincidência do período de duração do PRONAN com a do PND.

22 L'ABBATE, Solange. Op. cit., págs. 122-123.

Se para a situação nutricional da população brasileira o I PRONAN de nada serviu, muitas foram as críticas a ele dirigidas por especialistas, instituições de Ensino, imprensa, etc. Estas formas de resistências concorreram, em grande parte, para o rompimento da proposta do I PRONAN, não somente no plano discursivo mas também no da ação, culminando com a demissão do então presidente do INAN, em agosto de 1974.

O intercurso entre a presidência de Gamboa e o novo nome que viria a ocupar o cargo durante 10 anos, não fica esclarecido na revisão de literatura que empreendemos. No sentido de preencher esta lacuna, entrevistamos um técnico que ocupou cargo de assessor do INAN, desde os primórdios do II PRONAN (1975), pertencendo atualmente ao quadro de pessoal do INAN.

Quanto ao "enterro" do I PRONAN e lançamento do II PRONAN o texto da entrevista deixa transparecer fatos interessantes. Diz ele:

*Na época, o INAN inicia seu reerguimento, após a crise da gestão Gamboa e (após) período de intervenção, quando, por curto prazo foi chefiado por um almirante.*²³ (grifos nossos)

A presidência deste almirante, segundo nosso levantamento bibliográfico, não é mencionada, tendo sido o caminho Gamboa-Kruse anteriormente entendido como um *continuum*. Entretanto, este nos parece um fato de grande relevância, que vem reforçar a hipótese de crise institucional por que passava o órgão e a preocupação estatal com a questão: afinal, havia um Almirante num órgão de Nutrição, coincidente com outros exemplos, como um General à frente da Educação (num outro momento de crise).

De fato, a preocupação com o reerguimento do INAN e sua legitimação frente à opinião pública aparece explicitamente nos documentos, conforme podemos observar nas páginas de apresentação do documento 06/76 — II PRONAN, onde o então Ministro da Saúde Paulo Almeida Machado diz:

23 Relato do Assessor do INAN, pág. 1.

*É preciso que neste momento se faça justiça ao reconhecer o desempenho do INAN, órgão que há menos de dois anos se debatia em violenta crise e cuja recuperação e capacidade ficou patenteada na sua participação lúcida e eficaz em todas as etapas de elaboração do II PRONAN. O Governo Federal pode se alegrar com o novo INAN, um órgão à altura de sua missão.*²⁴

Outra medida importante, em nível de organização estatal foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), órgão composto pelos Ministros dos diversos setores da área social, chefiado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, que ocorre em 1974. Conforme podemos constatar nos textos oficiais do PRONAN, a partir desta época, já constam nas primeiras páginas a participação dos distintos Ministérios. Seus representantes passam a compor o "Conselho Deliberativo do INAN", a fim de assistir o presidente do órgão nas suas funções, de conformidade com o artigo 5º, parágrafo único da Lei nº 5.829 de 30 de novembro de 1972.

Feitas estas observações, voltemos à sucessão oficial, que se dá por meio da nomeação, em seguida à demissão do antigo Presidente (e da passagem do Almirante), do Dr. Bertoldo Kruse Grande de Arruda, especialista ligado ao meio acadêmico, em lugar do diplomata de carreira que o antecederia. Desta forma acalmavam-se os ânimos colocando-se no cargo alguém com "competência técnica", seu saber instrumentalizando e justificando o poder — enquanto a própria troca autorizava a pedir um tempo para que o órgão pudesse se reestruturar e encontrar uma saída para a crise.

As resistências colocadas ao I PRONAN foram cuidadosamente consideradas pelo INAN antes da elaboração do que viria a ser o II PRONAN: muda-se, como veremos, o discurso; especialistas são ouvidos, críticas ao I PRONAN são assumidas pelo órgão. Ao lado disso, a falácia do *milagre*, associada a outros fatos que, como já demonstramos, ocorrem simultaneamente no período, exigiam do Estado muita cautela para conciliar os interesses do capital, sem que a Ordem Social explodisse. Foi isto que a Política do II PND buscou, elabo-

rando adequadamente o discurso do II PRONAN. Voltemos à fala do assessor, que explica o que se passava no órgão:

Em 1975 (julho) se estava dando os últimos retoques no texto do PRONAN que seria aprovado em forma de Decreto... Inicialmente o nome era para ser PLANAN (Plano Nacional de Alimentação e Nutrição). Comentava-se que era para dissociar do termo PRONAN ou I PRONAN, que tivera tão grande insucesso na primeira fase do INAN. Perguntava-se: como termos um II PRONAN quando o I PRONAN não existiu? Mas o termo "PLANO" proposto tinha outra especificação na terminologia governamental. E o que se pretendia na verdade, eram ações caracterizadas como PROGRAMA. Daí, ter sobrevivido o nome PRONAN. Mas sempre evitou-se como atenuante o uso do "II". Sempre se chamava o "PRONAN" e nunca o "II PRONAN".

Esta informação pôde nos explicar um dado que julgamos particularmente interessante e que justificará a conduta metodológica a que faremos referência mais adiante: a quase totalidade dos trabalhos a que tivemos acesso, bem como as conferências que lemos e as repetidas vezes que escrevemos ao INAN solicitando informações sobre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição — pós-70, em tudo o que recolhemos de material para análise, era nomeado o termo PRONAN (em raros casos, II PRONAN) como se o I e o III, ainda que em termos de propostas, inexistissem. Julgamos que o relato que acabamos de transcrever pôde explicitar em grande parte os motivos do *esquecimento* do I PRONAN.

Até aqui, a omissão de quaisquer comentários relativos ao I e III PRONAN nos inquietava, na medida em que sabíamos da existência dos mesmos e, ao procedermos à nossa revisão histórica, sobretudo quando nos dirigíamos ao INAN para nos informar sobre a Política no Setor, recebíamos sempre como resposta cópia do Documento Técnico 06/76, intitulado Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN (como se vê, sem o II, conforme refere o assessor). Mesmo nas cartas em que indagamos sobre o I e III PRONANs, a resposta enviada era o já referido documento.

24 INAN-PRONAN. Documento Técnico 06/76. Ver Apresentação.

Em relação ao I PRONAN, achamos que já ficaram esclarecidos os motivos; quanto ao III PRONAN, teceremos alguns comentários mais adiante.

Desta maneira, após a conturbada fase vivida pelo INAN, “sai”, finalmente (já no governo Geisel) o II PRONAN. Segundo o assessor:

Foi dado na época grande destaque a esta aprovação, cabendo à ARENA (o maior partido do Ocidente), através do seu presidente Francelino Pereira, a honra de apresentá-lo no Congresso Nacional.

O II PRONAN, a exemplo do I, que surgiu no I PND, vem no bojo do II PND, quando o planejamento no setor, conforme já referimos, é feito com maior cuidado, reforçando velhas intervenções e propondo novas. Há, portanto, uma mudança discursiva importante nesta passagem que se dá do I para o II PRONAN.

Como proposta política a ser implementada até o ano de 1979, o PRONAN (ou II PRONAN), como veremos, contempla várias linhas, se propondo a pôr fim aos problemas nutricionais.

Sob nova presidência e com novo discurso (cuja autoria elucidaremos abaixo), tentando ao máximo apagar da memória da população a falácia do I PRONAN, o INAN começa uma nova fase. No início desta fase, como nos disse o assessor:

O quadro de pessoal era muito restrito, limitando-se quase que apenas a pessoal administrativo. Um convênio com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) começava a viabilizar a contratação de alguns poucos técnicos que, a título de serviços prestados, por um curto prazo pré-determinado (3 meses, depois prorrogados por mais 3 ou 4), deram início aos novos trabalhos: detalhamento e início da atuação do PRONAN.

O processo de elaboração do discurso do II PRONAN também nos foi por ele explicado:

O II PRONAN foi quase que inteiramente desenhado a nível de IPEA/SEPLAN, numa época em que aque-

le órgão era um núcleo de elevado gabarito, voltado para a reflexão, crítica e desenho de novas políticas. Como foi dito, o próprio IPEA pagava os técnicos do INAN. Estes, no início de 1976, começaram a ser contratados por uma tabela especial: Função de Assessoramento Superior (FAS) do Ministério da Saúde. Ou seja, o Ministério da Saúde privilegiou o INAN com significativa parte dos cargos de FAS de que dispunha.

Este relato parece útil para a elucidação das articulações internas que propiciaram o surgimento de um novo discurso (o II PRONAN), pelo menos bastante progressista se comparado a outros.

A aprovação deste discurso, em nível governamental, independentemente da sua implementação em termos práticos,²⁵ não deve ser concebida como um fato meritório (no sentido de uma maior abertura do Regime), mas, ao contrário, deve ser analisado tendo em vista o contexto da época, já mencionado, no qual não era prudente outra lógica discursiva. Em síntese, como bem explica Solange L'Abbate em estudo sobre o assunto, na conjuntura 1972-74, quando foi lançado o I PRONAN como “projeto-impacto”, as atenções do INAN voltaram-se para o desencadeamento de uma grande campanha publicitária em torno do que iria fazer, muito mais do que realizar efetivamente alguma coisa. Destaca a autora que “diante do descrédito dos especialistas e da opinião pública, susta-se a campanha “educativa” sob o slogan “nutrição é desenvolvimento” (I PRONAN), muda-se a direção do Instituto retornando-se praticamente ao ponto zero, só que num contexto diferente.”²⁶

Como já referido, a ilusão do milagre já não mais cegava os olhos da população. Por outro lado, não havia disposição por parte dos setores hegemônicos no Estado de alterar o ritmo de acumulação de capital o que, em qualquer política

25 Em realidade, a aprovação do II PRONAN para o período de 1976-1979, foi apresentado ao presidente Geisel cerca de um ano mais tarde, e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) como Decreto n.º 77.116, de 06 de fevereiro de 1976.

26 L'ABBATE, Solange. Op. cit., pág. 137.

que se pretendesse *solucionadora* dos agravos nutricionais da população, deveria necessariamente ocorrer.

Encontrava-se o Estado, portanto, frente à difícil contradição, já por nós detalhada nas páginas precedentes.

Assim, cautelosamente, no II PND institui-se o II PRONAN como uma proposta de atuar em todos os níveis do problema; se propõe a ser um programa *para valer*, entenda-se, eficiente em termos de adequar racionalmente os meios aos fins, quais sejam, os de atuar junto ao sistema de produção e distribuição de alimentos básicos e de fornecer suplementação alimentar a parcelas da população de baixa renda, e não apenas promover a educação alimentar. Propõe-se, portanto, a ser crítico e bem mais amplo, se comparado ao I PRONAN que, basicamente, se apoiava em campanhas educativas. Mas podemos inferir que por detrás deste rótulo crítico e progressista, que poderia até mesmo ser atribuído às "cabeças" dos técnicos do IPEA (segundo o assessor por nós entrevistado, "um grupo crítico"), o discurso proposto é "instituído", perdendo seu aparente caráter "instituinte",²⁷ por se revelar naquela conjuntura o mais útil ao projeto político dos grupos hegemônicos: pela sua eficiência, reveste-se de um conteúdo ideológico ainda maior. Voltaremos a esta questão quando entrarmos na análise discursiva propriamente dita do II PRONAN.

Em termos da correspondência discurso/prática desta segunda fase da Política no setor, cabe reafirmar não ser este o tipo de análise a que nos propusemos através deste trabalho. Como já esclarecemos, nosso objeto é uma análise da Nutrição no plano discursivo, fazendo-se necessárias certas elucidações históricas, tendo em vista a concepção de discurso por nós adotada e já elucidada no Capítulo I.

Entretanto, acreditamos pelo que foi exposto (e o que se pode verificar na sociedade brasileira), ter ficado claro que discurso não significa necessariamente a implementação prática das suas propostas. Ao contrário, muitas vezes é o próprio discurso que possibilita o *não fazer nada*. Segundo o que

27 Os conceitos entre aspas estão sendo utilizados como o faz Marilena Chauí em sua obra *Cultura e Democracia*. Op. cit.

pudemos ler em diversos trabalhos que tratam da avaliação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, parece ter sido este o caso, em todo o período por nós estudado.

Retomando os aspectos históricos da questão, as informações escasseiam bastante a partir do ano de 1979. O peso dos documentos, conferências e trabalhos pertinentes ao período 1980-1985, tornou-se praticamente nulo na reconstituição do ocorrido no período. Também no que se refere às informações dos técnicos (e, em particular, dos nutricionistas) o desconhecimento era quase total.

Conforme já referimos, o INAN também nada nos revelou sobre o III PRONAN; tampouco nos informou sobre uma avaliação global e sua posição quanto à continuidade do II PRONAN. Tivemos acesso a alguns relatórios relativos ao desempenho do mesmo, mas que a nada conduziam em termos da manutenção ou mudança discursiva, sobretudo a respeito das linhas de intervenção implementadas. Ou seja, nada nos ofereciam como material de análise qualitativa para o período que se seguiria, sendo um material meramente burocrático, composto de tabelas e dados quantitativos.

O que conseguimos levantar quanto a estes últimos anos, devemos a contatos, observações pessoais, conversas informais com especialistas no setor, complementadas pelo relato do assessor do II PRONAN. Este, pertencendo ainda ao quadro do INAN após o término do período previsto para a implementação do II PRONAN, nos forneceu algumas informações que deram forma às distintas hipóteses que passavam pela nossa cabeça: falava-se que o III PRONAN teria sido publicado, mas ninguém sabia nos informar quando; colocava-se, por outro lado, que o INAN nada havia publicado pois, na ausência de resultados positivos e, tendo em vista a quantidade de críticas das mais diversas naturezas que o II PRONAN recebera, melhor seria nada publicar. Nossas observações como especialista na área, nos faziam ver que nada havia de novo, de vez que os programas e projetos propostos nos discursos dos programas anteriores continuavam valendo na prática.

A fala do assessor do INAN nos levou, finalmente, à conclusão de que em realidade, nossas hipóteses anteriores

eram pertinentes e complementares. No seu relato na parte em que nos fala sobre o III PRONAN, no período pós-79, lemos que:

O III PRONAN foi desenhado por um pequeno grupo dentro do INAN. Ainda hoje é comum ouvir-se críticas quanto à forma fechada com que foi elaborado. Embora o presidente do INAN tenha atendido na época essas críticas, solicitando que todos os técnicos e interessados entregassem àquele grupo de 3 ou 4 técnicos alojados no setor de planejamento do INAN, por escrito, suas sugestões, pode-se afirmar que estas sugestões foram objeto de escasso aproveitamento.

Como se vê, tornam-se nítidas as fissuras institucionais. O III PRONAN, segundo concluímos, foi desenhado de forma fechada não só no sentido INAN/Sociedade mas também intra-institucionalmente. Não podemos saber exatamente as características desse pequeno grupo que o desenhou. Entretanto, a primeira questão estava respondida: existia uma minuta-proposta de III PRONAN. Mas como estava o INAN então? Segundo o assessor:

... nesta fase a coisa já era bem diferente. O INAN dispunha de um quadro razoavelmente amplo e treinado. Um quadro realmente excepcional se comparado aos demais setores do Ministério da Saúde. O número de funcionários e os salários eram melhores, por exemplo, do que os que apresentava o também importantíssimo setor de Vigilância Sanitária de alimentos, medicamentos, cosméticos, etc... Mais: seria melhor a situação do INAN do que de qualquer um desses setores ou mesmo de todos eles juntos.²⁸

Enfim, concluímos que o INAN alcançara seu reerguimento, com o já mencionado convênio IPEA/SEPLAN, os cargos FAS, etc. Mas, pelo relato do assessor, a luta no in-

28 Idem, nota 23.

29 Idem.

terior da instituição chega ao ponto do questionamento da própria utilidade de se criar um III PRONAN:

Vale também questionar o porquê de se instituir um III PRONAN. O II surgiu num outro contexto bem diverso: o momento de dividir o bolo... de fortalecimento da ARENA... do reerguimento do INAN como organismo público federal, etc. Mas e o III?³⁰

É um dos próprios mentores da Política Oficial de Nutrição quem abre uma brecha para que se perceba o caráter ideológico e comprometido do discurso técnico-científico, racional e neutro do Programa.

Com os ventos da abertura, um "INAN-up", altos salários, etc. para que um III Programa de Alimentação e Nutrição? É bastante compreensível, vista desta ótica, a polêmica interna que se cria no órgão. Aliás, parece que as críticas ao III PRONAN começaram dentro do próprio órgão, uma vez que muitas opiniões devem ter surgido como as que vemos no seguinte trecho do relato:

Algumas vezes se temeu que, ao se minutar o III PRONAN, esta minuta sofresse tantas alterações ao longo do processo de aprovação (em outros Ministérios) que, ao final, em vez de se consolidarem as posições sociais conquistadas durante a execução do II, se terminasse, pelo contrário, sofrendo revezes e retrocessos. Principalmente no que concernia aos cardápios dos programas de suplementação que, segundo o II, deveriam utilizar preferencialmente alimentos básicos e tradicionais, adquiridos junto a pequenos produtores de baixa renda e suas cooperativas. Mas havia, como ainda há, uma forte pressão de indústrias modernas, cuja produção era quase inteiramente voltada para o mercado institucional (pós para misturas lácteas, sopas mais nutritivas, alimentos de preparo imediato, etc...) e se temia que a polêmica ocorrida durante o II, terminasse em favor destes que, poderiam, agora previamente alertados, talvez, encontrar maior apoio junto aos órgãos do

30 Idem, págs. 1 e 2.

setor econômico. Na verdade, durante o II a diretriz adotada pelo Programa foi contrariada pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esta última executa o Plano de Complementação Alimentar (PCA) utilizando *Milk-shakes com sabor de morango e sopas, distribuídas a gestantes e crianças carentes*.³¹

Ao longo deste relato, percebem-se os distintos interesses em luta pela hegemonia no espaço institucional, bem como entre distintas instituições. No que acabamos de transcrever, a título de exemplo, já se percebem distintas “correntes” presentes no órgão, bem como a intromissão de poderosas forças econômicas na feitura de um discurso que norteia a Política Social num dado setor.

Segundo esclarecimentos verbais do assessor entrevistado, havia oposições bastante fortes entre grupos que defendiam as linhas asseguradas no II PRONAN e grupos que tentavam alterá-las (fato que, segundo o relato, também ocorreu durante a elaboração deste último). Ele (assessor), segundo declarou, questionava preocupadamente a elaboração do III PRONAN alegando que era grande o risco de não se conseguir garantir as propostas nem ao menos no plano discursivo — o que ele denominou “revezes” e “retrocessos”. Finalmente, quanto ao texto do III PRONAN, aparece no seu relato:

Particularmente, creio que o texto da minuta do III PRONAN, elaborado por aquele (pequeno) grupo, apresenta pelo menos um grave erro: a sua dimensão e conseqüentemente, nível de detalhamento. Um programa deveria conter umas dez páginas, definindo objetivos, prioridades, estratégias, alternativas de implementação (definindo os órgãos, volume de recursos e respectivas fontes), atribuições de cada órgão e outros aspectos semelhantes. No entanto, tinha cerca de 200 páginas e descia a detalhes como estabelecimento do preço de leite extra-cota... o que por não ser atribuição do INAN, e por ser questão altamente polêmica e sensível a certos segmentos fortes

política e economicamente, só servia para criar restrições e obstáculos à sua aprovação.³²

Coincidentemente, conseguimos, através de um especialista ligado à Legião Brasileira de Assistência, ter acesso ao documento que é considerado III PRONAN, que intitulava-se: “Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — III PRONAN — 1982-1985”, na verdade um Anteprojeto. Constatava do documento a nota de que o mesmo fora “apreciado pelo Conselho Deliberativo do INAN em reunião do dia 26/5/81”. Não chegava a conter 200 páginas, mas nosso informante errou por pouco e, ao lermos suas principais diretrizes, acabamos por acatar a observação com que o assessor terminou seu relato escrito:

... o III (PRONAN) não passava de uma continuação do II e este (o II PRONAN) continuava sendo implementado normalmente, embora tivesse sido encerrado oficialmente (sem qualquer registro ou lembrança na data) em 1979.³³

Esta opinião do assessor foi ratificada logo na introdução do anteprojeto do III PRONAN quando aparece textualmente que:

As proposições que integram o presente Programa estão embasadas nas experiências obtidas pelos diversos órgãos da área social e econômica responsáveis pela execução do II PRONAN, no período de 1976 a 1980.

Através delas, pretende-se dar à problemática alimentar e nutricional uma atenção mais próxima de sua real dimensão. Daí, associarem-se propostas de ações específicas da área social, representadas principalmente pelos Programas de Suplementação Alimentar, de cujo fortalecimento e ampliação o país não pode prescindir, com indicações para a área econômica nos aspectos de produção e comercialização de alimentos...

31 Idem, pág. 2.

32 Idem, pág. 1.

33 Idem, pág. 2.

*Vale ressaltar que os modelos de intervenção escolhidos foram exaustivamente testados durante o período de vigência do II PRONAN, inclusive toda a articulação interinstitucional que os viabilizaram técnica, operacional e financeiramente.*³⁴ (grifos nossos)

Os grifos do texto acima querem destacar o continuísmo a que se referia o assessor. Como se pode perceber, nada de novo parece haver (como de fato a leitura comparativa dos documentos confirmou) nas diretrizes centrais dos dois Programas (ou melhor, do PRONAN, nestas duas fases). Substituem-se apenas alguns termos, reprioriza-se as linhas de ação mas, no todo, podemos verificar que a coisa continua a mesma.

Parece que o receio de que a proposta do II PRONAN viesse a se perder com a elaboração do III, não mais preocupa o grupo que queria garanti-la. Pelo menos no plano discursivo, o II e III PRONAN confundem-se. Quanto aos resultados práticos, isto já sai do escopo deste trabalho, sendo que as últimas notícias da imprensa, bem como o que se fez publicado sobre o tema, sobretudo no que tange à relação custo da ração mínima x salário mínimo não é o que se poderia chamar de boas notícias.

Com relação ao INAN, pareceu-nos que seu papel de "centralizador" da Política Nacional de Alimentação e Nutrição não foi bem desempenhado. A relação deste órgão com as demais Instituições não demonstra, de modo algum, este papel de orientação e coordenação, uma vez que os distintos Ministérios envolvidos na execução dos programas propostos não mudaram seu *modus operandi* no período analisado. O INAN, como Instituição, exerceu apenas um papel formal, devendo ser, segundo nos declarou o assessor entrevistado, *totalmente reestruturado*.

Com este conjunto de fatos pensamos ter concluído o percurso que nos traz do governo Médici (no Plano Nacional) e dos grandes debates no fórum internacional do início dos anos 70 até o início da Nova República, dando uma idéia da conjuntura em que as propostas discursivas surgem, são aco-

lhidas ou combatidas, transformam-se, interpenetram-se, enfim, "morrem" ou tornam-se hegemônicas.

Neste breve retrospecto histórico vimos que o material para uma análise discursiva é bem rico pois muito se falou, muitas foram as reivindicações que aliadas ao contexto social do período "sacudiram" bastante a área alimentar e nutricional.

Resistindo à tentação de cair em quaisquer avaliações das intervenções implementadas de 1970 até nossos dias, defrontamo-nos com a seleção do que tomaríamos como discurso dos setores hegemônicos no Estado.

Conforme já referimos, grande foi a movimentação no plano discursivo em análise. Por isto mesmo colocou-se para nós uma questão de natureza metodológica: que material tomar para a análise que a partir de agora ocupará o espaço deste capítulo? Dentre os distintos discursos produzidos, frutos das lutas travadas no campo de forças que para nós representa o Estado, o que melhor explicita os interesses da classe dominante? Levando-se em conta a conjuntura histórica já explicitada, o volume de documentos por nós levantado e consultado bem como os limites que se impuseram a este trabalho, optamos pela conduta que ora relatamos.

Conforme demonstramos, não podemos falar em apenas um discurso no que concerne à Política Oficial em Nutrição. Coerentes com uma concepção como a que acabamos de referir e com a conjuntura analisada, o consenso e a harmonia discursiva não era mesmo de se esperar.

Observando a fala estatal no I, II e III PRONAN (material que elegemos como mais representativo por refletir não só o pensamento das forças dominantes mas por se traduzir em práticas sociais), decidimos nos ater ao discurso contido no II PRONAN, embora reconheçamos na passagem de um a outro, alterações que ocorrem no discurso. Na passagem do I PRONAN (projeto impacto do governo Médici) até o III PRONAN (já na gestão Figueiredo) a mudança discursiva, como vimos necessária, é um fato que não podemos negar. Entretanto, julgamos que trabalhando com o texto do II PRONAN, daríamos conta do que de mais expressivo temos em termos de discurso político no pós-70.

Esta afirmação toma por base o fato de que o I PRONAN, na prática, *inexistiu*, tendo sido seu discurso, em parte

34 PRONAN III — 1982-1985. Anteprojeto. Ver Introdução, págs. 2-3.

incorporado, em parte criticado, quando da elaboração do II PRONAN que por sua vez, tem o III PRONAN (se é que podemos tomá-lo como fala oficial, visto ser anteprojeto) como sua continuidade.

Além deste, outros motivos nos levaram à delimitação da nossa análise discursiva ao conteúdo do II PRONAN: a já referida postura do INAN ao assumir o II PRONAN como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição a ponto de assumi-lo como o "PRONAN"; o peso da proposta discursiva do II PRONAN em termos práticos na conjuntura analisada. Enquanto o I PRONAN "se evapora" após um ano de sua aprovação, desembocando numa crise institucional, a proposta PRONAN II vigora desde então até nossos dias, abarcando um espaço de cerca de 10 anos da conjuntura analisada. Quanto ao PRONAN III, sua existência é o próprio atestado da força do discurso do II.

Complementam estas rápidas justificativas a riqueza de pronunciamentos do presidente do INAN, Dr. Bertoldo Kruse (que ocupou o cargo até a mudança para o atual governo), bem como outros discursos e publicações oficiais que foram motivados pelo surgimento e desenvolvimento do II PRONAN e pelo grande debate em torno da questão nutricional.³⁵ Não podemos deixar de registrar, por outro lado, nossa observação participante, bem como o acompanhamento do PRONAN como especialista em Nutrição, o que vem reforçar ser a análise do II PRONAN e outros documentos oficiais a ele referentes, o procedimento mais apropriado metodologicamente.

Feitas estas observações, passamos ao objeto central deste Capítulo: a análise discursiva do referido material, de acordo com o "modelo de análise" já apresentado no Capítulo I e utilizado no Capítulo II desta dissertação.

Tratar-se-á de uma análise ligeiramente distinta da que efetuamos ao trabalharmos com a bibliografia dominante nos Cursos de Nutrição no Brasil (vide Cap. II). Aqui, importará também buscar as interpenetrações entre os dois campos: "Ciência" e "Política", o que tentaremos fazer trabalhando comparativamente os dois discursos, partindo da premissa de que o conjunto de saberes legitimados como a ciência domi-

35 Este material pode ser encontrado no INAN.

nante (cuja estrutura já elucidamos) dá base à implementação de certas intervenções sobre a sociedade. Trata-se, portanto, do fenômeno de, sob o rótulo da legitimidade e neutralidade dos conhecimentos técnico-científicos justificar (e garantir) a reprodução da Ordem Social, que seleciona e legitima o saber que lhe serve numa dada conjuntura histórica.

A política nacional de alimentação e nutrição: análise discursiva

Tomamos como ponto de partida a tese de que o Saber dominante no campo da Nutrição (ou a constituição deste saber), não se desvincula da evolução da política na referida área, como nas demais áreas que constituem a Política Social como um todo.

Quanto à retrospectiva histórica que empreendemos também se fez, a nosso ver, necessária para uma compreensão das estruturas sociais e das forças sociais em jogo, a que se ligam necessariamente o saber dominante e as políticas implementadas em determinada área a cada conjuntura.

Explicitando o contexto histórico, bem como os aspectos relativos ao percurso metodológico eleito, passamos a nos ocupar da investigação no plano discursivo; do movimento da ciência e da Política na área de Alimentação e Nutrição, a partir dos anos 70.

Acreditamos ter justificado o material básico sobre o qual trabalhamos o texto do II PRONAN (o PRONAN) — documento 06/76 — a cuja análise acrescentamos a de outras fontes como: Conferências proferidas pelo presidente do órgão, bem como documentos que expressam aspectos da legislação referente ao desenvolvimento desta Política.³⁶

36 No que diz respeito às Conferências do Presidente do Órgão e outras falas institucionais impôs-se uma seleção dada a riqueza de publicações pertinentes ao tema. Conforme já referimos, não tomamos relatórios e análises do desempenho do PRONAN visto não ser este o objeto deste trabalho, embora reconheçamos seu valor como material de análise, referente à Política num dado setor.

Ao empreendermos este estudo, tomamos o mesmo modelo de análise com que trabalhamos o saber legitimado já apresentado e utilizado nos capítulos anteriores. Buscamos nos cinco *Temas Centrais* selecionados as *Categorias Discursivas* e as *Temáticas Discursivas* que estruturam este discurso, só que agora, observando a correspondência ou não dos mesmos com o corpo do "saber científico". Este é, portanto, o núcleo da discussão que ora iniciamos.

1º Tema:

A concepção de nutrição

Consultando o texto do II PRONAN,³⁷ constatamos no que se denomina "Síntese Programática", que ocupa as primeiras páginas do documento, no item referente à "Orientação de Política Social", a Concepção de Nutrição adotada, embora esta apareça bem menos explícita do que ocorre com o *discurso científico*. Conforme já referimos, o PRONAN se propõe crítico às experiências até então desenvolvidas. É isto o que o documento busca reforçar, como podemos ver neste trecho:

Nesse amplo contexto econômico, político e social, o PRONAN foge intencionalmente do enfoque convencional de programas nutricionais ortodoxos, caracterizados pela baixa cobertura, atenção exclusiva aos grupos biologicamente vulneráveis e atuação restrita aos sistemas de saúde e de educação.

Ao adotar uma nova abordagem para o problema e propor estratégias de ação até então pouco consideradas, o PRONAN não só contempla o desenvolvimento do setor

Quanto ao debate (especialmente as resistências) que se trata na conjuntura analisada, o que levantamos através da imprensa, Congressos e outros eventos, foi matéria analisada no Capítulo IV que tratou das lutas que se dão na reprodução e difusão do saber dominante.

37 A partir de agora adotaremos, a exemplo do que faz o INAN no documento técnico 06/76, a nomenclatura PRONAN ao invés de II PRONAN.

*de produção e comercialização, como, aumentando a cobertura dos grupos de maior vulnerabilidade social e biológica...*³⁸ (grifos nossos)

Esta concepção também é observada em várias conferências do Presidente do INAN, Dr. Bertoldo K. G. de Arruda, inclusive inserindo nos referidos discursos fatos que demonstram a gravidade da situação em que se encontra a população brasileira.³⁹

Nossa compreensão concernente à Concepção de Nutrição subjacente ao discurso da Política Oficial escapa, conforme podemos ver pelos grifos no trecho selecionado, dos limites verificados no corpo das obras analisadas, no Capítulo II. Ali a Nutrição aparece como um processo eminentemente biológico, de metabolismo de nutrientes a nível de tecido, célula, etc. O PRONAN, segundo seu texto oficial, "foge intencionalmente" dos programas tradicionais e do enfoque puramente biológico, reconhecendo a Nutrição como um fenômeno que tem antecedentes sociais, introduzindo *Categorias Discursivas* tais como: *produção e comercialização dos alimentos* como objeto de atenção a ser privilegiado em suas linhas de ação e não somente o aspecto da utilização biológica dos nutrientes.

Esta proposta sugere um discurso bem mais *avançado* e *progressista* se compararmos o discurso do PRONAN com o que a *ciência* concebe no que tange à Nutrição. Entretanto, cabe ressaltar que no próprio texto aparece explicitado o caráter intencional na expressão — "foge intencionalmente" — que norteia esta "virada" no discurso político.

Segundo cremos, esta "não correspondência" absoluta com o discurso científico pode ser entendida se recordarmos o contexto social da época em que o PRONAN foi lançado, que exigia uma mudança, senão de rumo, pelo menos de rótulo.

38 INAN-PRONAN. Doc. Técnico 06/76, págs. 2 e 3.

39 Dentre os pronunciamentos consultados, destacamos: *População e Alimentação*, "O Problema Nutricional e o PRONAN", "Ação Interinstitucional e Intersetorial do PRONAN", apresentados, respectivamente, pelo presidente do INAN no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra, na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e na VI Conferência Nacional de Saúde, esta realizada em Brasília, no ano de 1977.

Assim, a incoerência entre as duas falas é, na verdade, um fenômeno aparente, pois o confinamento da Nutrição-ciência ao campo biológico é habilmente utilizado pelos grupos hegemônicos no Poder, no sentido de garantir sua continuidade. Pela crítica/negação do que afirma a ciência e as correspondentes práticas na área, passa-se uma idéia de “algo novo” com muito mais facilidade e força. E não é exatamente isto o que interessa aos segmentos dominantes?

Assim, no que se refere ao tema Concepção de Nutrição, embora o discurso da *ciência* se mantenha a uma certa distância do que propõe o discurso político, isto não significa que as duas partes tenham entrado em conflito. Mesmo porque desconhecemos qualquer iniciativa do Estado no sentido de forçar a *ciência* a rever seus pressupostos. Ao contrário, como veremos no decorrer da análise dos demais *Temas* esta última troca apenas a roupagem, permanecendo inalterado e ainda mais legitimado o seu conteúdo.

Cabe acentuar, ao compararmos o *discurso científico* com o do PRONAN, que aqui o enfoque biológico não “asfixia” o social, conforme afirmamos com relação ao primeiro. Entretanto, as novas categorias incorporadas não ameaçam, ao nosso ver, a lógica discursiva da *ciência*. Ao incorporá-las permitindo-se até uma postura crítica, o discurso do PRONAN se volta à complementação da primeira, longe de com ela romper. E isto não se dá por acaso, bastando observar o contexto social em que o PRONAN é proposto. Ao contrário “... O saber... torna-se aceitável e passível de incorporação quando já foram acionados dispositivos econômicos, sociais e políticos que permitam acolher o saber novo, não porque seja inovador, nem porque seja verdadeiro, mas porque perdeu a força instituinte... já foi neutralizado e pode servir para justificar a suposta neutralidade racional de uma certa forma de dominação.”⁴⁰

Além disto, o *novo discurso* do PRONAN conserva a mesma *estrutura lacunar* que caracteriza um discurso ideológico, conforme comentamos quando da análise do discurso da ciência. Tomando, a título ilustrativo, as *categorias discursivas* “grupos social e biologicamente vulneráveis”, representa

um reconhecimento explícito que a vasta miséria guarda relação com o modelo de desenvolvimento adotado. Entretanto, este reconhecimento não elucida quem integra os grupos famintos e nem questiona mais profundamente os porquês da referida situação. Como o discurso científico, o da Política apenas faz constatações, acrescentando novas, aliás em nada inéditas, tampouco reveladoras.

Conforme destaca Solange L’Abbade, a *vulnerabilidade biológica* nada mais é do que o resultado da *vulnerabilidade social*, portanto grande parte das intervenções nutricionais comumente implementadas colaboram para esconder e escamotear essa relação, impedindo que os beneficiários percebam que ultrapassado o período de *vulnerabilidade biológica*, permanece inalterada a situação social que a gerou, tornando-se ainda maior a *idéia* (ideologia) de *fracasso* e de *culpa*.⁴¹

Temos portanto, também no plano discursivo da política, os caracteres ideológicos que o permeiam, na medida em que “... as idéias... explicam as relações sociais e políticas, tornando impossível perceber que tais idéias só são explicáveis pela própria forma da Sociedade e da política...”⁴²

Portanto, o *avanço* que se poderia supor neste discurso não representa de fato nenhum paradoxo em relação à ciência legitimada. Significa tão somente, uma maneira que os setores hegemônicos do Estado encontraram para justificar-se no plano discursivo, as práticas que garantiriam seus interesses *particulares*.

O fato de se apresentar crítico não significa nenhum desmantelamento daquilo a que, pretensamente, se opõe, na medida em que o que faz de fato é preencher algumas lacunas. E não é preenchendo as lacunas de um discurso ideológico que se provoca o seu rompimento, desvelando a realidade de um dado fenômeno. No nosso caso, ao contrário, pela introdução de novos conteúdos, é que a Política expressa no PRONAN encontra novos rumos para se reafirmar na conjuntura analisada. Este fato parece ser a *Temática Discursiva* por excelência, que neste primeiro *Tema* (Concepção de Nutrição) as novas *Categorias Discursivas* vêm consolidar.

40 CHAUI, M. Op. cit., pág. 6.

41 L’ABBATE, Solange. Op. cit.

42 CHAUI, M. Op. cit., pág. 19.

Apesar do dito, cabe-nos ressaltar que este movimento de incorporação/apropriação de novas *categorias discursivas*, ao lado da garantia buscada pelos setores hegemônicos para a continuidade da Ordem vigente, significou também uma resposta que se fez necessária às resistências surgidas no campo social. Além disto, trouxe o “florescimento” de movimentos de grande importância no campo científico por nós analisado, bem como no conjunto da Sociedade brasileira, cujos desdobramentos comentaremos adiante.

2º Tema:

A concepção de sociedade

Retomando o texto do PRONAN no que concerne à maneira como o todo social aparece, a proposta que nele se percebe é bastante coincidente com a que norteia as obras científicas de Nutrição.

Os conceitos básicos com que trabalha a teoria funcionalista é que “dá corpo” ao modo como a Sociedade é pensada também na Política Oficial. Considerando os conflitos não como resultado de contradições sociais mas como disfunções num sistema harmônico, perfeitamente integráveis, as distintas linhas propostas no PRONAN pensam atingir:

A médio prazo, uma correção nos mecanismos de distribuição de renda, contribuindo para integrar todos os brasileiros no processo de crescimento econômico da Nação...⁴³ (grifos nossos)

O poder de compra de alimentos, uma vez regido com propósitos de maximização do bem-estar da população, pode contribuir significativamente para a promoção econômica e social de consideráveis massas rurais...⁴⁴

Como podemos verificar, o Estado se coloca como solucionador da questão, respondendo às “cobranças” que se dão

na conjuntura examinada. Mas o que não se pode esquecer é exatamente a referida conjuntura. Esta, longe de possibilitar a solução da Fome da grande maioria dos brasileiros, reflete um momento do desenvolvimento capitalista que é o gerador do problema que pretende solucionar.

Como pensar uma política setorial, desconectando-a da estrutura social em que a mesma se implementa? Como pensar em distribuição de renda num modelo altamente concentrador e perverso de desenvolvimento?

Entretanto é este mesmo Estado que se propõe a erradicar os problemas nutricionais. E, para mostrar que a saída é viável, além de utilizar *categorias discursivas* tomadas por empréstimo dos pressupostos organicistas das teorias de Parsons e Durkheim, entre outros, lança mão do planejamento, introduzindo-a como uma nova e eficaz categoria frente aos objetivos que pretende legitimar:

O PRONAN constitui, portanto, uma ação governamental coerente com a política social e econômica em vigor, compatível com as diretrizes e objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento e adequada às peculiaridades regionais do país, ademais de ser socialmente desejável e economicamente viável na medida em que compatibiliza os altos níveis de cobertura propostos com o volume de recursos disponíveis.⁴⁵

Assim, lacunas à parte, o que nos permitiria indagar o que se entende por “socialmente desejável” num plano vertical altamente centralizado, percebe-se a introdução de idéia do planejamento, quando o texto se refere ao programa (PRONAN) e plano (PND) como respostas — às demandas da população ou ao impasse do desenvolvimento das relações de produção capitalista?

Pelo “enfoque global” que o PRONAN apresenta, reveste-se este último de um caráter *coerente* e *solucionador*, ainda mais porque se apresenta viável ao adequar “os meios aos fins”. Pelas diversas linhas que propõe como soluções definitivas para os agravos nutricionais (conforme veremos no

43 INAN-PRONAN. Op. cit., pág. 5.

44 INAN-Ibidem, pág. 2.

45 INAN-Ibidem, pág. 6.

Tema 3 do presente capítulo), a idéia de um planejamento racional, tecnicamente respaldado, calcando-se na competência técnica neutra, vai se espraiando e legitimando, através de certas *categorias discursivas*, a fala dos setores hegemônicos:

... de certo modo, este planejamento, justamente por ser mais eficiente é possuidor de um conteúdo ideológico ainda maior: enquanto se aguardam as "transformações" que irão resultar na "melhor distribuição de renda", única maneira, segundo os próprios textos oficiais, de resolver o problema da desnutrição no país, o Estado está fazendo alguma coisa, em suma, está cuidando dos mais pobres, impedindo que morram de fome. Em contrapartida, "a distribuição da renda vai sendo postergada para o futuro, suspeita-se um futuro longínquo, dada a conjuntura de crise que o país atravessa, crise que reproduz internamente... as contradições do capitalismo a nível internacional."⁴⁶

Novamente vemos a *ciência* (no caso o instrumental técnico do planejamento com certos enfoques) sendo legitimada como arma para superação dos problemas, em compasso com a Política, que, ao legitimá-la, dela se apropria em interesse próprio, o que para nós corresponde a uma das *temáticas discursivas* essenciais ligadas ao tema em análise.

Nota-se, por outro lado, a correspondência do discurso do PRONAN com o discurso lacunar da ciência, que não aprofunda a questão da estratificação social, mesmo admitindo a questão da renda como um ponto crucial.

Analogamente ao que demonstramos no Capítulo II, quando tratamos esta questão tal como aparece nas obras científicas, a idéia de classes é excluída. Da mesma forma, ainda que se constatem, em nenhum momento se explicitam as relações de produção que dão origem aos "grupos social e biologicamente vulneráveis."

As *categorias discursivas* empregadas para "explicar" a diferenciação social são as mesmas utilizadas na ciência:

46 L'ABBATE, S. Op. cit., págs. 137-138.

... aumentando a cobertura dos grupos de maior vulnerabilidade social e biológica, dirige suas atenções à parcela significativa da força de trabalho nacional, o trabalhador de baixa renda.

... o PRONAN concentra sua atenção na suplementação alimentar a gestantes, nutrízes e crianças de 0 a 6 anos, a escolares de 7 a 14 anos, e a trabalhadores de mais baixa renda, gradativamente...⁴⁷ (grifos nossos)

Aliás, no próprio texto publicado no D.O. relativo à criação do INAN (1972) no art. 3º a mesma fala é empregada, usando as mesmas *categorias discursivas* do "novo PRONAN":

Art. 3º — O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) elaborará programas de assistência alimentar destinados a atender, prioritariamente, a população escolar de estabelecimentos de ensino do primeiro grau, gestantes, nutrízes, lactentes e população infantil até seis anos...

Como vemos, o discurso da Política prossegue utilizando as mesmas *categorias discursivas* já analisadas no Capítulo II, onde discutimos como a utilização das mesmas (tomadas de um discurso biológico que agrupa os indivíduos por suas necessidades nutricionais), escamoteia a diferença de classes (*temática discursiva* correspondente às *categorias* referidas).

Finalmente, cabe assinalar que o PRONAN propõe "uma correção nos mecanismos de distribuição de renda" de modo a "integrar todos os brasileiros no processo de crescimento econômico da nação". As *categorias* grifadas passam, assim, outra idéia que consideramos uma importante *temática discursiva* qual seja a do "caráter transitório e emergencial" do referido programa em suas diferentes linhas, associado à idéia de certeza de uma ascensão social da população beneficiária. Ou seja, sugere-se a possibilidade de ascensão das classes dominadas ou, para usar a terminologia oficial, dos "grupos social e biologicamente vulneráveis", através de mecanismos que passamos a examinar no próximo Tema.

47 INAN. Op. cit., pág. 3.

3º Tema:

Os problemas nutricionais e sua causalidade

Uma vez apontada a correspondência da concepção da sociedade, tal como aparece no *discurso da ciência*, comparada à fala da Política Oficial, passamos a examinar o que ocorre no tocante aos Problemas Nutricionais e sua Causalidade.

Na medida em que os documentos da Política Alimentar Nutricional se propõem a solucionar os problemas no setor, o material discursivo referente ao *Tema* ora em análise se revelou bem mais abundante do que os demais e também muito mais explícito. Este fato, aliás, não constitui surpresa por se tratar de textos referentes ao Programa Nacional no setor, composto necessariamente de propostas e suas respectivas justificativas.

Um primeiro fato interessante é que o que acabamos de afirmar, embora seja *perfeitamente compreensível* num texto de política social também foi por nós constatado quando examinamos o discurso científico. Lá, como aqui, o *Tema central* em questão também se apresentou bastante detalhado, propondo inclusive *saberes práticos*, além das justificativas para as diferentes soluções que propunha. Julgamos esta coincidência interessante e expressiva no que se refere à ligação dos dois discursos. Por que um discurso *técnico* ou *neutro*, como pretende a *ciência contemporânea*, deveria gastar tanto tempo falando sobre soluções e justificativas para intervenções nutricionais, em detrimento dos ensinamentos “científicos”?

Achamos desnecessário, pelo que já foi demonstrado e pelo que ainda o será nas páginas seguintes, responder aqui esta questão. Cremos que a resposta será encontrada sem grandes dificuldades, se é que já não o foi.

Retomemos a questão da causalidade, tal como aparece no discurso dos documentos referentes ao PRONAN. No Capítulo anterior (*Tema 3*) fizemos uma breve discussão dos modelos explicativos disponíveis, realçando o predomínio dos modelos causa-efeito e da multicausalidade nas obras científicas da Nutrição. Achamos, portanto, desnecessário repetir a revisão aqui. O que se torna agora nosso objeto é observar que modelo é adotado na fala do PRONAN, bem como as

linhas de ação derivadas do mesmo. Deixemos que o texto do PRONAN nos elucide:

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN — ao objetivar, de forma concreta e realista, o equacionamento do grave problema de desnutrição no País, procura, simultaneamente, estimular o sistema de produção e comercialização de alimentos, mediante aplicação de incentivos e de medidas de racionalização do seu desempenho.

*Essa ação, consoante com a política de desenvolvimento social vigente, fundamenta-se na evidência de que as carências nutricionais dependem de um conjunto extenso de variáveis, dentre as quais o PRONAN atuará, de forma integrada, sobre as mais críticas e mais diretamente correlacionadas com sua área de competência.*⁴⁸ (grifos nossos)

Em outro documento, é o próprio presidente do INAN, Dr. Bertoldo Kruse, quem faz uma exposição sobre a matéria, dizendo que o PRONAN objetiva:

... um sólido e estreito comprometimento com os interesses relacionados às três macro-variáveis intervenientes na problemática em foco: a disponibilidade de alimentos, o poder aquisitivo e o quadro demográfico e sanitário da população.

Ainda na mesma página afirma o presidente do INAN que

Embora exista relação bastante significativa entre renda familiar e estado nutricional, existe também uma série de variáveis que justificam não ser a centralização de esforços no aumento da renda, como medida única e exclusiva, a resposta imediata em termos de melhor nutrição, apesar de se reconhecer nas distorções da distri-

48 INAN-PRONAN. Op. cit., pág. 2.

49 ARRUDA, Bertoldo K. Três pronunciamentos — INAN, 1976, pág. 13.

buição da renda um dos fatores prioritários do problema.
(grifos nossos)

Assim, prossegue ele

*... estão justificados os programas de suplementação alimentar, enquanto não se logram modificações dos fatores que condicionam a desnutrição.*⁵⁰ (grifo nosso)

Conforme os trechos acima demonstram, especialmente nas *Categorias Discursivas* grifadas, o “modelo multicausal” já bastante discutido no capítulo anterior, não só norteia o discurso *científico* mas também o faz com o discurso político.

Embora aqui se ensaie uma maior hierarquização das distintas *variáveis* do que apontamos na ciência nutricional, ressaltando-se no plano discursivo, por exemplo, a *variável renda*, em detrimento da famosa *educação alimentar*; este “avanço” não pode ser superestimado na medida em que persiste o ranço do modelo multicausal.

Além disto, a *variável renda*, embora enfatizada, em nenhum momento é tomada como uma decorrência da inserção dos indivíduos nas relações de produção, sendo estas inserções o que deveria ser explicado e não seus efeitos.

Se voltarmos a algumas passagens dos trechos que acabamos de transcrever, notaremos que o discurso político, coerente com a ciência que o legitima, não ultrapassa o plano da constatação, na medida em que aponta para associações de variáveis, sem explicitar o cerne da relação causal. Da mesma forma que o *discurso científico* desconsidera, como vimos, o modo como se organiza a sociedade, ou melhor, o fato de que para se explicar o acesso a uma alimentação adequada não se pode prescindir da compreensão de fatos como: o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o modo como se dá a apropriação dos meios de produção, a distribuição do produto, os antagonismos entre o capital e o trabalho e, em especial, o reconhecimento da existência não só de classes mas de nações exploradoras e exploradas. Sem essa elaboração teórica, o que temos só podem ser discursos “multifatoriais”,

onde a Fome decorre de muitas variáveis que podem ser corrigidas sem se mexer na infra-estrutura social, uma vez que não aparecem como socialmente determinadas. Ainda mais quando estes discursos são parte fundamental da continuidade e reprodução desse estado de coisas, legitimados pelos setores que detêm a hegemonia numa dada conjuntura.

Assim, as *categorias discursivas* que encontramos no *discurso da ciência*, quando este se propõe explicativo, são utilizadas no discurso político. Este, delas se apropria para dar forma a uma *temática discursiva* que julgamos fundamental, qual seja, a validação através dos *pressupostos neutros* da ciência, de intervenções nutricionais que propõe como soluções. As *categorias discursivas* listadas no Capítulo II — p. 56 — como “fatores determinantes” dos Problemas Nutricionais, são as seguintes:

- ignorância (maus hábitos alimentares);
- desmame precoce;
- ingestão insuficiente de nutrientes;
- baixa produção de alimentos;
- crescimento populacional excessivo;
- pobreza; baixo poder aquisitivo;
- alto custo de alimentos;
- enfermidades crônicas ou agudas;
- desinformação sobre nutrição em distintos níveis;
- “desnível” entre países pobres e regiões;
- más condições ambientais e de trabalho.

Elas constituem, como veremos um pouco mais à frente, a base sobre a qual a política se justifica na conjuntura analisada. No mesmo movimento vemos que a *ciência* também não pode ser concebida como neutra, na medida em que, conforme demonstramos no Cap. II, se orienta no sentido de legitimar os interesses de determinada classe. Assim, coincidentemente, é com as “variáveis” ou “fatores determinantes” da *ciência*, aqui mencionados, que o PRONAN se propõe a equacionar o problema da fome com uma resposta para cada questão (ou “variável”) inclusive propondo novas.

Conforme podemos ver no sumário das “Diretrizes de Ação” e “Programação Básica” do texto do documento técnico INAN-

50 Ibidem, pág. 15.

06/76 e em outro documento elaborado a esse respeito pelo Ministério da Saúde/INAN⁵¹ as distintas propostas vêm equacionar as "causas" apontadas pela ciência e por outros discursos que também colocam novas "variáveis" (alguns dos quais serão tratados no Cap. IV).

Desta forma, o Estado acolhe o *discurso científico* que, assim se reforça, bem como responde a outras demandas, por meio da Programação contida na sua Política para o setor Alimentação e Nutrição. Esta, se concentra em três linhas de ação, de acordo com os documentos consultados:

1 — Suplementação alimentar:

1.1 — *Programa de Nutrição em Saúde (PNS)...* contempla os grupos vulneráveis da população — gestantes, nutrízes e crianças de 0 a 6 anos os mesmos beneficiários das ações do Programa Materno-Infantil. Atua em todas as unidades da Federação;

1.1.1 — *Programa de Complementação Alimentar (PCA)*

1.2 — *Programa de Alimentação ao Escolar (sob coordenação do Ministério de Educação e Cultura), constituindo-se na "Merenda Escolar".*

1.3 — *Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), executado pelo Ministério do Trabalho juntamente com as empresas.*⁵²

2 — RACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, com ÊNFASE NO ESTÍMULO AO PEQUENO PRODUTOR... a segunda linha do PRONAN contempla... quatro fases distintas — produção, aquisição, comercialização e abastecimento — através da execução de projetos específicos, tais como:

2.1 — *Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda do Nordeste.*

2.2 — *Projeto Experimental de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda.*

2.3 — *Projeto de Comercialização de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda.*

2.4 — *Projeto de Abastecimento de Alimentos em Áreas de Baixa Renda.*

3 — Atividades de Complementação e Apoio englobando ações de:

3.1 — Combate às carências nutricionais específicas como as de: ferro, vitamina A, flúor e iodo, através do enriquecimento de alimentos.

3.2 — Desenvolvimento de tecnologia de alimentos de baixo custo com adequado valor nutricional e incentivos à sua industrialização e consumo.

3.3 — Estudos e pesquisas em alimentação e nutrição.

3.4 — Capacitação de recursos humanos.

Assim, se voltamos à listagem das principais *Categorias Discursivas* que são empregadas pela ciência para explicar a determinação dos Problemas Nutricionais, vemos como as linhas de ação que acabamos de referir a elas respondem de modo bastante satisfatório.

Vale também observar que, assim como apontamos mais detalhadamente quando da análise do *discurso da ciência* no capítulo precedente, também na fala da política neste terceiro *Tema Central*, observa-se a utilização das *Categorias Discursivas* assinaladas nos dois *Temas Centrais* precedentes: A Concepção de Nutrição e de Sociedade.

Mais do que a simples interrelação dos *Temas Centrais* por nós selecionados, este fato vem novamente apontar para as conseqüências práticas a que uma concepção particular pode dar origem.

Aqui este fato torna-se mais explícito do que no discurso analisado no Capítulo II na medida em que estamos tratando com o discurso político oficial na Área — traduzido em distintas intervenções na sociedade.

Conforme já ressaltamos, não é nosso objeto analisar o *desempenho*, a *eficácia*, enfim, avaliar sob qualquer aspecto o resultado prático ou o mérito dos programas nos termos

51 PROSPECTO BINÔMIO PRONAN-INAN — *O que é o PRONAN — Diretrizes e Linhas de Ação.* Ministério da Saúde, INAN.

52 Esta linha (Programa de Alimentação do Trabalhador — PAT) estabelece que as empresas poderão deduzir até 5% do lucro tributável, para fins de imposto de renda, o dobro das despesas realizadas para fornecimento de refeição aos seus trabalhadores.

em que, especialmente, pesquisadores da área de Nutrição vêm realizando numerosos trabalhos. O que nos importa é o arcabouço ideológico que serve de sustentáculo para a implementação dessas intervenções e os efeitos ideológicos das mesmas na sociedade. O que tentamos demonstrar até agora é que as linhas propostas como soluções para o problema da subnutrição, para não dizermos da Fome, decorrem da montagem de um discurso que busca sua coerência utilizando *categorias discursivas* particulares, excluindo no mesmo movimento, outras formas de pensar e falar sobre o problema.

Quando tratamos do *discurso da ciência*, vimos como as *Categorias Discursivas* utilizadas tinham continuidade em *Temáticas Discursivas* específicas. Da mesma forma, temos procedido, metodologicamente, para o *discurso político*, com a diferença de que, agora, como já referido, buscamos também a interrelação deste com o anterior.

No que concerne ao que poderíamos entender como *Temáticas Discursivas* desse terceiro *tema*, pensamos serem as mesmas, em resumo, a busca da justificativa para o PRONAN em suas distintas linhas de ação. E isso é realizado pela incorporação, conforme vimos, do discurso da causalidade predominante na *ciência*, incluindo-se ou privilegiando-se um pouco mais, uma ou outra *variável*, fato que conforme afirmamos, não nos parece indicar uma incompatibilidade discursiva entre os dois planos: Saber e Poder. Ao contrário (e isto se torna bem evidente no *Tema* ora em análise) a confluência seja muito mais significativa.

Utilizando-se da mesma *visão causal* da *ciência* (bem como das concepções de Nutrição e Sociedade), o que é transparente nas *Categorias Discursivas* analisadas, não nos surpreendemos que de novo os Problemas Nutricionais sejam tratados como disfunções do modelo, corrigíveis pelas linhas já citadas. Estas, segundo pudemos observar, a despeito de se apresentarem inseridas num pretensão discurso *inovador* do INAN, conservou o mesmo ranço obscurantista dos discursos políticos anteriores bem como o da *ciência* legitimada.

Se voltarmos ao texto onde citamos as linhas propostas, especialmente ao que nele grifamos, vemos que a Fome se apresenta como fenômeno solucionável, dependendo o problema de medidas racionalizadoras. Portanto, é um problema

técnico. A despeito de se acatar, em outra parte do documento, a premissa de que a distribuição da riqueza é um ponto crucial, em nenhum momento se questiona se as medidas propostas resolverão este problema, no que se refere às classes subalternas, mesmo porque, neste discurso, assim como no da *ciência*, não cabe falar da existência de classes sociais.

Em nenhum momento se questiona o modelo político-social implementado; isto no sentido não de absorver o que todo mundo já sabe e já diz (portanto, o que já pode ser *instituído*), mas de mostrar a responsabilidade dos grupos hegemônicos do Estado no quadro que se presencia. Ao contrário, o Estado é o próprio solucionador, o grande messias sob rótulos como INAN, PRONAN, Ministérios!

Obviamente, não queremos dizer com isto que esperaríamos encontrar esta iniciativa da parte do Estado. Seria um paradoxo para quem patrocina a Fome e tem sua hegemonia dependente do resultado de investimentos como este promover o discurso autofágico da Ordem instituída. Assim como é uma grande ingenuidade acreditar que as “soluções” apresentadas em bandeja de prata às massas famintas possam realmente alcançar a erradicação do problema da Fome dos vastos contingentes da nossa população.

Mas o fato é que, apesar do que acabamos de referir, este discurso, calcado na suposta racionalidade do discurso científico, alcança status de legitimidade garantindo sua hegemonia, em particular no meio acadêmico, através dos aparelhos formadores. Evidentemente que este percurso é contraditório, gerando-lhe resistências intra e extra-institucionais. Este fato, se por um lado ameaça a hegemonia desse discurso, não é suficientemente forte para inviabilizar as intervenções já citadas, nem tampouco a influência que tem este discurso na prática e na formação de um profissional específico — o Nutricionista.

4º Tema:

Papel profissional do nutricionista

No documento básico do PRONAN, bem como em outros documentos oficiais analisados observamos uma nítida preo-

cupação em *assegurar e orientar* a formação e suprimento da força de trabalho necessária ao desenvolvimento da Política no setor.

Esta preocupação constitui, inclusive, linha de ação desde o I PRONAN:

Subprograma I PRONAN/10: Recrutamento e Treinamento de Pessoal: visa este subprograma ao desenvolvimento de recursos humanos necessários ao funcionamento do INAN e a implementação do PRONAN.

....Para isso, o INAN procederá ao levantamento dos recursos humanos disponíveis e necessários para suas atividades, traçando em seguida os objetos de recrutamento e seleção, que incluirão:

a) organização de concurso público e provas, ou de provas e títulos para o recrutamento de pessoal;

b) promoção de cursos regulares para o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal: e

c) realização de congressos, conferências, simpósios e seminários sobre nutrição.

Demais, com a mesma preocupação, o INAN procurará:

a) participar de congressos, conferências, reuniões, simpósios e seminários especializados em alimentação e nutrição no Brasil e no estrangeiro;

b) estabelecer intercâmbio com instituições no estrangeiro com vistas ao aperfeiçoamento de pessoal mediante a concessão de bolsas de estudo.

Em princípio, caberão ao INAN as responsabilidades de orientar estas atividades, através da elaboração de projetos de recrutamento e treinamento de pessoal, e arcar com as despesas respectivas; e a outros órgãos e entidades, como as universidades, faculdades e escolas técnicas, os encargos de executar as mesmas atividades.

Esta "preocupação" com o "desenvolvimento" e "aperfeiçoamento" de pessoal tem continuidade, conforme vimos no Tema 3 deste Capítulo, numa das linhas da Programação Básica do II PRONAN sob o título "Capacitação de Recursos Humanos", incluída nas chamadas "Atividades de Complementação e Apoio". Assim,

A formação e o treinamento de recursos humanos constituem igualmente o pré-requisito de ação estratégica para a implementação do PRONAN. O projeto específico, com esse objetivo, contempla não só aspectos quantitativos e qualitativos relacionados com cursos de graduação e especialização de pessoal de nível profissional, mas, prioritariamente, prevê esforços de capacitação da força de trabalho de nível médio e auxiliar, componente de alto percentual dos recursos humanos a serem utilizados no PRONAN.⁵³

Mais adiante, no mesmo documento, o subprograma acima é detalhado:

3.4 — Capacitação de recursos humanos

3.4.1 — Objetivo:

Intensificar o treinamento de pessoal requerido para a elaboração de política, programas e projetos de alimentação e nutrição, assim como para sua implementação, visando a:

- capacitar pessoal, a níveis nacional e estadual para a administração e o planejamento de projetos de alimentação e nutrição,*
- capacitar pessoal para a elaboração e gerência de projetos a nível estadual,*
- aperfeiçoar e expandir os cursos de graduação em Nutrição,*
- fortalecer o ensino de Nutrição nos cursos de ciências da Saúde,*
- proporcionar treinamento complementar em Nutrição Aplicada e Saúde Pública para profissionais de carreiras relacionadas com a programação de alimentação e nutrição,*
- treinar pessoal de nível médio para a implementação de projetos de alimentação e nutrição.⁵⁴ (grifos nossos)*

Como podemos ver nas transcrições de política oficial desde o início do período analisado, a intromissão centrali-

53. D.O., 03.04.77 — Seção I, Parte I — Subprograma I PRONAN/10 Recrutamento e Treinamento de pessoal, pág. 3.277.

54. INAN-PRONAN. Op. cit.

zadora do Estado na orientação da reprodução do *saber científico* é bem nítida. Em distintos momentos o discurso político se refere à submissão das instituições formadoras às diretrizes do INAN. Os setores hegemônicos no Estado passam claramente (conforme demonstramos pelos grifos no texto) não só a se preocupar, mas a exercer um controle na formação do pessoal em nutrição, em particular de nutricionistas, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, através de suas instituições.

Observando uma série de propostas contidas nesta linha de ação, vemos como o Estado não só interfere na formação em nutrição no meio acadêmico, como também se insere em outras iniciativas tradicionalmente surgidas de distintos grupos fora do restrito espaço acadêmico. Em outras palavras, através do INAN, os grupos hegemônicos voltam-se não só para o que se fala no espaço dos aparelhos formadores mas também nos congressos, simpósios, enfim em todos os fóruns de debate de questões relativas à Nutrição.

Podemos notar isto, sem muita dificuldade, na fala do próprio presidente do INAN, num trecho de uma das conferências por ele proferidas:

*Lisonjeou-nos sobremaneira o convite para proferirmos a aula inaugural do Curso de Nutrição em Saúde Pública para professores de Cursos de Nutrição que o INAN, o Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a OPAS estão patrocinando. Esta satisfação não decorre apenas da oportunidade de usufruirmos deste convívio gratificante, mas da circunstância de verificarmos que este encontro representa uma maneira de estreitar o indispensável relacionamento que deve existir entre Governo e Ciência, aproximando num intercâmbio proveitoso as instituições de saúde e as universidades, a fim de transformar o conhecimento em decisões que mais convenham ao interesse nacional...*⁵⁵

Complementando esta preocupação com o aspecto qualitativo da formação de pessoal em Nutrição, o aspecto quanti-

55 KRUSE, B. Pronunciamento Introdutório à exposição sobre o PRO-NAN. RJ, 5.7.76, Mimeo., pág. 1.

tativo também é contemplado, ocorrendo, sobretudo na segunda metade dos anos 70, uma explosão na proliferação dos cursos de Nutrição no Brasil como decorrência deste fato.

Estes dois fatores — qualitativo e quantitativo da formação do nutricionista, encontram-se discutidos mais detalhadamente no próximo Capítulo.

Ressaltadas estas primeiras observações, voltemos ao discurso da política oficial para observar o papel reservado ao profissional nutricionista na mesma.

De maneira análoga ao que afirmamos a respeito deste *Tema Central* no discurso científico, julgamos ser este *Tema* essencialmente uma *temática discursiva*. Ao dizermos isto, reafirmamos da mesma forma nossa percepção de que o referido *Tema* não utiliza, como os demais, *categorias* específicas. Na verdade, pensamos que o mesmo corresponde essencialmente ao que consideramos neste trabalho como uma *Temática Discursiva* derivada de *categorias* que destacamos nos demais *Temas*. Não voltaremos a justificar nosso ponto de vista pelo fato de já tê-lo feito no Capítulo II, quando desenvolvemos o mesmo raciocínio para o *discurso da ciência*.⁵⁶

Já no que concerne à *Temática Discursiva* correspondente ao Papel do Nutricionista o discurso político é bastante explícito, deixando-nos ver claramente os interesses subjacentes ao discurso que passa. Calcado no discurso da “ciência”, bem como no discurso global da política no setor, nos quais os *Temas* anteriores — a Concepção de Nutrição, de Sociedade e da Causalidade dos Problemas Nutricionais — vão numa direção em que a problemática é sanável, o papel do nutricionista, aqui como no *discurso científico*, é o da submissão aos interesses dominantes.

O discurso político não pretende definir o saber sobre a Nutrição nos aspectos técnicos ou teóricos, por isso não encontramos nos textos referentes à Política Oficial os saberes práticos necessários à reprodução da Ordem. Isso cabe à *ciência* fazer. E como vimos ela o faz com determinação. Mas, se por um lado a Política não se ocupa deste adestramento *técnico* em sua fala, por outro reforça o que afirma a *ciência*, no que se refere ao lugar do nutricionista, uma vez que essa delimi-

56 Ver Capítulo II — 4.º Tema.

tação é extremamente útil à classe que se favorece da Ordem Social vigente.

Voltando aos trechos que transcrevemos algumas páginas atrás, o discurso é bastante claro no sentido de nos deixar perceber os interesses que se escondem por detrás desta preocupação com o *recrutamento e treinamento* ou, se preferirmos, a *capacitação de recursos humanos em Nutrição* — título mais recente para a referida linha de ação.

Procuramos grifar, nos trechos destacados, diversos momentos do discurso onde se torna nítida a utilidade do nutricionista como um instrumento de reprodução da estratégia do INAN e seu Conselho Ministerial. Isto é evidente quando o próprio discurso afirma serem os recursos humanos “necessários ao funcionamento do INAN e à implementação do PRONAN”, cabendo a este último “as responsabilidades de... elaboração de projetos de recrutamento e seleção”. Em outra passagem podemos ler, no mesmo sentido que:

*A formação e o treinamento de recursos humanos constituem... pré-requisitos de ação estratégica o que vem comprovar a direcionalidade destes projetos de capacitação.*⁵⁷

Um outro aspecto importante que decorre desta preocupação é a visão da incompetência técnica do pessoal da área, fato que vem reforçar uma concepção já explicitada nos *Temas* anteriores que tecem a base deste discurso ideológico: a Fome como um problema cuja solução depende de técnicos qualificados e de programas bem estruturados. Visão bastante coerente com um discurso que busca não a solução para a Fome mas novas justificativas para velhos programas paliativos. Dentro deste marco, qual poderia ser o papel do nutricionista?

Embora o discurso fale a respeito de capacitação de pessoal requerido para a elaboração de planos, programas e projetos de alimentação e nutrição, assim como sua implementação, o que levou muitos a supor que o nutricionista entraria nas primeiras funções, não foi assim que a coisa se deu. De fato, o mercado de trabalho se expandiu, mas não no sentido

57 KRUSE, B. Idem nota 69, pág. 3.

do planejamento nutricional e alimentar. Para isto, seriam necessários nutricionistas cuja formação teria de ultrapassar em muito o simples manejo de técnicas, para que pudessem exercer funções de assessoria e de “administração, elaboração ou gerência de projetos”. O que se viu foi a inserção dos nutricionistas predominantemente no setor saúde, consoante com o lugar para o qual a *ciência* os adestra, baseada numa nutrição eminentemente biológica.

O que no discurso da Política Oficial do setor seria reservado aos técnicos é o que na verdade os nutricionistas, formados de acordo com a visão predominante nos cursos de graduação executam. Ou bem se alocam nos hospitais, sanando os efeitos de problemas já instalados, ou bem se dirigem às empresas para, de acordo com o Decreto que instituiu o PAT,⁵⁸ contribuir para a concentração de capital nas mãos dos donos das grandes empresas.

Em relação às práticas em “Saúde Pública” ou “Nutrição Social”, quando se dão, não ultrapassam os limites de um profissional “necessário à implementação do PRONAN”, limitando-se o mesmo às célebres linhas assistenciais/educativas, correspondentes, como as anteriores, ao discurso científico que lhes ensinou seu lugar.

Quanto aos postos de planejamento ou cargos em práticas preventivas efetivas, a exemplo do que ocorre com outros profissionais do setor saúde, esperam até hoje. Não só pelos cargos mas pelos saberes que a Universidade teria de lhes passar.

Embora muito pouco se encontre escrito em relação ao que acabamos de afirmar, nossa observação participante como profissionais no setor nos possibilitou colocar tal assertiva. Do pouco que encontramos escrito vimos que o INAN jamais teve na sua direção, em 13 anos de existência, um profissional graduado na área específica de atuação do órgão. Acolheu um diplomata, sofreu intervenção, terminou por admitir o Dr. Bertoldo Kruse Grande de Arruda — um especialista em Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco — mas nunca um profissional graduado em Nutrição. Uma incoerência para quem legitima e diz o que deve ser a ciência da Nutrição a

58 Vide nota 52.

ser ensinada nos cursos de graduação e pós-graduação do país, para profissionais que deveriam ser os futuros planejadores.

Com relação à simples inclusão do nutricionista no quadro de pessoal do INAN, levantamos, pelo que fala a imprensa na época do reerguimento do órgão que, em 200 funcionários contratados pelo INAN, apenas 7 eram nutricionistas.⁵⁹

Enfim, julgamos que o discurso bonito e promissor que os detentores do poder passaram através do INAN, não poderia mesmo receber créditos. Com o *discurso científico* que o Ensino da Nutrição tenta por diversos mecanismos incutir nos nutricionistas, que outro lugar a política poderia lhes reservar?

5º Tema:

A importância da nutrição

Ao analisarmos comparativamente o objeto do *tema* — Papel da Nutrição — tal como aparece no *discurso da ciência* e no *da política oficial*, sentimo-nos tentados a referir o que já discutimos sobre o assunto no Capítulo anterior, dada a correspondência encontrada entre as duas visões.

Tal como ocorre no *discurso científico*, o *tema* em questão aparece explicitamente discutido nas páginas dos textos oficiais, estes últimos ratificando e incorporando o que o primeiro privilegia e afirma. Na medida em que se trata de um discurso político, este não vai discutir em detalhe aspectos biológicos ou metabólicos dos diferentes nutrientes no organismo. Isto, como vimos no Capítulo II, a *ciência* discute no seu discurso, podendo a fala política apropriar-se dessa discussão em prol de seus objetivos mais próximos. E é o que faz.

Incorporando em seu discurso o que a ciência comprova, o discurso político prescinde de rediscuti-la acatando os pressupostos da primeira e, da mesma maneira que a ciência, aparentemente vai se mostrar preocupado com os efeitos que a “falta de nutrientes” engendrará nos “grupos social e biologicamente vulneráveis”.

59 O ESP. — 08.05.74, pág. 15 e 23.05.74, pág. 29.

Um fato importante a ser destacado, como ponto de partida, é o que pudemos comprovar logo nas primeiras páginas do texto oficial do PRONAN, onde vemos que:

*O PRONAN constitui, portanto, uma ação coerente com a política social e econômica em vigor, compatível com as diretrizes e objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento e adequada às peculiaridades regionais do país...*⁶⁰

Eis uma primeira colocação que pode esclarecer como a Nutrição Oficial se insere no projeto político dos grupos que detêm o poder na conjuntura analisada.

Em outras palavras, os planos e programas em alimentação e nutrição incluem-se nas diretrizes da Política Social implementada no período. Cabe lembrar que é no I PND que é proposta não só a criação do INAN como também a do I PRONAN, o mesmo ocorrendo em relação ao II PRONAN já no II PND.⁶¹

O PRONAN surge então, como vimos, não como um Plano (o que o impediu de ser batizado de PLANAN) mas como um Programa. Por assim dizer, ressalta-se seu caráter intervencionista (programa) em lugar do que poderia ser concebido como uma proposta ou um delineamento mais geral e menos detalhado.

Assim, a iniciativa estatal inaugurada no I PND encontra no II PND uma forma mais delineada no que se refere à sua proposta de “desenvolvimento social”. O II PRONAN é então reforçado, sendo uma das linhas de frente com o que o Estado, através de uma política social, buscará firmar sua continuidade se legitimando frente aos grupos a ele subjugados.

Planejado da *forma vertical* que caracteriza o planejamento de um regime autoritário, a racionalidade científica vem não

60 INAN-PRONAN. Op. cit., pág. 6.

61 Quanto a este ponto concordamos com uma colocação de L'ABBATE, S. onde a autora afirma ser “necessária uma ressalva: sabemos que a proposta de planejamento de uma Política Social por parte do Estado Brasileiro, na década de 70, não se restringe às colocações do I e II PND, mas consideramos que nos discursos de um e outro estão contidos seus principais enunciados.” (L'ABBATE, S. Op. cit., pág. 127, nota 2).

só fornecer os pressupostos que legitimarão o discurso político, mas também obscurecer a forma vertical que caracteriza a construção deste último. Calcado na pretensa racionalidade e neutralidade da ciência é-lhe mais fácil incutir na sociedade a visão de que cabe aos tecnocratas — os detentores do discurso competente⁶² o papel de propor as soluções para os problemas sociais — no nosso caso, a fome que assola vastos contingentes da nossa população. E aqui podemos introduzir uma reflexão, cujo desdobramento é discutido no próximo capítulo do nosso trabalho, onde se afirma que “porque a ideologia contemporânea é cientificista, cabe-lhe o papel de reprimir o pensamento e o discurso científico”. Essa reflexão, já discutida, em parte, no Capítulo anterior, quando vimos o que constitui a ciência da Nutrição serve também para nos levar à compreensão do papel da Nutrição, tal como aparece no discurso político.

Voltemos a ele para buscar sua estrutura e comprovar o que afirmamos até o momento.

No documento técnico referente ao PRONAN (II PRONAN) em sua “Orientação de Política Social” lê-se logo nas primeiras linhas que:

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN, ao objetivar, de forma concreta e realista, o equacionamento do grave problema de desnutrição no País...⁶³ (grifos nossos)

Tem-se, portanto, claramente colocado que o objetivo explícito é o “equacionamento da desnutrição no País” sendo que seu:

... enfoque global parte do princípio de que a melhoria das condições nutricionais de uma população depende da redução dos custos da produção e comercialização dos alimentos básicos e da melhor distribuição de renda...

62 Aqui nos referimos ao conceito de discurso competente tal como é utilizado por CHAUI, M. Op. cit.

63 INAN-PRONAN. Op. cit. Orientação de Política Social, pág. 3.

A melhoria do abastecimento... permitirá uma elevação dos índices de nutrição e saúde das populações de menor renda, nas camadas médias, uma liberação de maior poder de compra de outros bens e serviços, o que sem dúvida alguma constitui um fator de estímulo do nível geral da atividade econômica... sem intermediações desnecessárias, permitirá, a médio prazo, uma correção nos mecanismos de distribuição de renda, contribuindo para integrar todos os brasileiros no processo de desenvolvimento econômico da nação.⁶⁴

Os trechos referidos denotam a preocupação do Estado com as contradições geradas pelo modelo econômico implantado no país, cabendo à Nutrição (como setor de planejamento social), como vemos, uma tarefa considerável: erradicar não só a desnutrição mas a possibilidade de desordem social. Ou seja, encobrir as contradições e assegurar a sobrevivência da estrutura social.

Vemos, pois, como um discurso que tem início apontando a renda como variável causal da desnutrição acaba, num *tour de force*, atribuindo às ações do PRONAN o papel de eliminar as disparidades sociais, “integrando a nação”.

Aqui, tal como no *discurso científico*, reaparece como o papel atribuído à Nutrição. Vincula-se com os demais *Temas* já analisados, reafirmando, mais uma vez, o interrelacionamento estreito entre os *Temas Centrais* selecionados.

Em outras palavras, o papel “redentor” atribuído à Nutrição se legitima a partir das Concepções que permeiam o discurso, referentes à Nutrição, Sociedade, Causalidade dos Problemas Nutricionais, além do papel dos profissionais no setor. Estes *Temas*, por sua vez, segundo tentamos demonstrar, guardam uma íntima correspondência na relação Saber/Poder, nos dois discursos analisados.

Outra transcrição que merece ser feita diz respeito à fala do então presidente do INAN que afirma que:

64 INAN-Ibidem, págs. 4 e 5.

... *saúde, nutrição e desenvolvimento econômico-social são conceitos estreitamente vinculados.*⁶⁵

Além disso, no mesmo documento coloca:

*Em sendo o homem o objetivo maior de todos os planos de desenvolvimento do nosso país, em torno dele deve girar qualquer intento que vise lograr modificações que conduzem à sua sobrevivência eficiente e produtiva. E se o fundamental para o desenvolvimento é o homem, a nutrição é o meio indispensável para alcançá-lo, de vez que a capacidade do homem para desenvolver energia física e mental está subordinada ao valor energético da dieta que ingere.*⁶⁶ (grifos nossos)

Indo ao encontro das colocações do PRONAN, vemos como o que se tenta passar por meio de determinadas *Categorias Discursivas* é a visão da preocupação governamental com "o homem" em termos humanísticos. Enquanto isso, são os interesses do capital que encontram seu veículo de afirmação, ao mesmo tempo em que o Estado, por meio da força ideológica do seu discurso, se legitima por detrás do rótulo de que está fazendo algo no sentido da "correção dos mecanismos de distribuição de renda."

Mas, em suma, é a adesão passiva e conseqüente submissão da força de trabalho que o discurso demagógico da política social em Alimentação e Nutrição vai buscar, pautando-se na ciência legitimada (ou no saber técnico) que dá forma às intervenções propostas. Examinemos, então, mais de perto esta relação entre o *discurso da ciência* e o *da política* no Tema em questão, através do papel que se confere à Nutrição neste último.

No documento oficial do PRONAN, na parte em que o mesmo passa a discorrer sobre a sua Programação Básica, onde, paralelamente aparece o Papel da Nutrição, podemos, voltando

ao nosso modelo de análise, observar quanto a este Tema, as suas *Temáticas Discursivas*, comparando-as com as do discurso da ciência. Diz o documento técnico:

Sabe-se da importância da alimentação no período educacional. *Crianças desnutridas apresentam baixo rendimento escolar, seja por falta de nutrientes que lhes permitam empreender o esforço de aprendizagem, seja por seqüelas nutricionais pretéritas.*⁶⁷

É notório que as condições de subnutrição do educando brasileiro prejudicam sua capacidade de aprendizagem, particularmente a nível de ensino de 1º grau. O presente projeto (suplementação alimentar de escolares) propõe-se a proporcionar aos escolares uma assistência alimentar complementar de alto valor nutritivo suficiente ao seu desenvolvimento físico e mental e, concomitantemente, permitir-lhes iniciar e manter seus estudos de forma a possibilitar a boa produtividade do sistema escolar. Simultaneamente, com a suplementação de alimentos será realizado um trabalho promocional de educação alimentar, com o fim de introduzir hábitos alimentares e higiênicos condizentes com os padrões e princípios dietéticos.⁶⁸

Com relação aos adultos, o documento se refere ao fato de que:

Nos adultos em geral, o problema também é grave. *Mal alimentados, estão expostos a muitas enfermidades, sendo seu rendimento físico e mental baixo, o que lhes impossibilita participar e partilhar mais decididamente do esforço e dos frutos do processo de desenvolvimento econômico-social do País. Embora não sendo prioridade do ponto de vista biológico, constitui-se a desnutrição do adulto, quando este é o chefe da família, a de maior repercussão social: a diminuição ou supressão de seus ren-*

65 KRUSE, B. *Ação Interministerial e Intersetorial do PRONAN mecanismos de Aperfeiçoamento*. INAN/Ministério da Saúde, VI Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 03.08.77, pág. 1.

66 KRUSE, B. *Ibidem*, pág. 2.

67 INAN-PRONAN. Op. cit., pág. 13.

68 INAN-Ibidem, pág. 19.

*dimentos afeta decididamente, a capacidade de sobrevivência do grupo familiar.*⁶⁹ (grifos nossos)

E fazendo uma explanação sobre os Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT) de baixa renda vemos claramente seus objetivos:

- *melhorar as condições de saúde do trabalhador*
- *aumentar a produtividade no trabalho*
- *reduzir os índices de absenteísmo e de acidentes do trabalho.*⁷⁰ (grifos nossos)

Assim, no que tange às *Categorias Discursivas*, vemos que o discurso incorpora a visão biologista da Nutrição, adotando seus princípios científicos, onde a alimentação aparece como necessidade básica a ser suprida. Assim temos expressões como o “alto valor nutritivo” necessário ao “desenvolvimento físico e mental”; “os hábitos alimentares” que devem ser condizentes com “os princípios dietéticos”. Enfim, uma analogia direta com o que analisamos. No que se refere ao Papel da Nutrição, a política lhe reserva as mesmas tarefas apresentadas no *discurso científico*. Reaparecem aqui, como no primeiro discurso *categorias discursivas* tais como: “trabalho”, “rendimento”, “produtividade”, “acidentes de trabalho”, “absenteísmo”, entre outras.

Recoloca-se aqui, o Papel da Nutrição não como um direito humano, mas como um alicerce para o processo de acumulação e reprodução do capital, para o que a política no setor vai colaborar sob as mais diversas formas. Não aprofundaremos aqui esta discussão, tendo em vista que já o fizemos para o discurso científico, quando examinamos este *Tema Central*. Cabe dizer que a correspondência entre os dois discursos é de tal ordem que inúmeras citações que aparecem nos livros analisados reaparecem incorporadas agora no discurso político, num duplo movimento de legitimação. A título ilustrativo, tomemos uma dentre as que transcrevemos das obras analisadas no Capítulo II:

69 INAN-Ibidem, pág. 13.

70 INAN-Ibidem, pág. 40.

... *um número crescente de indústrias tem estabelecido sistemas de alimentação dentro da indústria, a custo mais baixo para seus empregados, como uma forma de ajuda, pelo conforto e para melhorar o relacionamento e a moral do empregado com a indústria.*

Coerentemente com esta sugestão científica o discurso político aponta:

Para a viabilização deste objetivo (alimentação do trabalhador) está prevista a adoção de instrumentos que assegurem o alcance social desejado para essa iniciativa. As medidas previstas incluem fundamentalmente:

- *criação, através de legislação específica, de incentivos às empresas para proporcionarem alimentação aos trabalhadores, sobretudo os de baixa renda, quer utilizando instalações próprias, quer mediante convênios com outras instituições; ...*

*Os cardápios serão, de preferência, padronizados e sujeitos à aprovação do INAN, tendo em vista, sobretudo, a minimização dos custos.*⁷² (grifos nossos)

O PRONAN, o PND, as instituições da política social renovaram seu discurso e a Fome cresceu. Paradoxo ou resultado único possível, perfeitamente compreensível pelos mecanismos explicitados? Afinal, não parece ser outra a contribuição esperada. O Papel da Nutrição, numa conjuntura em que não existe qualquer perspectiva de mudança no predomínio do setor da classe dominante ligada à concentração de capital, só poderia ser este. Como vimos, nada mais oportuno para o Estado do que intervir, através de políticas sociais, para que as classes subalternas não perturbem a Ordem instituída, enquanto se acelera cada vez mais a concentração da riqueza num menor número de mãos. Esta é a *temática discursiva* que deriva das *categorias* que estruturam o presente *Tema Central*: a reprodução da Ordem com o consentimento e a colaboração das massas exploradas.

71 BURTON, B. *Nutrição Humana*, SP, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1979, pág. 178.

72 INAN-PRONAN. Op. cit., págs. 40-41.

E para isto, a *ciência*, que como vimos decorre de relações sociais, aparece como instrumento de dominação a serviço de uma classe. A neutralidade da ciência é inexistente, por diversos aspectos já demonstrados. Assim, ciência e poder se articulam estreitamente, num mesmo processo discursivo ideológico.

... a ideologia tem a peculiaridade de fundar a separação entre as idéias dominantes e os indivíduos dominantes, de sorte a impedir a percepção de um império dos homens sobre os homens, graças à figura neutra do império das idéias.

Marilena Chauí

Capítulo IV

A reprodução e difusão do saber em nutrição: mecanismos, agentes e contradições

Nos capítulos anteriores, procuramos explicitar primeiramente o objeto do nosso trabalho e o percurso metodológico adotado, partindo então para a investigação da *ciência* e da *política* em Alimentação e Nutrição no plano discursivo. A referida investigação procurou dar conta não só desses discursos em seus aspectos estruturais, mas em especial da inter-relação entre os mesmos. Demonstramos como o Saber legitimado se articula com o Poder no plano discursivo, decorrendo deste jogo a dimensão ideológica que dá base à continuidade da Ordem instituída e à conseqüente hegemonia de uma classe.

Pensamos ter demonstrado até aqui o movimento que constitui o *discurso científico*, como *discurso ideológico*, a despeito de sua pretensão à neutralidade, universalidade e objetividade.

Entretanto, analisar a estrutura do *discurso científico* da Nutrição, ainda que comparativamente ao *da política*, não nos esclarece o que faz com que o mesmo se legitime, abafando outras falas.

Para tanto, analisamos, no presente capítulo, o controle que os segmentos sociais dominantes exercem sobre determinados instrumentos que servem para garantir a produção e difusão do saber em Nutrição. Por outro lado, na medida em que

concebemos a Hegemonia como prática contraditória, nos ocupamos com as respostas dos pólos dominados, dando realce às contradições e às lutas que se dão na afirmação daquela hegemonia, na conjuntura a que se refere este trabalho.

Na etapa que ora iniciamos, propomos a investigação do espaço institucional de reprodução do saber em Nutrição sob diferentes aspectos. Ocupamo-nos aqui da análise dos Cursos de Graduação na área, bem como dos agentes envolvidos nessa prática e outras falas porventura presentes nesse espaço de luta ideológica.

A reprodução do saber em nutrição

Os cursos de nutrição no Brasil: aspectos históricos e evolução

A criação dos cursos de Nutrição no Brasil é fato relativamente recente, tendo seu início coincidente com o advento da década de 40. Ao primeiro curso fundado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 1939, somaram-se, na mesma década, mais três cursos: o do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), atual Curso de Nutrição da UNI-RIO (Universidade do Rio de Janeiro), em 1944, seguidos pelos cursos do INEG (Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara), em 1945, atualmente oferecido pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e finalmente, em 1948, do curso da UB (Universidade do Brasil, atual UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro).¹

1 As informações contidas neste item — Aspectos Históricos e Evolução bem como outros pontos abordados neste Capítulo foram levantadas a partir da consulta à publicação MEC/SESu — *O Ensino de Nutrição no Brasil*, Série Cadernos de Ciências da Saúde, n.º 06 — Brasília, 1983, acrescida da leitura de outros trabalhos realizados sobre o tema. Agradecemos também a contribuição da nutricionista Neuza T. de Rezende Cavalcante, ex-presidente da FEBRAN (Federação Brasileira de Nutricionistas) que com sua larga experiência no meio acadêmico, nos forneceu, em entrevista, valiosas informações referentes ao assunto em questão.

Estes cursos, em sua fase inicial, destinavam-se à formação de um profissional chamado “dietista” que hoje é denominado “nutricionista”. Destinavam-se à formação de profissionais voltados para a prática individual, salientando-se a curativa, também conhecida como “dietoterapia”. Por outro lado, atividades de assistência alimentar ao trabalhador também eram enfatizadas na formação deste profissional, coerentemente com a fase populista da política então vigente, em que a força de trabalho era um dos sustentáculos do modelo industrial que se implantava no país.

Da década de 40 até o início dos anos 60, intervalo em que se deu a criação de mais dois cursos, as características desses cursos de Nutrição não diferiam significativamente, apesar de ainda não estarem os mesmos submetidos a uma orientação curricular oficial. Neste período o SAPS e a CNAE (Campanha Nacional de Alimentação Escolar) davam os contornos do que deveria ser o currículo dos cursos de Nutrição existentes, dirigindo-os para o atendimento do mercado de trabalho.

Pelo Parecer 265 do CFE (Conselho Federal de Educação)² fixa-se, em 1962, o primeiro currículo mínimo, homologado em 1964³ determinando os conteúdos e duração mínimos para os Cursos de Graduação de Nutricionistas, denominação oficial.⁴

Esta primeira incursão do Estado na formação dos nutricionistas vigorou até 1974, encontrando-se, portanto, ainda vigente no início da conjuntura analisada neste trabalho.

O segundo currículo mínimo fixado pelo CFE pela Resolução 36⁵ e Parecer 2.308⁶ que vigora até hoje, surge como uma resposta atrasada não só à demanda de entidades como a ABN (Associação Brasileira de Nutricionistas), bem como

2 BRASIL, Conselho Federal de Educação. Parecer 265. *Documenta* 10, 1962.

3 BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Portaria 514/64. *Diário Oficial*, 23 de julho de 1964.

4 A duração fixada para o curso foi de três anos, tendo em seu currículo 14 “matérias” distribuídas em dois ciclos: básico e profissional.

5 BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução 36. *Documenta*, 165, 1974(b).

6. BRASIL, Conselho Federal de Educação. Parecer 2.308. *Documenta*, 165, 1974(a).

uma revisão necessária tendo em vista: a regulamentação da profissão de Nutricionista, em 1967, pela Lei 5.276⁷ e a Reforma Universitária, instituída pela Lei 5.540.⁸

Este segundo currículo mínimo, fixando a duração do curso em 2.880 horas, propõe para o mesmo uma duração média de 4 anos, tempo em que o aluno deverá cursar as “matérias básicas e profissionais” que se seguem:

Básicas:

- Biologia
- Ciências Morfológicas
- Ciências Fisiológicas
- Patologia
- Ciências da Saúde Pública
- Ciências Sociais e Econômicas

Profissionais:

- Higiene dos Alimentos
- Bromatologia e Tecnologia de Alimentos
- Ciências da Nutrição e Alimentação
- Nutrição Aplicada
- Administração dos Serviços de Alimentação

Mas bem antes da fixação deste último currículo mínimo, acontecia a I Conferência sobre a Formação de Nutricionistas da América Latina, em Caracas, no mês de julho de 1966, patrocinado pela OPAS/OMS (Organización Panamericana de la Salud). A esta Conferência compareceram diretores de diversas escolas da América Latina, inclusive do Brasil, objetivando:

- a) definir o papel do nutricionista nos programas sanitários
- b) delinear os elementos básicos à sua formação
- c) estabelecer qualificações para a categoria profissional.¹⁰

7 BRASIL, Congresso Nacional. Lei 5.276/67. D.O., 26 de abril de 1967.

8 BRASIL, Congresso Nacional. Lei 5.540/68. D.O., 29 de novembro de 1968.

9 As matérias que compõem o currículo mínimo.

10 ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Organización Mundial de la Salud. Formación académica de nutricionistas-dietistas en American Latina. Publicación Científica, n.º 340, 1977.

Através das conclusões desta I Conferência, os diretores de Cursos de Nutrição da América Latina, propunham, pela primeira vez, as linhas básicas do que pensavam devesse ser o currículo dos cursos de graduação de nutricionistas. Fora isso, fixavam as condições mínimas para a capacitação de um profissional habilitado à busca de soluções para os graves problemas nutricionais da população dos países latino-americanos.

Julgamos que, a despeito da institucionalização desta Conferência, seus desdobramentos sugerem a apropriação do momento como um movimento de resistência da parte dos profissionais à estrutura que se impunha oficialmente aos cursos de graduação no Continente.

Mais tarde, em janeiro de 1973, realizou-se a II Conferência sobre a Formação de Nutricionistas na América Latina, desta vez sediada em São Paulo, e tendo dentre seus objetivos: analisar a programação dos cursos de nutrição e estabelecer mecanismos facilitadores para a comparação dos conteúdos das disciplinas, além de estudar aspectos relativos às funções do profissional nutricionista e pessoal auxiliar. Além disto, os participantes recomendaram à OPAS que se formasse uma Comissão de Estudos, em nível internacional, para elaborar recomendações relativas a diferentes pontos, incluindo conteúdos e cargas horárias mínimas por disciplinas. Em outras palavras, iniciavam uma luta no sentido de legitimar o que pretendiam que fosse oficializado como currículo mínimo para os cursos de graduação de Nutricionistas.

A Comissão de Estudos foi eleita pelos membros da Conferência de São Paulo, constituindo a CEPANDAL (Comissão de Estudos sobre Programas Acadêmicos para Nutricionistas e Dietistas da América Latina). Esta Comissão, reunida em setembro de 1973, em Bogotá, definiu um currículo para a formação de nutricionistas, recomendando sua composição por Áreas de Estudo que abrangem distintos setores:¹¹

— Ciências Básicas — 20%

- Química (25%)
- Biologia (60%)
- Matemática (15%)

11. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Organización Mundial de la Salud. Ibidem.

— *Ciências Sociais e Econômicas* — 8%

- Ciências da Conduta (75%)
- Economia (25%)

— *Educação* — 5%

- Pedagogia (50%)
- Educação (50%)

— *Saúde Pública* — 25%

- Saúde Pública (30%)
- Nutrição Aplicada (20%)
- Prática de Nutrição Aplicada (30%)

— *Nutrição e Alimentação* — 38%

- Alimentos (15%)
- Nutrição (10%)
- Dietética (17%)
- Dietoterapia (17%)
- Alimentação Coletiva (10%)
- Prática em Dietética Institucional (33%)

— *Multidisciplinar* — 4%

A carga horária total recomendada pela CEPANDAL determinou um mínimo de 3.200 horas e um máximo de 4.080 horas.

As visões esquemáticas dos currículos propostos pelo CFE e pela CEPANDAL encontram-se respectivamente nos Gráficos I e II anexos. Estas representações, como sugere o estudo desenvolvido pelo MEC/SESu, em 1981, demonstraram que na proposta do CFE sobressaem os aspectos biológicos e individuais, em detrimento do social. No que se refere à "proposta CEPANDAL", o peso da formação biológica do nutricionista também é bastante significativo como base da sua formação. Entretanto, verifica-se um maior peso nos conteúdos que conferem identidade ao nutricionista e, paralelamente, nas áreas que permitirão articular esses conhecimentos biológicos aos sociais, distribuídas, equitativamente, na mesma proporção. Finalmente, possibilita-se a cada instituição, que defi-

na seu profissional de acordo com as características de sua região, através de uma área multidisciplinar...¹²

Podemos, então, comprovar que não são apenas as instituições estatais que se preocupam com a questão da reforma curricular. Os agentes envolvidos diretamente na direção dos cursos também demonstraram na época sua preocupação com os mesmos, preocupação que, segundo nossa observação pessoal, persiste até hoje.

A proposta CEPANDAL, conforme referimos, foi encaminhada pela ABN ao CFE que em 1974 fixou o currículo mínimo que vigora desde então até os dias de hoje.

Pela comparação já demonstrada, entre a proposta CFE e a da CEPANDAL, observamos que a correspondência não se verifica.

Sendo a proposta CFE uma lei, ao contrário do que propõe a CEPANDAL que se restringe a simples recomendações, torna-se lógico o fato de a primeira corresponder bem mais a Concepção de Nutrição ligada aos interesses dos setores hegemônicos. A referida concepção por nós já tratada nos Capítulos anteriores, reforça no currículo, como faz na *ciência* e na *política* em Nutrição, o lado biológico da questão, "achando" o social.

Com o controle dos aparelhos formadores, subordinados aos olhos do CFE, torna-se viável ao Estado dirigir as Instituições de Ensino de modo a fazê-las reproduzir a vertente biológica da Nutrição como pudemos ver pela hipertrofia desta na Resolução 36/74, homologada pelo Parecer 2.308/74 do CFE.

Por outro lado, mesmo não sendo admitida como lei, a proposta CEPANDAL sobrevive até hoje como um parâmetro qualitativo para a avaliação curricular, ao lado do estabelecido pelo CFE. No estudo empreendido pelo MEC, em 1981, em cooperação com o INAN e a FEBRAN, os dois parâmetros foram utilizados para o Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, o que demonstra o que acabamos de afirmar.

Com relação a este estudo, cabe esclarecer que não foi a primeira iniciativa relativa a este aspecto. Conforme consta na Introdução do documento final publicado pelo MEC:

12 MEC/SESu. Op. cit. págs. 125-126-128.

... o apoio ao desenvolvimento dos cursos de Nutrição, no contexto do Ensino Universitário do País, tem sido uma das preocupações da Secretaria da Educação Superior (SESu-MEC). Isto tem se evidenciado em documentos recentes, produzidos por seus assessores permanentes ou por consultores temporários.

A situação dos Cursos de Nutrição tem sido analisada em diversas oportunidades, em que se destaca um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1975...¹³

O que acabamos de transcrever denota a já referida preocupação do Estado com a reprodução do saber em Nutrição, fato aliás já mencionado no Capítulo anterior como uma das linhas de ação vigentes desde o I PRONAN.

No que se refere a este estudo, o mesmo se desenvolveu em duas etapas: a primeira, consistindo de um levantamento da situação dos cursos por meio de um questionário específico, realizou-se de agosto a outubro de 1981; a segunda, tendo como objetivo a análise dos dados, mobilizou um grande número de nutricionistas, sobretudo docentes, em Reuniões Regionais, etapa em que tivemos a oportunidade de participar dos debates na Reunião Regional que incluiu a instituição onde lecionamos.

Os objetivos oficiais deste estudo foram:

— proporcionar subsídios para a política de capacitação do profissional nutricionista, e

— identificar estratégias de articulação das Instituições de Ensino Superior (IES), com a prática profissional em Nutrição.¹⁴

Apesar dos objetivos repetirem a vinculação do estudo às diretrizes do PRONAN, a metodologia empregada, especialmente na segunda etapa, possibilitou uma ampla discussão da questão curricular. Constituiu-se o estudo numa forma de resistência da Categoria que, através dele, pôde refletir e ex-

pressar seus interesses, consolidando-os no documento "Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição: Conclusões e Recomendações"¹⁵ derivado da reunião final que se deu de 09 a 13 de agosto de 1982, em Brasília. O conteúdo dessas Recomendações será discutido neste Capítulo à medida em que os aspectos a que se referem forem, por nós, analisados.

Dada a abrangência deste 2º Diagnóstico, que é o estudo nacional mais recente, abordando aspectos quantitativos e qualitativos da formação do profissional nutricionista, tomamos o mesmo como base para a análise daqueles aspectos no presente trabalho, etapa que ora iniciamos.

Deixemos, por enquanto, de lado o aspecto qualitativo dos cursos de Nutrição que é retomado mais adiante quando discutimos a adequação dos currículos do país tanto ao que é estabelecido pelo CFE como às recomendações da CEPANDAL.

Antes disso, passemos à análise da expansão dos cursos de Nutrição no Brasil, aspecto que embora possamos julgar quantitativo, tem, como comentamos mais adiante, suas repercussões sob o ponto de vista da qualidade dos cursos, sob diversos aspectos.

Retomando a questão da criação dos cursos de Nutrição no Brasil, observamos no documento do Estudo Nacional que de 4 cursos existentes na década de 40, passamos a contar com 7 cursos no momento do I Diagnóstico Nacional, em 1975. Portanto, decorridos 35 anos o número de cursos não chegou a duplicar.

Olhando agora para o período que vai de 1975 a 1980 temos um quadro inteiramente distinto. Em 1981, época em que teve início o II Diagnóstico, os cursos de Nutrição já atingiam um total de trinta, distribuídos de forma heterogênea no território nacional. Isso significa que houve um aumento inferior a 100% num período de 35 anos (1940-1975) em contrapartida a um incremento superior a 200% num período de 5 anos! A influência da segunda metade da década de 70 sobre a expansão dos cursos foi, portanto, decisiva.

Comparando-se o crescimento do número de cursos em Nutrição com a expansão observada nos demais cursos da

¹³ MEC/SESu. Ibidem, pág. 17.

¹⁴ MEC/SESu. Ibidem, pág. 18.

¹⁵ MEC/SESu. Ibidem, págs. 155-173.

“Área da Saúde”, notamos que em nenhum destes ocorreu um crescimento tão expressivo como o ocorrido nos cursos de Nutrição. Este dado pode ser visualizado no Gráfico III (Anexos).

Outro fato também interessante é ter sido o crescimento do número de vagas proporcionalmente mais expressivo que o do número de cursos. Segundo os dados do II Diagnóstico Nacional, o número de vagas nos cursos de Nutrição totalizava 570 em 1975, passando para 1592 em 1980.

Estas vagas, porém, não decorrem de uma participação mais efetiva do setor público sendo, ao contrário, o setor privado que responde pelo aumento acentuado observado. Se até 1975 o ensino de Nutrição era exclusivamente público, este passa, segundo os dados do Estudo Nacional, a ter 30% dos seus cursos oferecidos pelo setor privado em 1980, sendo oferecidas pelos mesmos, 48% das vagas existentes neste ano.

Finalmente, cabe assinalar que a distribuição das vagas no território nacional aponta uma concentração na região Sudeste, pólo de industrialização, existindo aí 13 cursos enquanto na região Norte existe apenas um.

Façamos uma pausa para analisar os dados que acabamos de referir, buscando uma compreensão dos mesmos, em termos dos determinantes da referida expansão bem como dos efeitos desta sobre a formação do nutricionista. Para tal, julgamos oportuno voltar ao momento histórico vivido pelo país para que possamos contextualizar as informações.

Em primeiro lugar, é interessante lembrar que o crescimento desordenado dos cursos de Nível Superior, no Brasil, é um fato ligado ao modelo de desenvolvimento predominante na época. Os cursos universitários, sobretudo no setor privado, cresceram assustadoramente com deficiências flagrantes em termos de qualidade bem como de pertinência com as reais necessidades sociais do País. Esse aumento da participação do setor privado exprime a política educacional perversa da conjuntura, onde o Estado se desobriga crescentemente da Educação, facilitando, por outro lado, a penetração do Capital no setor Educação. Empreendimento, aliás, bastante lucrativo.

Em termos ideológicos, entretanto, esta cisão público/privado inexistente e concordamos aqui com a afirmação althusseriana onde o autor diz que:

... Como Marxista consciente que era, GRAMSCI já salientava esta objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção interior ao direito burguês, é válida nos domínios (subordinados) em que o direito burguês exerce os seus “poderes”. O domínio do Estado escapa-lhe porque está “para além do Direito”. O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário, a condição de toda a distinção entre público e privado. Podemos dizer a mesma coisa agora dos nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Pouco importa que as instituições que os realizam sejam “públicas” ou “privadas”. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como Aparelhos Ideológicos de Estado.¹⁶

E, a nosso ver, esta afirmação denota a impropriedade de estabelecer diferenças entre o ensino público e o privado, exemplificando, em Nutrição. Na verdade, o conteúdo passado por ambos não nos autoriza a considerar o segundo mais autônomo frente ao Estado pelo fato de ser “privado”. Tanto mais quando, assim como as Instituições públicas, depende do CFE (ou melhor, da obediência às suas regras) seu funcionamento e credenciamento.

Voltando à questão específica da “explosão” do número de cursos de Nutrição a partir de 1975, é importante retomarmos a Política no setor, já analisada no Capítulo anterior. Conforme vimos, desde o I PRONAN (1972), esboçava-se uma preocupação do Estado com o Recrutamento e Treinamento de pessoal, constituindo esta linha o Subprograma 10 do texto oficial.¹⁷ Esta mesma diretriz teria continuidade no II PRONAN em sua Programação básica que viria a ser seguida na segunda metade dos anos 70:

3.4 — Capacitação de recursos humanos:

3.4.1 — Objetivo:

Intensificar o treinamento de pessoal requerido para

16 ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Biblioteca de Ciências Humanas, Livraria Martins Fontes, Brasil, pág. 46.

17 Ver Nota 43, cap. III.

a elaboração da política, programa e projetos de alimentação e nutrição, assim como para sua implementação, visando a:

- capacitar pessoal, a níveis nacional e estadual, para a administração e o planejamento de projetos de alimentação e nutrição;
- capacitar pessoal para elaboração e gerência de projetos a nível estadual;
- aperfeiçoar e expandir os cursos de graduação em Nutrição; ...¹⁸

É útil lembrar que nessa mesma época é estabelecido pelo CFE, conforme vimos, o segundo currículo mínimo para os cursos de graduação em Nutrição.

Assim, pelo trecho acima, podemos ver a relação de expansão dos cursos de Nutrição com a Política social no setor que, através do INAN, fomentou a formação de novos Cursos de Nutrição no país. Além disso, a mesma política expandiu o mercado de trabalho, especialmente através do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), aumentando a demanda de profissionais da área, ao mesmo tempo que dirigia sua formação para o atendimento às habilidades técnicas necessárias ao planejamento de cardápios para empresas que passam a ser os grandes empregadores da categoria profissional. Este fato explica também a concentração dos cursos nos pólos industriais, caracterizados no Diagnóstico Nacional como regiões Sudeste I e II. Destacamos aí o Estado de São Paulo, onde o número de cursos (seis) é quase equivalente ao total existente na região Nordeste (sete); equivalendo ao dobro dos cursos existentes na região Centro-Oeste e seis vezes ao que é oferecido para a Região Norte!

É importante relatar que estes desdobramentos parecem ter sido aceitos com otimismo pelos nutricionistas que viam no PRONAN e na expansão dos cursos, a possibilidade de crescimento não só do mercado de trabalho como também o fortalecimento da categoria. Os interesses implícitos no PRONAN e as nefastas conseqüências para o nutricionista, sob vários aspectos, só vieram a ser percebidos mais tarde. Os salários

vantajosos pagos pelas grandes empresas no início do Programa retraíram-se, numa crescente espoliação da categoria que hoje se encontra subempregada ou desempregada, tendo em vista o exército industrial de reserva que a “explosão” dos cursos gerou. Mas isto o discurso do PRONAN não dizia e a categoria, pouco organizada e iludida pela ideologia da Política, veio descobrir depois que os efeitos se fizeram sentir.

Paralelamente a esta influência na prática profissional, estes fatos trouxeram profundas repercussões na qualidade de ensino, fato que procuramos demonstrar tomando como base o currículo dos cursos de Nutrição, do ponto de vista da evolução dos conteúdos, observada paralelamente à expansão dos cursos no País.

O currículo de graduação em nutrição

A exemplo do procedimento adotado para a análise de alguns aspectos históricos e da expansão dos Cursos de Nutrição, no Brasil, tomamos igualmente por base o documento: “Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição” para a análise curricular que ora iniciamos. Esta opção se deve à abrangência e riqueza de informações que a referida publicação traz, atinente aos currículos dos cursos que foram minuciosamente analisados,¹⁹ material que facilitou enormemente a nossa tarefa.

O ponto central que buscamos analisar foi a estrutura curricular dos Cursos, observando o peso que distintas “visões” da Nutrição têm no currículo. Em outras palavras, procuramos verificar qual o espaço ocupado pelas vertentes biológica e social no currículo dos cursos.

Conforme já foi colocado, tomaremos, tal como procedeu o Diagnóstico Nacional os dois parâmetros de análise a que nos referimos: o do CFE e o da CEPANDAL. Segundo a observação participante na nossa prática docente em Nutrição, pensamos que a existência de uma lei fixando o currículo mínimo pode controlar mas não garantir a total fidelidade do que se passa na prática, ao que é determinado pela lei. A

¹⁹ MEC/SESu. Op. cit., págs. 79-147.

¹⁸ Ver Nota 45, cap. III.

adequação dos currículos aos parâmetros eleitos, a margem de autonomia e a utilização que, porventura, dela fazem as instituições de ensino da Nutrição, através de seus agentes, foi o que, grosso modo, tentamos explicitar. Paralelamente, em nossa análise, procuramos as interrelações da estrutura curricular com a Política no setor, bem como com o conteúdo predominante na ciência. Finalmente, estudamos como se deu a evolução dos conteúdos no período de maior expansão quantitativa, dos cursos de 1975-1981.

A adequação do currículo segundo a lei do CFE

O "Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição" nos aponta como resultado da comparação dos currículos de graduação no país com o estabelecido no currículo mínimo do CFE (Resolução 36/74) diferentes aspectos. Em relação à carga horária global, do total dos cursos estudados, 74% excede o mínimo recomendado (2.880 horas), variando este excesso de 4 a 69% do recomendado. No que diz respeito à participação das "matérias" fixadas pelo CFE, a composição dos Cursos aponta, para todas as regiões:

... uma elevada participação das matérias básicas. Em relação às matérias profissionais, "Ciências da Nutrição e Alimentação" apresenta-se com a proporção mais elevada de carga horária (em torno de 30% do ciclo profissional)...²⁰

Fazendo uma síntese da análise dos currículos segundo o CFE, o documento diz que em relação às

Matérias Básicas

A distribuição das matérias básicas no currículo varia de 25 a 47%...

Matérias Profissionais

Os currículos Plenos apresentam uma composição de matérias profissionais que varia de 38 a 69% da carga horária total...²¹

20 MEC/SESu. Ibidem, pág. 82.

21 MEC/SESu. Ibidem, págs. 95-97.

O item "Diversos" aparece também em proporções distintas nas diferentes regiões.

Adequação do currículo segundo as recomendações da CEPANDAL

Observando agora o que ocorre quando os currículos das escolas das diferentes regiões do Brasil são comparados com as recomendações da CEPANDAL (São Paulo, 1973) temos que a carga horária mínima (3.200 horas) é atendida por 67% dos cursos, excedendo-a numa variação de 2 a 51% do proposto. No que se refere à carga horária máxima estabelecida pela Comissão, a quase totalidade dos cursos (93% do total) não alcança a referida duração.²²

Na parte em que o documento sintetiza a análise dos currículos, segundo a CEPANDAL destacamos os seguintes comentários:

Área Básica

Os dados diagnósticos revelam que a recomendação da CEPANDAL para a área é atendida por 78% dos cursos... 21 instituições...

Dentre os cursos que atendem a recomendação, observa-se que 90% contam com a carga horária de 5 a 95% superior ao previsto...

Área sócio-econômica

Apenas 18% do total de cursos estudados alcançam o percentual de carga horária recomendado pela CEPANDAL.

Área de Saúde Pública

Nessa área o diagnóstico demonstra que 78% dos cursos, encontram-se inadequados, por apresentarem um considerável "deficit" de carga horária, que varia de 0,4 a 72% em relação ao recomendado pela CEPANDAL.

Área de Nutrição e Alimentação

O estudo dos dados referentes à área de Nutrição e Alimentação revela que 49% dos cursos encontram-se aquém da recomendação, apresentando uma deficiên-

22 MEC/SESu. Ibidem, págs. 100-101.

cia de carga horária que varia entre 03 e 15% em relação ao proposto pela CEPANDAL.

Área Multidisciplinar

Na área multidisciplinar, a análise demonstra que a totalidade dos cursos atinge a recomendação da CEPANDAL, sendo que 85% deste excedem de 25 a 420% ao parâmetro utilizado.²³

Evolução da estrutura curricular no período 1975/1981

Comparando os dois momentos em que se realizaram o I e o II Diagnóstico Nacional, perguntamos: será que mudou alguma coisa de 1975 para 1981? A comparação, segundo os dados dos dois diagnósticos, fica um pouco prejudicada pela metodologia utilizada, que não foi a mesma nos dois momentos. Entretanto, analisando o que diz o II Diagnóstico²⁴ pudemos resgatar algumas relevantes observações.

A acentuada diversificação curricular, em termos de currículos plenos, observada no I Diagnóstico Nacional (1975) se mantém, havendo grande heterogeneidade quanto às disciplinas oferecidas. Essa diversificação atualmente se dá, não só no número de disciplinas, nomenclatura, carga horária e número de créditos conferidos pelas disciplinas, assim como no conteúdo das mesmas.

Quanto às diferenças que observamos na distribuição da carga horária, em termos percentuais, pelos diferentes núcleos de conhecimento, a discrepância que acabamos de demonstrar, segundo os parâmetros CFE e CEPANDAL já existia em 1975. Como vimos, no decorrer deste período, temos um predomínio das Ciências Básicas, bem como da Área Multidisciplinar em detrimento das Ciências Sociais e Econômicas, Educação e Saúde Pública, áreas em que houve um crescimento do número de cursos abaixo das recomendações.

O desequilíbrio se mantém no período 1975-81, ocorrendo variações apenas nos distintos setores que compõem cada um dos núcleos.

23 MEC/SESu. Ibidem, págs. 116-121.

24 MEC/SESu. Ibidem, págs. 130-132.

A área de Ciências da Nutrição e Alimentação, específica da formação do nutricionista, apresenta-se insuficiente nos dois Diagnósticos, aumentando em 35% a proporção dos cursos que não atingem as recomendações na área de Dietética, em seus aspectos teórico-práticos.

Por outro lado, Dietoterapia que em 1975 não alcançava o recomendado em quase metade dos cursos existentes, apresenta-se em 1981 apenas em um curso insuficiente. Este dado sugere um verdadeiro *boom* no setor, coerente com um modelo de formação voltado para a atenção individual, de nível terciário, privilegiada no período, nas políticas da Área da Saúde. Isto enquanto os problemas nutricionais do povo exigiam outra prática.

Outro aumento expressivo citado no documento diz respeito ao setor de "Alimentação Coletiva", também conhecida como "Produção", área que responde à demanda do mercado de trabalho que se expande no período com a criação do PAT, exigindo nutricionistas para o trabalho em restaurantes industriais.

Por último, a carga horária destinada às práticas também sofre uma diminuição, levando o corpo discente a uma formação cada vez mais teórica. Isso ocorre não só nas disciplinas da área social, mas em todas as demais.

Em resumo, podemos dizer que, comparando os limites do intervalo em que se dá a expansão quantitativa dos cursos, aprofundam-se as deficiências apontadas no início do período.

Análise dos currículos de nutrição no país: estrutura e evolução

Pelo que foi transcrito, podemos ver uma grande diferença entre o peso dado no currículo ao ciclo básico (assim como disciplinas que não se relacionam diretamente com o que dá identidade profissional ao nutricionista) e as disciplinas específicas da sua formação.

Remetem-se, desta forma, os alunos de graduação a uma ocupação excessiva de seu período de formação com disciplinas oferecidas aos diferentes cursos da área da Saúde, sem uma preocupação em direcioná-las à reflexão pertinente a estudantes de Nutrição. É importante estabelecer aqui um

elo entre este fato e o conteúdo biológico que, no mesmo sentido, é privilegiado também no ciclo profissional dos cursos.

Isto vem reafirmar o que discutimos quando tratamos da Concepção de Nutrição no discurso da *Ciência* e da *Política*. Tornamos a observar, aqui, que o discurso subjacente ao currículo dos cursos de Nutrição no país privilegia a vertente biológica, alienando o corpo discente sobretudo dos conhecimentos que lhes permitiriam aprofundar sua reflexão no sentido da compreensão dos determinantes dos problemas nutricionais.

Se observarmos, na comparação com a recomendação da CEPANDAL, as áreas Sócio-econômica, de Educação e de Saúde Pública, vemos que nunca chega a 20% o percentual de adequação ao recomendado. Até mesmo quando utilizamos o parâmetro CFE, a proporção da carga horária destinada à Nutrição Aplicada, nomenclatura nele adotada, também sofre um achatamento.

Um fato interessante é que a maioria dos cursos excede a carga horária total mínima recomendada pelos dois parâmetros tomados. Na distribuição desta carga horária, surge a contradição entre a disponibilidade da mesma e o uso que dela é feito.

Conclui-se, portanto, que os cursos de Nutrição, a despeito de dispor de uma relativa autonomia frente ao Estado na gestão de seus conteúdos, não distribuem suas cargas horárias de modo pelo menos equitativo, entre núcleos de conhecimento distintos.

Uma série de hipóteses poderiam ser levantadas para explicar este fato. Julgamos que uma conclusão mais sólida pediria um estudo mais profundo do que o que empreendemos aqui. Entretanto, dada nossa intimidade com o objeto, nos arriscamos a indagar a importância que a formação do corpo docente tem neste processo.

Sendo os professores, em sua maioria, nutricionistas procedentes destes mesmos cursos, parece-nos lógico refletir sobre como poderia ser outra a visão predominante nos cursos de Nutrição. Uma vez que não dispomos de cursos de pós-graduação na área em número suficiente, a busca desta formação leva os profissionais a se aprofundarem cada vez mais em cursos eminentemente biológicos, correspondendo às ma-

térias básicas ou, por outra, a cursos inespecíficos da prática profissional, que seriam pertinentes à área multidisciplinar ou Diversos. Este aspecto encontra-se melhor analisado no item relativo ao corpo docente, mais adiante neste Capítulo.

Aliada a isto, a Lei nº 5.276, de 24 de abril de 1967, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, assegura no Artigo 5º:

Art. 5º — Constituem atividades a serem exercidas privativamente pelos nutricionistas as seguintes:

I — Direção e supervisão de escolas ou cursos de nutricionistas;

II — Planejamento, organização e chefia dos serviços de alimentação em estabelecimentos públicos, para-estatais, autárquicos e de economia mista, bem como inspeção dos mesmos serviços nos aludidos estabelecimentos;

III — Orientação de inquéritos sobre a alimentação;

IV — Regência de cadeiras ou disciplinas que se incluam, com exclusividade, no currículo do curso de nutricionistas... (grifos nossos)

Esta determinação, em geral, é muito bem aceita pelos nutricionistas, na medida em que lhes sugere *autonomia* e significa uma *reserva de mercado*. Entretanto, subjacente a esta postura corporativista, passam em branco as conseqüências que a pretensa onisciência da categoria traz para a organização curricular.

Não queremos dizer com isto que somos contrários aos direitos assegurados pelo Art. 5º da referida legislação. O que queremos apontar é a contradição que se dá quando se reserva um espaço para o qual não se tem profissionais qualificados em número necessário.

Privados de cursos de pós-graduação que lhes permitam não somente aprofundar os conhecimentos clássicos, mas expandir seu horizonte, as disciplinas que necessitam de docentes cujo marco teórico não se restrinja à visão estritamente biológica, sofrem um prejuízo evidente. E são exatamente as disciplinas profissionais vinculadas à Área de Nutrição Aplicada, Saúde Pública ou Nutrição Social, as que ficam mais prejudicadas, uma vez que se constitui numa verdadeira aven-

tura o ingresso e conclusão efetivos de um curso de pós-graduação em Ciências Sociais, ou áreas afins, por um profissional com formação na área da Saúde.

As conseqüências deste fato são inúmeras, destacando-se a dificuldade de vincular as disciplinas básicas da área social, dirigindo-as às necessidades do ciclo profissional, uma vez que os quadros teóricos são distintos. Isso repercutirá de forma a impossibilitar a articulação dos conhecimentos biológicos da Nutrição com seu *lado social*, prejudicando a percepção da totalidade do fenômeno da des(Nutrição) como resultado de relações sociais num modo de produção determinado.

Por outro lado, na medida em que a concepção teórica irá, em grande parte, definir a prática do profissional, dificilmente, com a formação levada a efeito pelos currículos analisados, poderá o nutricionista ultrapassar o nível da execução no mercado de trabalho tradicional. O que se busca reproduzir, a despeito de se pensar em autonomia, é a formação que interessa à manutenção da Ordem Dominante, num processo em que, como pudemos verificar, Ciência, Política e Currículo se coadunam perfeitamente. Mas se isso se dá, não significa que se faz através de um percurso tranquilo, isento de contradições e resistências, onde a prática é assegurada pelo discurso.

Na medida em que entendemos que o currículo não se viabiliza pela implementação automática do que a legislação determina (ou seu discurso), achamos necessário analisá-lo como uma prática contraditória, onde diferentes interesses estão em jogo, dando-lhe sua dimensão de espaço de luta.

Uma prova disso já pôde ser percebida por nós no próprio documento do Estudo Nacional, tomado como referência. Nas conclusões do Seminário Nacional que fechou os trabalhos²⁵ os membros, em sua maioria docentes-nutricionistas, impuseram sua fala, colocando, sob forma de recomendações, sua posição de resistência frente ao que vivenciam e percebem em sua prática cotidiana.

Dentre as conclusões do Seminário Nacional de Avaliação do Ensino da Nutrição, destacam-se trechos que são dis-

25 MEC/SESu. *Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição*. Brasília, 09 a 13 de agosto de 1982. Ibidem, págs. 158-173.

curso visivelmente antagônicos ao que o discurso curricular, conforme vimos, tenta implementar:

*O estudo da composição horária do currículo permite afirmar que a formação do profissional nutricionista, a nível nacional, caracteriza-se pelo fortalecimento das áreas básica e multidisciplinar, em detrimento da área profissional, principalmente nos setores que orientam para a compreensão do social... levando, assim, a um hiato na articulação do biológico com o social.*²⁶

Dentre as recomendações derivadas das conclusões do Seminário, destacam-se:

A. Quanto aos objetivos, expectativas e compromissos curriculares:

- *Que se reforce, na formação do profissional nutricionista, o caráter generalista, procedendo-se a avaliação dos currículos e reformulação, quando necessária, a nível de cada instituição.*
- *Que se viabilize o desenvolvimento da percepção crítica dos professores e alunos tornando-os aptos a interagir com a realidade em que a universidade esteja inserida.*
- *Que se busque articulação entre o conhecimento biológico, político, econômico e social no desenvolvimento das disciplinas.*
- *Que na criação e desenvolvimento de Cursos de Nutrição haja melhor racionalização dos recursos institucionais com vistas a alcançar a formação do profissional generalista...*²⁷

Como podemos ver, é nítida a insatisfação dos profissionais com a formação atualmente veiculada pelos Cursos de Nutrição. Além dessa insatisfação, sobressai a percepção pelos docentes do caráter ideológico, alienante, também por nós comentado, não só quando da análise curricular, como também na análise do discurso científico.

26 MEC/SESu. INAN/FEBRAN *Seminário Nacional de Avaliação do Ensino de Nutrição*. Brasília, 09/13 agosto de 1982.

27 MEC/SESu. Ibidem, págs. 158-159.

No trecho acima, reconhece-se claramente a desarticulação entre os diferentes ângulos do objeto Nutrição, reivindicando-se um maior peso nos aspectos sociais, sufocados pelo predomínio da Biologia. Aliada a estas observações, vem a denúncia da direcionalidade do currículo que opera em sentido distinto das necessidades da população, especializando os nutricionistas de modo a adequá-los aos interesses dos grupos dominantes.

No que diz respeito ao currículo, aparece:

B. Quanto à composição do currículo:

- *Que sejam revistas as cargas horárias totais dos cursos de Nutrição, visando o alcance do mínimo recomendado pela CEPANDAL.*

- *Que se estabeleça a distribuição percentual da carga horária das diferentes áreas de conhecimento que integram o currículo do curso, considerando-se as recomendações da CEPANDAL, adaptando-as à atual realidade brasileira.*

... Considerando a importância das experiências em serviço na formação do profissional e as dificuldades detectadas em algumas regiões em proporcionar ao graduado tais experiências, recomenda-se que cada curso proceda a avaliação destes recursos educacionais incluindo estágios curriculares visando a uma melhor adequação dos mesmos à formação de um profissional inserido em sua realidade regional e local...²⁸

Nota-se um reforço na questão da contextualização da formação do profissional, visão que se opõe aos currículos examinados que, como vimos, privilegiam de maneira crescente os conhecimentos "teórico-técnicos" em prejuízo da prática, em especial as que se ligam à percepção da realidade social. Além disso, através dessas recomendações, os participantes buscam legitimar as recomendações da CEPANDAL, bastante distintas, como vimos, do instrumento legal do CFE, com o qual o Estado busca o controle da formação dos nutricionistas.

28 MEC/SESu. Ibidem, págs. 159 e 167.

Nas considerações finais do documento, encontramos ainda, recomendações relativas ao corpo docente, às instituições de ensino superior e finalmente ao MEC, no que diz respeito, sobretudo à vigilância que exerce na reprodução do saber:

Quanto ao corpo docente

- *Considerando que a quantidade, qualidade e condições de trabalho do corpo docente são fatores diretamente condicionantes do aprimoramento do ensino ministrado em um curso, recomenda-se que:*

1. *Ampliem-se os quadros de docentes dos cursos de Graduação em Nutrição...*

2. *Sejam implementados pelos órgãos competentes cursos a nível de pós-graduação...*

3. *O regime de trabalho seja, no mínimo, de 20 horas semanais, possibilitando maior contato e convivência com os alunos;*

- *Quanto às Instituições de Ensino Superior:*

- ... 2. *Considerando a formação profissional, recomenda-se que os coordenadores de Cursos de Nutrição, bem como os professores das disciplinas constantes apenas no Currículo deste curso, conforme instrumento legal (Lei 5.276/67) sejam privativas do docente nutricionista...*

3. *Que seja estimulada e assegurada a participação do educando nos órgãos colegiados...*

4. *Que sejam proporcionadas e asseguradas reais oportunidades de capacitação aos docentes...*²⁹

Aproveita-se, portanto, o Seminário Nacional promovido pelo Ministério da Educação e Cultura para discutir também as questões trabalhistas. Conforme os trechos transcritos, reivindicam-se melhores condições de trabalho, seja através da admissão de novos docentes, possibilitando uma menor sobrecarga de atividades, seja através de outros mecanismos tais como: possibilidades de aperfeiçoamento constante, através de cursos, pesquisas, etc.

Este ponto, objeto inclusive de movimentos grevistas da categoria docente, é reforçado na ocasião, quando se denuncia

29 MEC/SESu. Ibidem, págs. 169 e 171.

a precariedade das condições de Ensino, não só na Nutrição, mas nos demais cursos de 3º grau do País.

A sobrecarga de atividades que obrigam o docente a se ocupar quase que exclusivamente das atividades de ensino é um fator limitante do seu aprimoramento e atualização. Na área de Nutrição, a situação é ainda mais precária no Setor de Saúde Pública ou Nutrição Social. Aí se dá uma espécie de círculo vicioso — expressão que usamos apesar do desgaste e de possíveis limitações cognitivas — onde o menor privilégio no currículo, determina menores capacidades de negociação em face dos recursos disponíveis: contratação de professores, verbas para pesquisa, entre outros.

O que não fica claro é que a aparente causa do fenômeno é, na verdade, sobredeterminada pela “marca registrada” que o currículo busca imprimir.

A menor carga horária, resultado de direcionalidade da estrutura curricular que se liga à Política no Setor (e, portanto, ao mercado de trabalho, política científica, etc., que se dirigem ao acúmulo de capital) é usada como desculpa para favorecer os núcleos prioritários de formação. Entendam-se esses núcleos como aqueles voltados para o papel do nutricionista e da Nutrição que interessam à Política (e ao Saber que a ela se liga), pontos já discutidos nos capítulos precedentes. É útil apenas referir, para que notemos a interrelação entre campos aparentemente dissociados.

Daí deriva o que se observa em muitos Cursos de Nutrição: o escasseamento do corpo docente no Núcleo Social profissionalizante. Isto traz como consequência a subdivisão desses professores em inúmeras atividades didático-administrativas, não lhes sobrando tempo para dedicar-se ao aprofundamento do estudo das questões sociais, via pesquisa, debates com alunos, cursos de pós-graduação, entre outros meios.

Este é um importante mecanismo através do qual os setores hegemônicos conseguem, ou pelo menos buscam, calar um discurso específico no seio das instituições formadoras. Voltamos a esta discussão para melhor elucidá-la, um pouco mais adiante.

Concluindo nossa análise quanto às recomendações do Diagnóstico Nacional, observamos, no item “Quanto às Insti-

tuições de Ensino Superior”, uma preocupação com a já mencionada “reserva de mercado” para o nutricionista, no que se refere às determinações da Lei 5.276/67. Aqui, o Estado e os profissionais “falam a mesma língua” e não tornaremos a nos posicionar frente ao fato.

Por último, aparece a voz dos alunos que, presentes ao Seminário, reivindicam maior poder decisório sobre sua formação, através da participação nos órgãos colegiados. Aliás, cabe assinalar que a presença dos alunos nas plenárias de Reuniões Regionais que, como já dissemos, vivenciamos em uma oportunidade, influenciou significativamente para o questionamento dos currículos.

Finalmente, no item Considerações Finais, a posição do Estado é questionada na relação do seu Aparelho Educacional dominante com os nutricionistas que exercem atividade docente. Insatisfeitos, estes recomendam, entre outros pontos:

F. Quanto a responsabilidade do MEC na Formação do Profissional:

... 3. Nas Comissões de Verificação com vistas a Autorização e Reconhecimento dos Cursos de Nutrição conste, obrigatoriamente, um docente-nutricionista, com experiência na área de ensino;

... 5. Que os atuais cursos existentes sejam efetivamente apoiados para desenvolvimento e consolidação de suas estruturas;

... 6. Finalmente, considerando a relevância do MEC como órgão máximo da educação no país recomenda-se que: seja mantida naquele Ministério uma assessoria técnico-pedagógica contínua para os cursos de Nutrição a ser desenvolvida por nutricionista-docente com comprovada experiência.³⁰ (grifos nossos)

Além de reivindicarem uma atuação mais efetiva do MEC no sentido de proporcionar condições de funcionamento adequadas aos cursos existentes, reconhecem a necessidade da

30 MEC/SESu. Ibidem, págs. 172 e 173.

participação dos profissionais nos níveis decisórios para que isso se dê.

Subjacente a um discurso que reivindica uma assessoria técnico-pedagógica a ser desenvolvida por profissionais nutricionistas, a questão do poder do órgão máximo da educação no país é questionada, em sua eficácia e verticalidade. É interessante observar como o argumento cientificista que apóia o Estado em suas decisões é agora incorporado à fala dos agentes como justificativa para a sua participação política e resistência à Ordem que os subjuga.

Como procuramos demonstrar, o II Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição ultrapassou em muito seus objetivos oficiais, constituindo-se numa forma de resistência da categoria à reprodução do saber nas instituições.

Não dispomos de estudos que nos forneçam dados oficiais sobre os desdobramentos desse Estudo Nacional. Podemos, entretanto, afirmar, apoiados em nossa prática de docente-nutricionista, que observamos que o referido Estudo já foi útil para a mobilização de boa parte dos docentes do País, em torno da questão curricular, bem como serviu de reflexão aos alunos, conforme veremos em outra parte deste Capítulo.

Algumas das recomendações do Seminário Nacional segundo nossa observação, já foram absorvidas por várias escolas, destacando-se, por exemplo, a fusão de disciplinas, mudanças de pré-requisitos, nomenclatura e setor. Entretanto, não nos sentimos capacitados a emitir opiniões e nem é propósito deste trabalho a referida avaliação. O que tentamos unicamente, a partir do documento, foi analisar o currículo como fala institucional, comparando-a a outros discursos já analisados. Ao mesmo tempo, na medida em que encerrava em seu conteúdo, a fala dos docentes, aproveitamos este material pela riqueza que o mesmo apresentou para uma análise das resistências e contradições, objeto que buscamos também realçar neste estudo.

Procuramos, portanto, até aqui, examinar os cursos de Nutrição em seus aspectos quantitativo e qualitativo, analisando a expansão dos cursos e a estrutura curricular, inclusive em sua dinâmica ao longo da conjuntura.

Coerentes com nossa proposta metodológica,³¹ restou-nos estudar a reprodução do saber no espaço em que esta se dá: a Universidade. Buscamos, desta forma, aprofundar e complementar o que observamos no documento relativo ao Diagnóstico Nacional, indo até o espaço da prática do discurso curricular e investigando os agentes envolvidos na reprodução deste saber.

O documento do Diagnóstico Nacional nos indicou, como vimos, a existência de contradições no percurso da reprodução do saber no espaço institucional, o que se tornou visível pelas resistências surgidas da parte do corpo docente. Entretanto, os dados disponíveis no documento, não se mostraram suficientes para esclarecer como se dá na prática, a reprodução do saber e até que ponto a opinião levada pelos representantes das escolas pode caracterizar a realidade dos agentes envolvidos mais diretamente no processo: os professores e os alunos.

Por outro lado, encontra-se no documento, associada aos dados referentes à evolução e estudo curricular, uma caracterização geral do corpo docente dos cursos de Nutrição. Entretanto, o estudo nada fala sobre o outro pólo do processo de reprodução, ou seja, os receptores do processo. Também não encontramos elementos suficientes para construir o discurso dos professores e alunos no que concerne à Nutrição, abordando os *Temas Centrais* que constituem o modelo de análise utilizado neste trabalho.

Sendo a comparação dos discursos dos agentes com os discursos explorados nos Capítulos precedentes uma das etapas do nosso trabalho, tornou-se necessário buscar aqueles discursos junto ao corpo docente e discente.

Executamos esta etapa por meio de um estudo de caso, tal como explicitamos anteriormente. Ao fazê-lo, não tivemos a pretensão de extrapolar os resultados desta análise à totalidade dos cursos no País, dada a heterogeneidade demonstrada nas variações da estrutura curricular. Entretanto, uma vez que tomamos uma das instituições de ensino público de maior tradição no País, considerada modelo de estruturação de cursos mais recentes, é possível que este estudo de caso espelhe as-

31 Ver Cap. I desta obra.

pectos comuns ao que se passa em outros cursos. O que importa para nós é que o mesmo sirva para caracterizar, como um exemplo, o corpo docente e discente, explicitando suas concepções no que se refere à Nutrição e, paralelamente, demonstrar a influência do conteúdo curricular sobre a concepção de Nutrição do corpo discente, ao longo de um dos Cursos. Associado a isso, pretendemos explorar este espaço institucional como espaço de luta, analisando as resistências e contradições que julgamos poderem ser melhor apreendidas no momento da prática.

O corpo docente

Caracterização do corpo docente da instituição

Para a realização da análise do corpo docente no nosso estudo, utilizamos como técnica a observação participante, facilitada pela nossa vivência como nutricionista-docente, aliada à coleta de informações através de questionários.

Conforme referimos nas notas metodológicas, nossa amostra abrangeu 50% dos docentes da Instituição investigada, incluindo docentes dos diferentes setores ou áreas de conhecimento, nutricionistas ou não.

Na amostra tomada, 70% do corpo docente eram constituídos por profissionais graduados em Nutrição, fato que parece se relacionar à corporatização do ensino profissionalizante, garantida pelo Art. 5º da Lei 5.276/67, já por nós analisada.

O tempo de magistério mais freqüente ultrapassava quinze anos. Observando os dados do *Diagnóstico Nacional*, em que o corpo docente também foi estudado, não há concordância entre os dois resultados. No *Diagnóstico Nacional*, o tempo de magistério mais representativo do corpo docente das Instituições de Ensino Público encontra-se bem abaixo deste valor. Pensamos que essa discordância decorre do fato de termos estudado uma das Instituições de Ensino mais antigas no País, ao passo que o *Diagnóstico Nacional* trabalhou com a totalidade dos cursos que, como vimos, teve sua maior ex-

pansão na segunda metade dos anos 70, empregando docentes com pouca ou nenhuma experiência profissional.

Assim, tomando como base a média do tempo de magistério, expressou-se a realidade da maioria dos cursos no país, constituída de cursos com poucos anos de existência.

A mesma observação pode ser feita para o item "Titulação Acadêmica" que, no nosso estudo demonstrou a presença de titulação em nível de Mestrado e Doutorado para a quase totalidade dos docentes, à exceção de dois, sendo que um já se encontrava cursando Mestrado, embora sem tê-lo ainda concluído.

No *Diagnóstico Nacional*, a ausência de titulação é bem mais expressiva, mas um dado que concorda com nosso estudo é o fato de as titulações mais elevadas terem sido privilégio, primeiramente, dos docentes graduados em outros cursos.

Outro dado em que os dois estudos concordam é no que tange às áreas em que os docentes foram buscar seus títulos. A maior procura, tal como referimos anteriormente, se dá nos cursos biológicos ligados à área básica ou, então, na área multidisciplinar. No nosso estudo, os cursos mais procurados foram Bioquímica, Nutrição Básica, seguido por Tecnologia dos Alimentos e Educação. Na Área Social, encontramos apenas um caso, pela limitação da oferta de vagas no setor e despreparo dos nutricionistas para o ingresso nos referidos cursos, além do enfoque predominante na sua formação que não é social.

O mesmo fato ocorre no que se refere à pós-graduação em Nutrição Humana que pela insuficiência de cursos no Brasil, força os docentes, como afirma o *Diagnóstico Nacional*, a migrarem para outras áreas. Os docentes que obtiveram titulação em Nutrição, buscaram o referido título fora do Brasil, o que os leva a se distanciarem da realidade em que vivem, não só pela distância física do seu País de origem como também pelo enfoque dado nos cursos realizados em outros países, em geral voltados para sua realidade de país desenvolvido.

Por último, cabe assinalar que dos docentes entrevistados 70% pretendem ainda seguir outros cursos, no sentido de obter maior titulação ou se atualizarem em suas áreas de conhe-

cimento específicas. Neste sentido, novamente as áreas mais pretendidas para esta futura formação são, em ordem decrescente: Nutrição Básica, Tecnologia dos Alimentos e Nutrição Clínica.

Quanto à atuação profissional do corpo docente, até o momento da realização do estudo de caso, a maioria apresentava uma associação entre o Magistério e a prática em serviço na área de Planejamento de Alimentação para coletividades (trabalho em empresas) e/ou dietoterapia.

Embora não tenhamos dados sobre este item, julgamos que a situação na maioria dos cursos recém-implantados deva ser outra. Com o emprego de profissionais recém-graduados na atividade docente, é praticamente certo que a maioria do corpo docente dos Cursos de Nutrição não traga consigo qualquer vivência profissional prévia. No nosso estudo, apenas 30% dos docentes se apresentavam nesta situação.

Passando agora para um aspecto um pouco distinto dos que até aqui discutimos, observemos a relação do corpo docente com sua formação e prática profissional.

Indagados sobre os motivos que os levaram à escolha do curso ou da área de Nutrição, as respostas mais frequentes diziam respeito à motivação individual tais como: vocação, influência familiar assim como a importância que atribuíam à Ciência da Nutrição.

Quanto à opinião sobre os cursos de graduação em Nutrição, 90% dos docentes-nutricionistas afirmaram que o mesmo não atendeu às suas expectativas e justificaram sua opinião, majoritariamente, pela deficiência de conteúdo técnico oferecido pelo curso.

Vindo ao encontro desta opinião, as disciplinas mais cotadas para serem reforçadas ou incluídas foram: Farmacologia, Química, Fisiologia Digestiva e aulas práticas de técnica dietética. Apenas um docente sugeriu a inclusão de Antropologia e Saúde Ocupacional, disciplinas afins com a Área Social.

Pelo que foi proposto, deduzimos que, a despeito da hipertrofia da Área Básica, tal como verificamos no estudo da estrutura curricular, os docentes esperam aprofundar ainda mais esta distorção. Deduz-se daí a visão tecnicista e biológica

que os mesmos demonstram em relação à Nutrição. A mesma posição é ratificada pela postura de defesa do conteúdo teórico atualmente dominante, quando nenhum docente sugeriu a exclusão de disciplinas.

No que tange à importância atribuída às disciplinas, o setor da Nutrição que se ocupa do estudo dos aspectos metabólicos ou dos efeitos dos nutrientes no organismo, bem como das técnicas de preparo dos alimentos, apareceu como sendo o núcleo mais valorizado.

Este fato se liga aos resultados da análise da Concepção de Nutrição, bem como a outros *Temas* tal como aparecem na análise do discurso dos docentes, realizada mais adiante. Entretanto, já aparece a nítida relação entre a valorização conferida a este setor e a opinião sobre a estrutura curricular, anteriormente referida.

Finalmente, no que se refere à percepção que os docentes têm sobre sua atual prática profissional, a grande maioria declarou-se insatisfeita, especialmente pela limitação que sentem para exercer suas atividades (docentes ou não), o baixo reconhecimento conferido ao seu trabalho e, por fim, a sensação de "estar perdido" na sua prática docente.

Quanto aos nomes mais destacados no campo da Alimentação e Nutrição os docentes de uma maneira geral, citaram nomes célebres, sobretudo o de Nelson Chaves (70%) seguido por Josué de Castro (50%), aos quais associavam nomes de profissionais ligados à sua área de atuação e a cargos administrativos de Instituições, dirigentes de organizações de classe e pesquisadores legitimados no meio acadêmico. Esses últimos nomes foram citados de forma atomizada não sobressaindo nenhum deles em especial.

No que se refere às opiniões relativas à literatura (e o uso da mesma nos cursos), os depoimentos foram utilizados em outros tópicos tratados também neste Capítulo.

Antes de passarmos à análise do discurso emitido pelos docentes no nosso estudo de caso, gostaríamos de analisar estes últimos pontos da caracterização que fizemos do corpo docente.

É interessante observar que, a despeito de todas as resistências colocadas no *Seminário Nacional* pelos representantes das escolas que lá compareceram, os dados obtidos no nosso

estudo de caso questionam a abrangência ou a representatividade de algumas opiniões.

A insatisfação com a estrutura curricular, a frustração com a prática profissional e com as condições de trabalho, tal como lá, aqui também aparecem. Entretanto, as resistências relativas à modificação da estrutura curricular no sentido de privilegiar no currículo um discurso que possibilite a articulação do nível biológico com o social da Nutrição, não parece ser a expectativa dos docentes entrevistados. Ao contrário, conforme pudemos apurar nos questionários, a ênfase se dá no sentido de reforçar ainda mais o ciclo básico e priorizar o estudo da utilização biológica dos nutrientes pelo organismo.

Embora se tratando de um estudo de caso, julgamos que as contradições encontradas entre as opiniões de uma parcela representativa do corpo docente de uma instituição, *vis-a-vis* à opinião global de 3 ou 4 representantes de cada escola presentes a um Diagnóstico Nacional pode relativizar, por seu turno, os resultados deste último.

A análise mais profunda das concepções do corpo docente, no nosso estudo de caso, talvez possa esclarecer melhor a tendência ideológica do mesmo.

O corpo docente: análise discursiva

Nos questionários aplicados, incluímos questões no sentido de construir o(s) discurso(s) do corpo docente, tratando-o(s) por meio do modelo pelo qual analisamos os discursos da ciência e da política. Na análise discursiva buscamos não somente a fala relativa aos distintos *Temas Centrais* constituintes do nosso modelo mas, também, as cisões porventura existentes entre os professores de uma mesma instituição, tentando apreender a luta do discurso dominante com outras falas presentes no espaço institucional, suas relações de oposição ou concordância com a ciência legitimada e o discurso da Política no Setor. Paralelamente, tentamos analisar o papel dos docentes na reprodução do Saber Dominante.

1º Tema:

A concepção de nutrição

A análise dos questionários revelou um predomínio da visão de Nutrição como ato fisiológico, necessário à sobrevivência da espécie. Assim, em cerca de 70% dos questionários, encontramos a visão acima, tal como podemos exemplificar com as seguintes transcrições relativas ao que o corpo docente entende como Nutrição:

Uma área que visa estudar e aplicar conhecimentos relacionados à utilização de elementos de valor nutritivo e sua ação no organismo, com a finalidade de preservação da espécie.

Nutrição é a ciência que estuda os processos pelos quais o organismo ingere, digere, absorve, transporta e utiliza os nutrientes, e sua ação, interação e equilíbrio em relação à saúde e à doença.

Nutrição é a preservação da vida através dos alimentos.

É a ciência que estuda a interação dos alimentos com o organismo.

As transcrições acima, referentes a algumas das respostas dadas à questão nº 2 da Parte I do questionário aplicado, reproduzem, perfeitamente, a visão da ciência dominante nos cursos de Nutrição, assemelhando-se, inclusive a transcrições das obras analisadas.

Como vemos, repetem-se as mesmas *categorias discursivas* que estruturam o discurso da ciência e dão suporte à *temática discursiva* referente ao *Tema* naquele discurso, bem como no da Política.³³

33 Não repetiremos nossa análise no que concerne às *categorias e temáticas discursivas*, tal como fizemos com o discurso da "ciência" e da Política pelo fato de que incorreríamos na repetição de análises que já constam deste trabalho, tanto no Cap. II como no III. Optamos por observar a concordância ou oposição entre os discursos, por entendermos que no momento esta é a análise pertinente.

Por outro lado, embora menos expressivas, outras concepções se fazem presentes ao lado desta "visão biológica" restrita:

Fugindo dos conceitos tradicionais, diríamos que Nutrição é vida, é uma ciência multidisciplinar e multiprofissional...

É uma ciência que estuda a relação alimento e ser vivo e todas as suas implicações com o meio ambiente.

É o processo geral de procura, cultivo, -apropriação, comércio, ingestão, digestão, metabolização e excreção dos alimentos com a finalidade de manter e desenvolver a vida do ser humano em particular.

Embora não constitua uma *virada* ou, usando uma das transcrições, uma "fuga dos conceitos tradicionais", aparece nessas últimas falas uma preocupação não só com os aspectos metabólicos mas com uma dimensão mais ampla da Nutrição.

A preocupação com "as implicações do meio ambiente", a percepção de que a Nutrição é um objeto multidisciplinar e a inclusão de processos anteriores à ingestão tal como procura, cultivo, apropriação e comércio denotam uma concepção menos individual relativa à Nutrição. Percebemos nessas transcrições, uma preocupação com a Nutrição como um fenômeno que depende de relações do ser humano com o que o envolve não se limitando apenas à ação dos alimentos no organismo, tal como pensa a maioria do corpo docente estudado.

2º Tema:

Concepção de sociedade

No que se refere a este *Tema*, nossa percepção relativa à concepção do grupo tornou-se mais difícil, dada à fluidez do objeto. Na medida em que não apresentamos diretamente a categoria sociedade para levantarmos definições, tivemos que entrever a concepção do grupo através da totalidade do seu discurso.

Assim, acabamos por fazê-lo, ao contrário dos outros *Temas*, muito mais pelo não dito do que pelo afirmado, uma vez que não havia um discurso específico ao *Tema* em questão.

Observando as *categorias discursivas* ligadas a outros *Temas*, notamos que em cerca de 80% do corpo docente a visão funcionalista predomina, excluindo-se totalmente o conceito de classes sociais da reflexão que é feita sobre a Nutrição. Este fato aponta para a eficácia das *Temáticas Discursivas* presentes, sobretudo, no tratamento que o discurso da ciência dá a este *Tema*.

Observam-se, aqui, importantes lacunas na maneira de conceber o Social, reproduzindo-se o que já relatamos ao analisar o discurso da ciência e da Política, nos Capítulos anteriores. Na maioria dos casos, a correspondência é perfeita entre os três discursos, quando comparados.

As exceções observadas (20%), onde encontramos alusão à estratificação social, foram provenientes da fala dos professores ligados à Área de Saúde Pública ou Nutrição Social que não vêm, ao contrário dos demais, a questão nutricional desvinculada da inserção dos indivíduos na estrutura social, embora sua visão de sociedade seja ainda heterogênea e fragmentada.

O que acabamos de referir tornar-se-á, possivelmente, mais claro na discussão dos *Temas* que se seguem.

3º Tema

Problemas nutricionais e sua causalidade

Segundo a opinião unânime do corpo docente da Instituição estudada, a situação nutricional da população brasileira é má, apresentando a mesma sérios agravos nutricionais.

... (a situação) é desoladora. Altos índices de desnutrição protéico-energética e ainda de algumas vitaminas e minerais como Vit. A, ferro e iodo.

A situação nutricional-alimentar da nossa população está cada vez pior...

Considero o quadro desalentador e caminhando para pior...

Assim, como as respostas que acabamos de referir, as demais seguem a mesma postura, considerando a situação nutricional-alimentar grave e com perspectivas futuras pouco otimistas.

No que concerne à visão de Causalidade dos Problemas Nutricionais que afligem nossa população, as opiniões são um pouco mais heterogêneas.

Novamente, em 80% do corpo docente, a visão multifatorial passada pela ciência da Nutrição, parece nortear sua concepção de determinação, ainda que o número de fatores ou as causas apontadas, tal como vimos na ciência e no discurso da Política, possam variar:

Má distribuição da renda per-capita e outros fatores sócio-econômico-político-culturais que não me sinto seguro para explicar.

Falta de condição financeira, problemas sociais e culturais...

Crise econômica mundial e nacional, má distribuição de renda e equívocos das políticas adotadas de maneira geral...

Fatores sócio-econômico-culturais...

O fator primordial resulta da falta de educação do povo, levando a uma baixa renda...

Como vemos, a categoria discursiva fatores é empregada diversas vezes, destacando-se dentre esses fatores a renda, referida por mais de 50% do grupo, seguida pela má-educação alimentar do povo brasileiro e pelo desinteresse governamental.

Esta é, como referimos, a opinião da maioria do corpo docente, onde percebemos concordância significativa com o que afirma a Ciência e a Política atual nos seus discursos. Aqui, como lá, os discursos confluem tendo como base a já discutida visão multifatorial onde os efeitos se confundem com as causas, obscurecendo a determinação concreta do problema da fome.

Mas se assim é a visão da maioria do corpo docente, observamos nos docentes ligados à área social, uma percepção distinta decorrente do marco teórico que informa o social que, conforme vimos, é distinto neste grupo. Com relação à determinação dos Problemas Nutricionais aparece:

... a estrutura de classes determina a disponibilidade (financeira) diferenciada, logo um consumo também diferenciado.

... vivemos num país capitalista com grandes defasagens sócio-econômicas. Por outro lado as desigualdades regionais são evidentes... Num panorama de país sub-desenvolvido, capitalista, vivendo num mundo egoísta e isolado em setores é que se insere a situação nacional.

Nota-se, portanto, uma visão distinta da clássica concepção multifatorial dominante no meio acadêmico. Aqui, os fatores não aparecem como tal, sendo ao contrário, contextualizados dentro de um marco teórico que lhes devolve a historicidade.

Coerentemente com essas diferentes visões, a possibilidade de superação dos problemas nutricionais é vista de maneira também distinta, o que transparece no papel conferido ao nutricionista e à Nutrição.

4º Tema:

Papel profissional do nutricionista

A insatisfação com a atual prática do profissional nutricionista tornou-se evidente na análise dos questionários. Em 90% das respostas, a contribuição atual do nutricionista aparece como nula ou pouco relevante frente aos problemas nutricionais da nossa população.

Quando indagamos sobre o Papel que o nutricionista poderia desempenhar, as respostas se direcionaram no sentido de mostrar a possibilidade e, inclusive, valorizar a prática do nutricionista como um meio "solucionador". Em alguns casos, a postura frente às possibilidades e importância do

nutricionista face à desnutrição prevalente no país, mostrou-se descrente e pessimista, mas, na maioria dos casos, as respostas apontavam vários caminhos, sobressaindo, em ordem decrescente os que seguem:

- orientação alimentar: opções de alimentos de baixo custo;
- atuação em instituições federais;
- promoção debates científicos;
- atuação em programas governamentais: fiscalização alimentar, indústria alimentar, conscientizar a população sobre os determinantes da fome.

Assim, a visão fatorial da causalidade dos Problemas nutricionais, abre um espectro de atuação orientado no sentido de se atacar os fatores atingíveis ao mesmo tempo que a percepção da importância da renda na determinação do estado nutricional dá aos docentes um certo desânimo no que se refere à sua prática.

Moldados por um discurso que acomoda os nutricionistas a uma prática alienada e alienante (tal como vimos no discurso da ciência e no espaço que lhes reserva a Política no setor), os nutricionistas, embora em grande parte descrentes, justificam a importância, ainda que secundária, de práticas que em muito pouco poderiam ser consideradas válidas para a população.

Desconhecendo a maioria dos docentes, como pudemos verificar, os interesses subjacentes à Política no setor, fica-lhes difícil contestar a validade das linhas de ação implementadas.

Aliás, não só os pressupostos ideológicos dessa política passam sem crítica, mas a própria Política Nacional de Alimentação e Nutrição é desconhecida por 70% do corpo docente, segundo levantamos pelos questionários!

5º Tema

Importância da nutrição

Quanto a este último *Tema*, tentamos apreender as concepções dos docentes através da observação do que os mesmos expuseram no que se refere à Concepção de Nutrição e demais

Temas Centrais relacionados a questão nutricional propriamente dita.

Este recurso se impôs pelo fato de este *tema*, analogamente ao que afirmamos quanto ao da Concepção de Sociedade, não aparecer explicitamente discutido nos questionários. Entretanto, a partir das colocações relativas à Nutrição, bem como aos Problemas Nutricionais e sua Causalidade e, finalmente, ao Papel do Nutricionista pudemos inferir alguns pontos indicativos da importância atribuída à Nutrição pelo fato de serem os *Temas* estreitamente relacionados, como já referimos anteriormente.

Retomando, portanto, o que analisamos nos *Temas* anteriores, vemos que logo no início, quando os docentes se referem ao que entendem por Nutrição, a importância atribuída à mesma já se faz presente. Conforme observamos pelas *categorias discursivas* usadas, a Nutrição é vista pela grande maioria, como um ato fisiológico decorrendo daí sua importância para a *preservação da espécie, equilíbrio em relação à saúde e à doença, preservação da vida*. Além disso, lhe é atribuído o status de ciência, cabendo-lhe, segundo os docentes, o papel de “estudar e aplicar conhecimentos”.

Por outro lado, vimos também uma tênue, porém presente, preocupação com a Nutrição enquanto produto de relações do homem com o meio e no que tange à sua importância, transparece uma vertente um pouco mais humanística.

Mas, de um modo geral, pensamos que no que se refere a este *Tema*, o discurso dos docentes incorpora os princípios da ciência, também presentes na Política, onde a Nutrição aparece como uma necessidade fisiológica a ser suprida.

Observando, ainda, as *categorias* que aparecem no discurso dos docentes, outras observações podem ser feitas no que tange à importância atribuída à Nutrição. Apesar da Nutrição ser vista como um meio intervencionista, a maior parte dos docentes não a concebe como um “remédio para todos os males” tal como o faz a ciência e, especialmente, a Política.

No discurso dos agentes, pudemos perceber resistências a este discurso pelo fato de, em maior ou menor grau, aparecer uma visão da limitação que o Papel da Nutrição sofre, pela sua submissão ao modelo político-econômico do País. Essa limitação, no entanto, embora percebida não é bem en-

tendida pelos docentes o que, segundo cremos, os leva a pensar que as intervenções nutricionais, se bem planejadas e priorizadas podem sanar os Problemas Nutricionais, prestando assim uma importante colaboração aos programas da Política no setor.

Em contrapartida não encontramos referências expressivas à superação do que entendemos ser a causalidade básica da Fome.

Derivamos daí o predomínio da visão da Fome como um problema muito mais técnico do que político, ressaltando-se, por isso, um papel solucionador. O que a maior parte dos docentes não consegue perceber é que não há solução (de fato) para nenhum dos nossos problemas sociais (e a Fome é um dos principais) dentro do capitalismo. Neste ponto, para alcançarmos a coerência, parece-nos necessário um certo radicalismo.

Concordamos que, na ausência de condições que possibilitem transformações mais profundas, algo deve ser feito para aliviar a miséria extrema que não pode esperar. Mas não pensando que essas medidas paliativas significam soluções definitivas e adequadas para problemas que longe de serem disfuncionais, são elementos essenciais à reprodução do sistema, ainda que em alguns discursos possam ser escamoteados. Parece ser este o equívoco central que existe na "cabeça" do corpo docente que estudamos.

Este fato, a nosso ver, é de fundamental importância pois parece explicar a importância atribuída ao conteúdo técnico dos cursos, expressa, sobretudo, pelo desejo do grupo de ver o ciclo básico do curso ainda mais ampliado.

Além disso, pela fragmentação da visão histórica referente à Problemática da Fome, há uma limitação das potencialidades de as resistências apresentadas pelos docentes ao discurso promissor da ciência e da Política, virem a constituir um contra-discurso que possa fazer frente aos pressupostos destes últimos. Ao contrário, o que nossa observação nos leva a crer, é na reprodução ainda maciça dos conteúdos discursivos da ciência e da Política pela carência dos docentes de uma base crítica que lhes possibilite atribuir à Nutrição um papel transformador e buscá-lo.

Assim, tomando como base o discurso do corpo docente no presente estudo, vemos que na concepção do referido gru-

po, predomina a visão da ciência legitimada que, como vimos, liga-se aos interesses dos grupos hegemônicos, expressos na Política Setorial. Se utilizamos o termo *predomínio*, é porque parece-nos clara a existência de outros discursos na Instituição Formadora. Estes, minoritários ainda, devem esta posição, sobretudo, à formação ideológica que molda o corpo docente, tal como a estrutura curricular demonstra, fazendo-os objetos da reprodução do saber dominante. Ao lado disso, outros mecanismos, alguns dos quais já apontados, tais como: dispositivos legais, necessidades do mercado de trabalho, além de outros fatores decorrentes do modelo econômico adotado no País, fazem com que se dê o aprofundamento crescente da visão já dominante.

Apesar disto, a força da realidade social nega os pressupostos a-históricos da Ciência e da Política influenciando na visão dos agentes, em especial, como vimos, naqueles que lidam mais de perto com os aspectos sociais da Nutrição.

Estes, tendo em vista a vinculação do discurso que portam com a realidade concreta em que se inserem, introduzem através de suas falas dominadas, importantes contradições ao avanço e afirmação do discurso dominante. Mas formam ainda, um grupo minoritário, *abafado* pela ideologia dominante, cuja posição institucional (inclusive frente aos seus pares) nos traz à lembrança uma citação que bem traduz a realidade que verificamos no estudo efetuado:

*Peço desculpa aos professores que, em condições terríveis tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra, as armas que podem encontrar na história e no saber que "ensinam". Em certa medida são heróis. Mas são raros, e quantos (a maioria) não têm sequer um vislumbre de dúvida quanto ao "trabalho" que o sistema (que os ultrapassa e os esmaga) os obriga a fazer...*³⁴

Cabe ainda ressaltar que a *departamentalização* do Ensino Universitário, no nosso estudo de caso baseada nos dife-

34 ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Op. cit., pág. 67.

rentes núcleos da Nutrição, e como vimos, em distintas visões, torna o espaço institucional, um espaço de luta entre distintos discursos. Esta foi uma constante no período em que observamos o movimento institucional.

Assinalamos ainda que, no processo de reprodução do Saber outras formas de resistência da parte do corpo docente foram por nós percebidas. Pelas respostas aos questionários, notamos que os docentes, majoritariamente insatisfeitos com a estrutura curricular, resistem no cotidiano da sua prática docente. Este aspecto foi referido pela grande maioria quando indagamos sobre a contribuição que davam, através da sua prática docente, ao aperfeiçoamento do curso. Notamos que as contribuições declaradas eram verdadeiras formas de resistência ao que o currículo tenta lhes impor. Dentro de cada sala de aula há um espaço onde resistências são possíveis espaço este que para nós, significa a concretude da reprodução do saber.

Esta dimensão nos parece ser a mais rica para efeito de uma investigação concreta da realidade do curso mas, pela fluidez da mesma, é extremamente difícil de ser investigada, assim como controlada por qualquer mecanismo, incluindo os Aparelhos Estatais. Portanto, aí se encontra o espaço mais autônomo no processo de Reprodução do saber.

Entretanto, a despeito de referirmos que a maioria dos docentes resistem neste espaço, essa resistência não significa uma oposição ao Saber Dominante. Ao contrário, na maioria das vezes, as contribuições referidas pelos docentes, fruto da ideologia que os informa, representavam, antes, um aprofundamento do que já se encontra instituído.

Ainda assim, consideramos essa *desobediência* como uma forma de *resistência*, cuja importância reside, sobretudo, no que diz respeito à potencialidade transformadora que o cotidiano da prática docente comporta.

Finalmente, outras formas mais concretas de luta também merecem ser ao menos referidas, tais como as *greves* de flagradas nos últimos anos, denunciando a precariedade das condições de ensino e a exploração da categoria como força de trabalho.

Nestas *greves*, a participação dos docentes da Instituição estudada cresceu ao longo dos anos, influenciando decisivamente

na relação de poder entre os docentes que se alteraram substancialmente com as conquistas dos movimentos grevistas.

O corpo discente

O estudo de caso realizado como uma das etapas do nosso trabalho, abrangeu não só a análise do corpo docente como também do pólo receptor do processo de reprodução do saber: os alunos.

Para o alcance dos objetivos referidos no Capítulo em que discutimos o procedimento metodológico,³⁵ foram aplicados questionários aos alunos de diferentes períodos, na mesma instituição onde desenvolvemos nosso estudo relativo ao corpo docente. Tal como procedemos no estudo deste último, também aliamos à aplicação dos questionários outras técnicas, sobretudo a observação, para a obtenção de dados complementares aos obtidos através dos questionários.

Caracterização do corpo discente da instituição

Para a totalidade dos alunos incluídos no nosso estudo, o que mais parece tê-los motivado a cursar Nutrição foi o interesse pelo conhecimento da ação dos alimentos no organismo e da maneira adequada de se alimentar, aliada ao gosto de seguir uma profissão na Área da Saúde.

Em segundo lugar, a expansão do mercado de trabalho parece ter motivado bastante os alunos a procurarem o curso. Embora, no momento atual, o mercado de trabalho já não seja tão promissor, não podemos esquecer que a opção pelo curso, no grupo estudado, se deu após o advento do PRONAN que expandiu o mercado de trabalho, de acordo com as suas necessidades.

Um fato interessante é que este motivo foi apontado quase que exclusivamente pelos alunos do 6º e 8º períodos, grupo que à época do vestibular ainda encontrava um mercado de trabalho menos saturado do que os demais alunos entrevistados. Este fato talvez possa explicar a heterogeneidade que

35 Idem, nota 31.

notamos nas respostas, quando comparamos o peso dos motivos alegados nos distintos períodos.

Finalmente, aparece com representatividade bem menor (menos de 10% das respostas), motivos ligados à preocupação com a busca de soluções para o problema da Fome na sociedade.

Esta "expectativa de entrada" tem correspondência direta com as expectativas do grupo quanto ao que pretendem receber do curso.

Coerentemente com a busca de um curso, prioritariamente, pela curiosidade científica, a expectativa mais citada foi o estudo de temas ligados à utilização biológica dos nutrientes pelo organismo e a terapia através da alimentação. Desta forma os temas que mais sobressaíram foram: composição dos alimentos, fisiologia da nutrição, cálculo de dietas, dietoterapia, técnica dietética, metabolismo normal e patológico dos nutrientes, conservação de alimentos, entre outros assuntos afins.

Apenas uma pequena parcela, como poderíamos prever pelas expectativas de entrada aludidas, referiram interessar-se pelo estudo da agricultura, antropologia e outras disciplinas básicas da área social. Da mesma forma, é minoritária a expectativa de um maior contato com populações carentes desde o início do curso.

Cabe assinalar que, se em termos globais, esta última opinião é minoritária, analisando as respostas dividindo-as pelos distintos períodos, vemos que esta se torna majoritária no grupo do 6º período. Este fato parece apontar para uma conscientização maior dos aspectos sociais da Nutrição quando os alunos entram em contato com este núcleo de conhecimento, o que só ganha mais ênfase a partir do 4º período. Daí a pequena valorização conferida a este aspecto pelos alunos do 1º e 3º períodos.

Quanto aos alunos do último período, a pergunta que lhes foi feita diferiu ligeiramente da anterior. A este grupo, indagamos se o curso atendeu às suas expectativas.

A grande maioria (90%) refere sentir-se frustrada com o curso. Essa frustração é explicada, principalmente, pela falta de contato com a realidade. Assinalam que, em algumas

áreas, mais exatamente nas disciplinas técnicas, o curso lhes pareceu adequado. No que se refere à percepção do social, a deficiência lhes é clara.

É interessante observar como apesar de referirem que suas expectativas de entrada se dirigiam aos conhecimentos técnicos, esses mesmos alunos referem agora, que o curso não atendeu às suas expectativas por ser demasiadamente técnico e teórico.

O que poderia parecer um paradoxo para nós indica uma mudança nas expectativas iniciais, sobretudo quando o aluno entra em contato com a realidade que, a nosso ver, lhes dá uma nova visão. Esta pode ser uma boa explicação para a escassez de carga horária no currículo mínimo dedicada às atividades práticas, segundo o que estabelece a lei do CFE que controla a reprodução do saber na Área.

Quanto às disciplinas consideradas de maior relevância, os alunos do 1º e 3º períodos não opinaram, pelo fato de não terem tido ainda contato com a maioria delas. Quanto aos alunos do 6º e 8º períodos, novamente contrariando os temas que ao iniciarem o curso, priorizavam, destacam as disciplinas da Área Social, desde as básicas como: Economia, Sociologia, Bioestatística e Desenvolvimento da Comunidade até as profissionalizantes. Ao lado destas, surgem referências também às disciplinas voltadas para o mercado de trabalho.

É importante ressaltar que, embora o grupo valorize as disciplinas básicas que informam a área social, julgam que as mesmas lhes foram ministradas de maneira inadequada. Destacam, inclusive, que as disciplinas Economia, Sociologia, Matemática, Desenvolvimento da Comunidade, Comunicação e Psicologia, tal como ensinadas no momento, poderiam ser excluídas do currículo, sugerindo uma total reformulação das mesmas.

Esta opinião denuncia a flagrante desvinculação das disciplinas do básico com o profissional na Área Social. Segundo pudemos levantar por meio de observação e depoimentos, aliados à nossa experiência como docente-nutricionista, é bastante distinto o *controle* dos conteúdos do ciclo básico ligado ao biológico do que o ocorrido em relação às disciplinas ligadas ao Social. Estando os cursos de Nutrição situados na Área Médica, o *ciclo básico biológico*, implantado solidamente nestas

escolas, é ministrado de modo bem mais satisfatório do que as disciplinas básicas do social, oferecidas por outros centros.

No que se refere a essas últimas, a rotatividade de professores é grande, dificultando um aperfeiçoamento das mesmas, de modo a voltá-las para a necessidade do ciclo profissional na medida em que cada professor as ministra de um modo diferente.

Em nossa opinião, se isto ocorre, deve-se, também, em grande parte ao valor conferido a estas disciplinas na formação do nutricionista, valor este que é bem menor do que disciplinas como: Anatomia, Fisiologia e Bioquímica. Fato, aliás, verificado por nós, na própria estrutura curricular do curso oferecido na instituição estudada, a exemplo do que demonstramos quando tratamos deste item em termos da realidade nacional.

Quanto à futura atuação profissional, as opiniões também diferem bastante segundo os períodos do curso. Em termos gerais, predominam as áreas de maior mercado de trabalho, ou seja, hospitais e empresas, mas, conforme afirmamos, as médias escondem muitas vezes as contradições. Quando observamos as opiniões ao longo do curso, notamos que no 1 e 3º períodos, as respostas praticamente restringem-se à atuação nestes campos, excetuando-se, em poucos casos, a prática na área do Magistério.

Deslocando agora a análise para os últimos períodos, as referências à atuação na Área de Saúde Pública ou Nutrição Social ganham destaque. O interesse pela referida prática é bem grande, embora sempre acompanhado da expectativa de não efetuar-la, devido à escassez de oportunidades na área. O campo é considerado *restrito*, de *difícil acesso* ou *sem o devido reconhecimento*. Assim, os alunos, sobretudo os que já haviam vivenciado os estágios, expressaram sua resignação ao trabalho nas áreas Hospitalar e de Produção (empresas) ou “onde houver oportunidade de sobrevivência” porém “tentando não se desvirtuar” ou “não sendo apenas técnico”.

A indefinição também foi muito expressiva, geralmente indicando o mesmo conflito entre as necessidades econômicas e o ideal profissional, conflito para o qual os alunos não vêem saída.

Quanto ao desejo de continuarem seus estudos, os alunos do último período (grupo a que dirigimos a questão) revelaram em 80% dos casos, intenção positiva. Quanto às áreas ou cursos pretendidos, as referências foram bastante heterogêneas, não havendo concentração significativa em nenhuma delas.

Finalmente, em relação aos nomes destacados na Área de Nutrição, foram referidos, especialmente, os nomes de Josué de Castro e Nelson Chaves, nesta ordem. Há portanto uma inversão em relação à indicação dos professores. Sendo Josué de Castro o nome escolhido pela maioria, nome aliás referido em outras oportunidades, como veremos adiante, sobressai o valor conferido à “vertente política” ao invés da “vertente científica”,³⁶ embora voltada para certos aspectos sociais, representada pelo segundo nome. Na opinião dos professores, embora os nomes escolhidos tenham sido os mesmos, a ordem era inversa, o que também inverte nossa análise.

Aliados a estes dois nomes, aparecem ainda referências a outros profissionais e escritores tais como Paulo Freire bem como autores de teses na Área Social.

Também foram citados professores da instituição ligados a esta área. Diversamente da opinião dos professores, nenhum nome voltado ao desenvolvimento de estudos na área biológica ou ocupantes de posições de direção de instituições ou organizações de classe foi referido.

Corpo discente: análise discursiva

Tal como procedemos para o corpo docente, tentamos apreender a estrutura discursiva dos alunos, a fim de compará-la, sobretudo, com o conteúdo *científico* dominante nos cursos, ligado conforme já vimos, aos interesses da Política no setor.

Nesta etapa do nosso estudo de caso, procuramos observar transformações porventura ocorridas na passagem de um dado momento do curso para outro. Isto foi realizado pela

³⁶ Para um estudo da vida e obra de Josué de Castro, recomendamos uma consulta ao trabalho de L'ABBATE, S. Op. cit. Cap. I.

comparação dos discursos apresentados pelos alunos divididos em períodos distintos do curso.

Tratou-se, portanto, de uma análise que buscou não só a correspondência dos discursos dos alunos com os da Ciência e da Política, como também um estudo da dinâmica deste discurso ao longo do Curso de Graduação. Procuramos não só observar a evolução do discurso em relação ao andamento do curso e o contato com as diferentes disciplinas, mas também as lutas internas expressas no plano discursivo dos alunos. Tentamos observar, particularmente, a eficácia da estrutura curricular no que tange à consolidação das *Temáticas Discursivas* da Ciência e da Política na visão dos alunos. Em especial, nos interessou aqui observar o grupo que traduz mais de perto o produto final do Curso de Graduação em Nutrição, ou seja, os alunos dos últimos períodos.

1º Tema

Concepção de nutrição

Analisando os questionários, temos, se tomarmos o grupo numa caracterização geral, o predomínio absoluto da visão da Nutrição em seus aspectos biológicos, tal como indicam as transcrições abaixo:

Nutrição é uma necessidade básica para a vida humana.

Processo fundamental ao organismo.

Ciência que estuda os aspectos fisiológicos da alimentação do indivíduo.

... é o abastecimento do organismo com o combustível alimentar.

Pelas *categorias* que estruturam o discurso que traduz a concepção da maioria do corpo docente, vemos a correspondência deste discurso com o discurso da *ciência* veiculada pelos currículos, assim como com o discurso *político* e o dos

docentes em sua maioria. Uma segunda concepção que concorre com esta, em termos de frequência nos questionários: refere-se à Nutrição como meio de intervenção, cujos objetivos elucidam o papel que o grupo atribui à Nutrição, assunto que constitui objeto de outro *Tema*.

Essas duas concepções predominam em termos de uma caracterização geral mas, se compararmos os diferentes períodos, percebemos que as referidas concepções vão cedendo lugar a um novo discurso, onde a Nutrição é repensada. Já no 6º período, antes mesmo de os alunos realizarem os estágios curriculares, o contato com as disciplinas da Área Social parece desencadear um novo raciocínio. A Nutrição então começa a aparecer, na mesma proporção em que é concebida como um ato fisiológico, também como um processo que tem antecedentes sociais:

Nutrição é um complexo que inclui não só a ingestão de alimentos mas aspectos sócio-econômico-culturais.

... ciência que estuda os alimentos desde a produção até o consumo...

... ciência que estuda a absorção, utilização, ingestão e utilização dos alimentos e aspectos sociais da alimentação.

Esta visão, que parece ter início com a formação passada pelas disciplinas ligadas à Nutrição Social, aprofunda-se nos últimos períodos do curso, quando a visão da Nutrição como um processo bio-social predomina sobre as demais.

Assim, no que se refere ao corpo discente, é nítida a transformação que se dá na sua visão relativa à Nutrição, ao longo do curso.

Tendo em vista o tardio e menos significativo contato com as disciplinas sociais, dada a estrutura curricular que não favorece a discussão deste aspecto, é interessante notar como, ainda assim, esta visão é presente na fala dos alunos. Mais tarde, a realidade vivenciada nos estágios parece reforçar a referida visão, gerando o profundo descontentamento com o que o Curso privilegia, bem como uma mudança nas expecta-

tivas de atuação futura, conforme já analisamos anteriormente. Entretanto, cabe assinalar a heterogeneidade existente dentro dos distintos períodos que cresce na medida em que a visão inicial perde adeptos.

2º Tema

Concepção de sociedade

Analogamente ao que referimos em relação a este *Tema Central* quando tratamos o discurso dos docentes também aqui foi preciso buscar, nas entrelinhas, a *Concepção de Sociedade* referida pelos alunos.

A busca da referida concepção se fez, portanto, através do mesmo recurso utilizado e referido na análise da fala dos professores. Novamente o grupo mostrou-se heterogêneo não só numa comparação interperíodos mas intraperíodos.

Numa comparação interperíodos percebe-se que a compreensão da desigualdade social presente na nossa sociedade cresce, na medida em que os alunos avançam no curso.

Nos primeiros períodos aparece uma tímida referência a esta diferenciação, que é feita por meio de categorias como "pobres" e "ricos", aceitas segundo nossa leitura, como uma diferenciação natural.

Já, do 6º período em diante, referências relativas à historicidade da estratificação social começam a aparecer no discurso, incorporando-se o conceito de classes sociais e contextualizando-se a problemática da Fome dentro do modelo de organização perverso dominante no país:

A situação nutricional é diferenciada, de acordo com as classes sociais...

... é das piores possíveis, pela má distribuição de renda.

A situação para a classe favorecida está boa para as demais nunca esteve bem.

A situação não está boa mas "eles" não estão se preocupando com isso.

Numa comparação intraperíodos também há uma heterogeneidade, embora na medida em que avançamos no curso esta decresce, polarizando-se no sentido de uma visão mais histórica e mais distante das concepções da Ciência e da Política no setor, bem como da concepção predominante no corpo docente.

3º Tema

Os problemas nutricionais e sua causalidade

No que diz respeito à situação nutricional da população, os alunos, sem diferenciação de períodos, são de opinião de que a mesma é má, constituindo-se num grave problema nacional:

"A situação é péssima, não só no Nordeste mas em todo o país."

"A grande maioria é mal alimentada."

"... é das piores possíveis."

"A situação nutricional no Brasil continua assustadora."

"... infelizmente tendendo de mal a pior."

Quanto aos determinantes da péssima situação nutricional referida pela totalidade dos alunos, as explicações também variam entre os alunos dos diferentes períodos.

A *visão multifatorial* predominante em todos os discursos analisados até aqui, também parece ser a base que norteia a concepção causal dos alunos. Vários fatores são citados como principais causas dos problemas nutricionais prevalentes na população: má distribuição de renda, maus hábitos alimentares, alto custo dos alimentos, crise econômica do país, falta de educação alimentar nas escolas de 1º grau e por aí segue o discurso, apontando uma lista enorme de fatores mais ou menos próximos à causa básica do problema, qual seja, a inserção dos indivíduos nas relações de produção capitalistas.

Entretanto, novamente ao olharmos a dinâmica das opiniões ao longo do curso, nota-se que a visão atomizada vai cedendo espaço a uma contextualização histórica mais elaborada.

No 1º e 3º períodos, quando os alunos se encontram no ciclo básico os fatores mais apontados foram: má educação alimentar ou ignorância da população, ao lado da baixa renda, no 6º e 8º períodos a visão causal nos parece bem menos atomizada. A determinação referida torna-se menos fatorial tendo prevalecido novas explicações tais como:

“... modelo econômico e político nacional e compromissos externos.”

“... política vigente.”

“... interesses políticos de grupos.”

“... política econômica voltada para interesses externos.”

“O governo não prioriza a alimentação do povo.”

“O processo histórico (político-econômico-sócio-cultural) responde a essa questão.”

“... corrupção e colonialismo.”

“Vejo como um reflexo da hegemonia política de uma pequena minoria.”

Como pudemos verificar, a categoria “fatores” não predomina no discurso dos alunos destes últimos períodos, sobrevivendo apenas residualmente algumas referências aos “fatores predominantes” na compreensão do problema pelos alunos dos períodos iniciais do grupo.

A visão dos alunos dos últimos períodos, ou seja, do produto final do Curso de Nutrição aparece, mais uma vez, distinta da pretendida pela Ciência e pela Política. Constitui, na verdade, uma resistência ou negação do que afirmam estas

últimas. Além disto, a visão causal destes alunos é de uma elaboração e historicidade bem superior à que possui a maioria dos docentes que lhes ensina Nutrição.

Por outro lado, a referida visão afina-se bem mais com a pequena parcela do corpo docente ligado à Área Social. Esse fato engendra, conforme pudemos observar, importantes contradições no espaço institucional de Reprodução do Saber, criando obstáculos a reprodução do saber hegemônico e se exteriorizando por meio de manifestações distintas que expressam a referida distância ideológica. Voltamos a este assunto um pouco mais adiante, quando tratamos com outras formas de resistência manifestadas pelo corpo discente.

4º Tema

Papel profissional do nutricionista

Decorrente da visão diferenciada que prevalece nos distintos grupos que formam o corpo discente, o Papel que conferem ao nutricionista também difere bastante nos distintos momentos do curso.

Os alunos do ciclo básico, informados pelas concepções já discutidas anteriormente e desconhecendo, em grande parte, a atuação concreta dos nutricionistas,³⁷ valorizam bastante em seus depoimentos a prática educativa, assistencial e “tecnológica”. Para eles, o nutricionista pode contribuir significativamente para a melhoria da situação nutricional da população, utilizando, principalmente, a “arma” que mais valorizaram: a educação nutricional, já que a ignorância do povo é o fator causal mais importante na opinião do grupo, conforme vimos no Tema anterior.

De acordo com esta visão, o nutricionista deve:

“... ter uma presença mais forte diante das pessoas. Impor-se e ensinar o povo.”

“Educar o povo.”

37 No nosso estudo de caso, 10% dos alunos do 1.º período conheciam algo da prática profissional da carreira que buscaram. Em relação ao 3.º período este percentual já atinge 50%.

"... dar dietas que utilizem alimentos baratos."

"... alertar a população para a alimentação correta."

"... orientar como se alimentar de forma econômica e com refeições saborosas."

Essa é a tônica do discurso do grupo que, pelo que vemos, é bastante afinado com as *temáticas discursivas* da Ciência e da Política em relação ao espaço do nutricionista. Em relação ao segundo *fator causal* mais apontado, a *renda*, os referidos alunos declaram:

"... em relação à situação econômica isso é um problema "mais alto"."

"... os nutricionistas podem realizar bem sua função mas resolver não é nosso encargo."

"Quanto à situação econômica, não podemos fazer nada."

Vemos portanto, de forma clara, a crença numa prática técnica, paliativa, em que as *temáticas discursivas* do discurso dos grupos hegemônicos parecem alcançar seus objetivos. Avançando um pouco mais no curso e tomando o grupo do 6º período, a crença nas soluções técnicas ainda persiste, mas como uma atividade secundária, sendo muito menor sua valorização.

A educação da população aparece muito mais voltada para a conscientização do povo do que para o ensino de aspectos técnicos, tal como referido pelo grupo anterior. Para os alunos do 6º período, grupo que se encontra na fase final da formação teórica, o nutricionista pode contribuir através da Educação Nutricional e participação em projetos e ações em saúde, mas foram poucas as referências valorizando esta contribuição.

A maioria das respostas atribui ao nutricionista a responsabilidade de:

"... reivindicar melhores condições de vida. Seu papel técnico e paliativo é ineficaz."

"... conscientizar a população das verdadeiras causas da situação."

"... alcançar cargos elevados para realizar algo a longo prazo."

Finalmente, cabe destacar que uma parcela representativa, opinou que os nutricionistas quase nada podem fazer no sentido de solucionar, de fato, os problemas nutricionais da população.

Em síntese, notamos, ao final do *ciclo teórico* profissional um movimento no sentido da diminuição da crença no valor do papel do nutricionista como um profissional técnico, embora esta valorização ainda persista residualmente.

Tomando, finalmente, dos alunos do 8º período — "produto final" do curso — observamos em seus depoimentos a consolidação massiva desta descrença, dando lugar à visão de que o nutricionista, da forma como atua no momento, muito pouco pode contribuir visto que:

"O nutricionista não tem poder decisório."

"Somos podados de todos os lados."

Para esses alunos, o nutricionista necessita:

"Modificar a imagem do profissional para que ele atue em todos os níveis."

"... preparar programas (participar no nível decisório)."

"... ser um profissional consciente da problemática mundial."

"... conscientizar os profissionais e o povo."

A atuação técnica é, assim, substituída pela participação política, num discurso que, incorporando novas *categorias* dis-

cursivas entra em confronto com o que a Ciência e a Política buscam afirmar. Consolida-se, portanto, uma forte resistência aos interesses dessas últimas que se manifesta claramente no discurso desses agentes.

Esta postura decorre, principalmente, segundo cremos, do contato com a realidade que lhes permite enxergar o alcance da atuação dos profissionais com que tiveram contato durante o estágio. Esta vivência parece potencializar o discurso da vertente social, dada a correspondência deste último com a realidade concreta das relações sociais em que se insere a prática do nutricionista.

5º Tema

Importância da nutrição

Subjacentes aos *Temas* discutidos até o momento, pudemos apreender o Papel atribuído à Nutrição pelo corpo discente.

Na medida em que este *Tema* interrelaciona-se com os demais, verificou-se aqui o mesmo movimento observado quando analisamos os *Temas* anteriores, buscando suas transformações ao longo do curso.

Entre o início e o término do ciclo básico, os alunos demonstraram a mesma homogeneidade discursiva já observada em *Temas* precedentes. Pelas *categorias discursivas* empregadas, a Nutrição aparece, sobretudo, como um meio de intervenção que visa a suprir uma necessidade básica do organismo.

Em resumo, o que nos parece útil perceber é a grande correspondência do discurso destes alunos com o papel que a ciência atribui à Nutrição, coerente com o espaço que lhe é reservado na Política, correspondendo também ao discurso que expressa a opinião da maioria dos docentes.

Se voltarmos às *categorias discursivas* que estruturam este *Tema* em todos os discursos que acabamos de referir, podemos facilmente constatar a concordância na maioria dos aspectos, ou melhor, nos aspectos fundamentais aos interesses dos grupos hegemônicos.

Entretanto, tal como verificamos quando analisamos o discurso do corpo docente, bem como nos *Temas Centrais* já

discutidos quanto ao corpo discente, o discurso dos alunos dos períodos terminais tomados em nosso recorte, difere significativamente também neste *Tema*.

Para este grupo, não observamos correspondência entre o seu discurso e os demais discursos analisados, exceto o da parcela minoritária do corpo docente, não absorvida pelas *Temáticas Discursivas* dos discursos dominantes expressos na Ciência e na Política na área.

Pelas *categorias* referentes a este *Tema*, o que percebemos através dos discursos referentes aos demais *Temas*, foi que a Nutrição passa de um papel intervencionista e paliativo para um papel de lugar político estratégico, opondo-se frontalmente aos interesses dominantes. Revela-se, desta forma, na concepção dos alunos do 6º e 8º períodos, o Papel transformador que a Nutrição pode ter.

É a outra face da moeda que se exprime na fala desse pólo institucional traduzindo interesses das classes subalternas, negando os dos grupos hegemônicos.

Tal como afirmamos para o corpo docente, também no que se refere aos alunos as resistências feitas à reprodução do saber no plano discursivo, se traduzem na vivência concreta deste discurso. Analisar algumas dessas *traduções*, primeiramente num nível geral, depois especificamente no que diz respeito aos alunos é a etapa que ora iniciamos.

Tomemos inicialmente a manifestação mais global, observada em nível Nacional na conjuntura analisada: o movimento estudantil do corpo discente de Nutrição.

O movimento estudantil na área da nutrição

Na segunda metade dos anos 70, tem início a acelerada expansão dos cursos de Nutrição no país, associada, como vimos, à Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que começa a sair do plano discursivo para a prática concreta.

Nesta época intensificam-se os debates em torno da questão nutricional-alimentar, não só no meio acadêmico, mas em outros espaços da sociedade.

É neste período que também tem início a movimentação no meio estudantil.³⁸

Em 1976, durante o VIII Congresso Brasileiro de Nutricionistas e V Congresso Brasileiro de Nutrição, realizado em Porto Alegre que contou com a presença massiva de estudantes de Nutrição de todo o país, realizaram-se nos intervalos de algumas atividades, debates referentes à formação e prática profissional do nutricionista. Era o início de uma série de iniciativas que passaram a ser promovidas pelos estudantes no sentido de lutar por seus interesses.

Um ano mais tarde, no Campus da USP (Universidade de São Paulo), foi realizado o 1º Encontro Nacional, contando com a participação de estudantes de vários estados do País. Neste encontro, segundo depoimentos de líderes estudantis da época, ocorreram importantes discussões, sendo o mesmo considerado como a primeira oportunidade de contato em nível nacional.

O saldo deste encontro foi considerado muito positivo, ocorrendo após o mesmo, a organização de entidades estudantis em várias escolas que até então não as possuíam.

Em 1978, foi tentado um segundo encontro paralelo às atividades do Congresso Internacional de Nutrição, realizado no Rio de Janeiro. A pauta deste encontro consta do Anexo XI. Devido à *desarticulação que estava crônica*, trazendo assim vários problemas (propaganda, local, etc.) não houve a realização dos debates previstos.

A partir de então, não há registro de reuniões de estudantes de Nutrição, em nível nacional, durante vários anos, ocorrendo, entretanto, neste intervalo várias iniciativas fragmentadas.

Em agosto de 1979, escolas de São Paulo (USP e São Camilo) reuniram-se para a realização de atividade comemorativa da passagem do dia do Nutricionista (31 de agosto).

38 A reconstituição histórica do movimento estudantil na área foi feita a partir dos depoimentos de líderes estudantis, bem como de documentos que nos foram gentilmente cedidos pelos centros acadêmicos de algumas instituições. Nesta oportunidade, gostaríamos de destacar a valiosa contribuição que nos foi prestada por entidades estudantis, a quem somos muito grata.

Segundo nosso levantamento, novamente devido a problemas de desarticulação, somente em outubro daquele ano os estudantes de São Paulo conseguiram se reunir durante dois dias para debater dois pontos-chaves: Formação e Atuação do Nutricionista. Foram convocadas as escolas existentes na época.³⁹

No final do ano de 1979, as escolas paulistas começaram a se organizar para um *Encontro Estadual* que se realizou no meio do ano de 1980, com duração de quatro dias. Na plenária final deste Encontro, foi criada a *Secretaria de Nutrição UEE/SP*, que seria a forma concreta de continuidade da discussão dos estudantes.

Em termos nacionais, em junho de 1980, durante o CONEB (Congresso Nacional de Estudantes do Brasil), promoveu-se uma reunião nacional para avaliar a situação das entidades estudantis da área, ficando marcada uma segunda reunião para agosto de 1980, durante o VIII Congresso Internacional de Dietética, realizado em São Paulo.⁴⁰

39 Segundo membros participantes do evento, durante os dois dias, houve "intensa troca de experiências" deixando clara "... a importância de se articular algo maior, conjunto e com ampla participação dos estudantes de Nutrição."

Neste encontro, não só os estudantes das escolas de São Paulo participaram; também estiveram presentes estudantes de Ouro Preto, Cuiabá, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os pontos básicos em torno dos quais giraram os debates, foram os mesmos do Encontro do ano anterior, acrescidos de discussões sobre a organização de estudantes e profissionais de Nutrição.

40 Esta segunda reunião ocorreu conforme o previsto, tendo sido "muito representativa", na opinião dos estudantes. Segundo cálculos por eles efetuados, "a reunião contou com a presença de cerca de 250 estudantes, representando 17 escolas de Nutrição do País: SP-USP, Mogi S. Camilo; RJ-UNI-RIO, UFRJ, UERJ, UFF, USU, RS-Pelotas, S. Leopoldo, IMEC; PE-UFPE, GO-UFGO; MG-UFV, MT-Cuiabá; SC-UFSC; BA-UFBA, além de três estudantes da Venezuela, Uruguai e Argentina". Nesta ocasião discutiu-se o "eixo geral" para um futuro Encontro Nacional: Formação e Atuação Profissional. Este "eixo geral", segundo decisão da reunião, deveria guiar os encontros a serem realizados em nível estadual/regional.

Nessa segunda reunião, formou-se uma comissão para convocar uma 3.ª realizada no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Piracicaba de onde surgiram encaminhamentos para um Encontro Nacional.

Um pouco mais tarde, no Rio de Janeiro, seguindo a orientação de se desenvolverem encontros estaduais/regionais, realizou-se o I INTERNUTRI — I Encontro Estadual de Estudantes de Nutrição, onde foram discutidos os problemas específicos das escolas do Rio de Janeiro. Deste encontro saíram importantes resoluções relativas ao *eixo central* que parece ter motivado a mobilização estudantil: a formação e a prática do profissional nutricionista.

A partir do ano de 1981, teve início a organização do que viria a ser o maior evento Estudantil na Área: O I ENENUT — I Encontro Nacional de Estudantes de Nutrição, realizado em Viçosa, em julho de 1983.

Antes de comentarmos este último evento, cabe destacar como o espaço dos *Congressos e Eventos Institucionais* é apropriado pelos estudantes como um espaço de luta e resistência. Ao longo da breve retrospectiva histórica que fizemos, pode-se notar como o movimento estudantil vai-se construindo, tirando proveito da oportunidade de concentração de estudantes representada pelos congressos.

Não só debates e discussões em torno de problemas estudantis são levados a cabo nesses congressos como também, comumente privados do direito de participarem mais efetivamente dos mesmos, os estudantes não se anulam nesses encontros impondo, sempre que possível, sua voz não só nos debates “abertos” como também por meio de “notas de protesto”, repetidas vezes apresentadas, embora nem sempre lidas.

Além dos protestos existentes nessa nota, contra as precárias condições de alojamento e assistência, em geral, dada aos estudantes, destacamos trechos que exemplificam o confronto aberto que os estudantes promovem neste espaço, onde também se dá a reprodução do saber. Diz a referida nota:

4. *Protestos à I Feira Nacional de Dietética e Equipamentos, que apresentou um número reduzido de produtos, sendo estes na grande maioria produzidos por multinacionais, havendo um estímulo ao consumo de alimentos artificiais, caros e elitizantes.*

5. *Protesto à superficialidade dos temas, como por exemplo, discussão sobre o mercado de trabalho, currículo, etc., como também à visão acrítica dos mesmos, não enfocando a Política Nutricional do País.*

Os estudantes cobram ainda da FEBRAN, o porque de não ter sido discutido o fator mais importante quanto à problemática da alimentação no País, que é a fome, como tema central.

16/10/82

Estudantes de Nutrição presentes ao Congresso.

Vemos, portanto, que os estudantes se contrapõem ao discurso para o qual a *ciência*, nesses eventos, tem um espaço privilegiado de reprodução e reforço. Esse confronto explicita, ao mesmo tempo, uma oposição clara dos estudantes ao que lhes é passado pelos cursos de Nutrição, cujo conteúdo, conforme analisamos, segue a mesma linha questionada na nota de protesto analisada.

Além disto, os estudantes denunciam os interesses econômicos que se escondem atrás dos “patrocínios” dados às reuniões técnico-científicas, em geral promovidas com o apoio de grandes empresas ligadas ao setor alimentício.

Estas, apoiadas no suporte econômico que aplicam ou investem nos eventos, promovem as já clássicas *feiras*, a que se referem os estudantes de Nutrição, expondo seus produtos a uma clientela seleta e bastante interessante no que diz respeito ao auxílio que podem prestar ao aumento da venda de seus produtos — isso, quando não interferem também na triagem da temática dos congressos e demais aspectos da organização interna dos mesmos.⁴¹

Dessa forma, repetem-se congressos com temáticas semelhantes, onde problemas desvinculados da realidade social são priorizados, promovendo-se, em paralelo, “feiras livres” que garantem o retorno do *apoio financeiro* que se revela, na verdade, um excelente investimento em propaganda comercial junto à melhor das clientelas.

Retomando o percurso histórico dos congressos estudantis, voltemos ao I Encontro Nacional de Estudantes de Nutrição (Viçosa, julho de 1983).

41 Para uma análise mais aprofundada desta interferência, consultar os seguintes trabalhos: LOYOLA, A. “A cultura pueril da puericultura”. *Novos estudos CEBRAP* n.º 1, abril de 1983. pág. 43; FREDERICO, A. “O Leite em Pó na Ideologia Dominante” in: *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*, Zahar, RJ, 1982, págs. 154-171.

Em termos da mobilização estudantil na área, o I ENENUT foi o evento mais representativo, contando com participação de cerca de 500 estudantes, representando 25 das 30 escolas então existentes no país.

Analisando a pauta oficial, verificamos não só a preocupação com o *eixo geral* das reuniões até então realizadas qual seja: a formação e a prática do profissional nutricionista, conforme destacado na transcrição. Observa-se a inclusão de novos aspectos na reflexão do movimento. Estes últimos dizem respeito, se observarmos com atenção, a aspectos intimamente ligados ao *eixo geral*, embora qualitativamente distintos. Trata-se da preocupação com a contextualização histórica dos aspectos privilegiados no eixo geral, bem como com a organização dos estudantes e profissionais. Em outras palavras, com as possibilidades de resistência no momento da formação e da prática profissional.

Tivemos a oportunidade de acesso, na qualidade de pesquisador do *Encontro*, ocasião em que constatamos a grande participação do corpo discente no referido evento, constituído de Conferências, seguidas de discussões sobre a temática oficial do Encontro, havendo paralelamente a formação de grupos de discussão sobre a estrutura curricular dos 25 cursos lá representados, tema sobre o qual focamos atenção especial.

Nesses grupos, os alunos debateram em detalhes, a realidade curricular por eles vivenciada, com o objetivo de sintetizar recomendações que foram apresentadas na *Plenária Geral*. Essa plenária foi precedida por uma conferência sobre o *Diagnóstico Nacional dos Currículos de Nutrição*, onde as conclusões do Estudo Nacional já por nós analisado neste Capítulo, foram trazidas aos alunos.

Após as discussões, os diferentes grupos de trabalho trouxeram à plenária final suas posições referentes ao currículo nos mais diversos aspectos.

A análise deste discurso revelou-se-nos um material de grande relevância para a apreensão da posição do corpo discente no que tange à sua formação. Na medida em que a maioria das escolas de todas as regiões estavam ali representadas, pudemos considerar o discurso emitido pelos alunos ali reunidos como a fala dos estudantes no que se refere aos cursos de Nutrição em todo o País.

Na plenária geral do Encontro, os pontos mais destacados diziam respeito à estrutura e conteúdo curricular no qual os alunos criticavam, especialmente, os seguintes aspectos:

- direcionalidade dos estágios e da formação do nutricionista como um todo;
- desuniformização dos currículos dos diferentes cursos do País;
- desvinculação do conteúdo curricular com a *realidade nacional*;
- distribuição desigual da carga horária pelos diferentes Núcleos de Conhecimento;
- diferenças na nomenclatura das disciplinas entre os distintos cursos;
- desvinculação das disciplinas do ciclo básico com o ciclo profissional, especialmente no que se refere à área social;
- localização dos estágios nos últimos períodos do curso.

Além destes aspectos diretamente ligados ao currículo dos Cursos de Nutrição, outros pontos aglutinaram as opiniões dos estudantes presentes ao I ENENUT, no que se refere à sua formação:

- despreparo dos professores universitários;
- necessidade de garantir a regência de todas as disciplinas (do básico ao profissional) a docentes nutricionistas;
- críticas ao papel do estagiário como “mão-de-obra barata” em detrimento da necessária supervisão e acompanhamento nos estágios;
- necessidade de conter a explosão do número de cursos no País.

Outros aspectos relativos à prática profissional e à participação dos alunos nas resoluções ligadas à sua formação também aparecem realçados neste discurso, onde os alunos denunciavam:

- a alienação da prática dos nutricionistas frente às necessidades da população;
- a exclusão dos alunos do processo de elaboração e avaliação curricular;
- a fraca organização e representação estudantis.

Analisando os pontos destacados pelos alunos, a partir dos debates realizados neste primeiro Encontro Nacional, nota-se como este último constitui uma forma de resistência do corpo discente, frente às Instituições formadoras. Mais do que isso, o corpo discente ultrapassa os limites de um estudo curricular, tocando em pontos que denunciam os interesses embutidos na formação que recebem e na prática que dela decorre. Finalmente, chamam a atenção para a dominação que sofrem no seio das Universidades e para a necessidade de lutarem organizadamente contra este estado de coisas.

É interessante observarmos como as conclusões da Plenária Final reforçam os achados do Diagnóstico Nacional realizado pelo MEC.⁴² A reflexão demonstrada pelos alunos sobre a realidade por eles vivenciada no período de sua formação e, conseqüentemente, as contradições identificadas neste processo, se traduzem em resistências, sendo os Encontros ou Reuniões estudantis apenas uma das formas.

Retornando ao conteúdo discursivo propriamente dito, expresso na Plenária Final do I ENENUT, tomamos alguns trechos para ilustrar a concepção dos alunos quanto aos aspectos mais destacados em suas críticas.

Quanto à formação e prática do profissional nutricionista, as opiniões convergem para os discursos que se seguem:

"... Quer dizer, a gente acha que este currículo mínimo que foi apresentado é... ele não está de acordo com as necessidades do Brasil como um todo..."

"... o currículo mínimo deles só interessa ao sistema econômico que eles estão aí levando à frente."

"... economia e política não é um bicho de sete cabeças, sabe? Nós temos capacidade e nós não só temos capacidade como nós temos o dever... de compreender o sistema em que a gente vive."

42 Cabe destacar que as discussões se realizaram sem que os estudantes conhecessem o teor do documento final do MEC, publicado após o I ENENUT. Quanto à Conferência relativa ao mesmo, esta foi proferida após a conclusão dos debates em grupos, ocorridos nos dias anteriores.

"E como é que você vai resolver o problema da des-nutrição ou de distribuição de alimentos, seja lá o que for... se você não tem conhecimento de economia, de política... como é que você vai ter base pra poder mudar alguma coisa? Você precisa... é compreender o todo, compreender o mundo em que a gente está vivendo, estes tempos capitalistas... Nem isto a gente sabe. Nem isto a gente sabe. Nem isto a gente compreende... Que que a gente tá fazendo afinal?"⁴³

Como estas, inúmeras outras citações poderiam ser incluídas na nossa redação. Entretanto, julgamos que pela convergência das opiniões, o material transcrito já nos possibilita demonstrar a visão dos alunos no que se refere aos itens assinalados.

Como podemos verificar, o discurso do corpo discente analisado (ou de sua vanguarda) se opõe ao discurso institucional. Se voltarmos ao modelo utilizado na análise do discurso da ciência e da Política, vemos que a maioria dos *Temas Centrais* destacados, reaparecem no discurso dos alunos sendo que estes utilizam *categorias discursivas* bastante distintas.

O que vemos neste último, é uma forte resistência aos interesses subjacentes aos discursos que moldam a formação e prática do profissional nutricionista, aspectos concebidos pelos alunos de maneira totalmente distinta. Verificamos claramente, ao compararmos os distintos discursos, a luta existente entre diferentes interesses no espaço de reprodução do saber.

Complementando as colocações relativas à formação e prática do nutricionista, outros aspectos destacados também podem ser ilustrados. Quanto à participação do corpo discente nas reestruturações curriculares, aparecem várias vezes a consciência da necessidade de união e organização não só dos estudantes como dos profissionais, a fim de lutar pelos seus interesses frente a um Estado centralizador e autoritário. Sobre isso, também, a disposição para uma resistência que coere com nossa concepção de discurso, se faz presente também na prática desses agentes.

43 I ENENUT — transcrições da plenária geral (12.7.83), pág. 11.

O I ENENUT foi, portanto, um importante espaço de resistência do corpo discente, não só pela sua representatividade mas, principalmente, pelo nível de abrangência das colocações mais recorrentes. Estas foram tomadas por nós como uma expressão das mais significativas da opinião dos estudantes quanto ao processo de reprodução do Saber e da inserção dos primeiros neste último.

Tal como afirmamos em relação ao Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, também no que diz respeito ao I ENENUT, não dispomos de dados conclusivos quanto aos seus desdobramentos.

Quanto a mobilização estudantil, informações obtidas das lideranças nos apontaram para a continuidade do movimento, já tendo ocorrido o II e III ENENUT, cujo local e período previstos foram, respectivamente, Ouro Preto (MG), julho/1985, e Paraíba, julho/87.⁴⁴ Outro fato importante surgido durante o evento foi o anteprojeto para a Organização da Executiva Nacional dos Estudantes de Nutrição (ENENUTRI).

Vemos desta forma que, tal como o corpo docente, o corpo discente também não é passivo no ato de vivenciar a reprodução do saber. Voltemos ao nosso estudo de caso para observar no plano micro, outras formas de resistência, transparentes no nível macro que acabamos de enfocar.

Na Instituição em que desenvolvemos nosso estudo, além da existência de entidades estudantis, promovendo ou participando de diferentes eventos, outras manifestações foram por nós consideradas como forma de luta e expressão dos interesses do corpo discente. Trabalhando no nível micro analítico pudemos apreender não só a relação dos agentes com

44 Para os alunos, a despeito de sentirem a necessidade de união e organização estudantil, estas sofrem uma grande limitação pelo fato das lideranças estudantis serem representadas, em geral, por estudantes dos últimos períodos. Estes, ao se formarem, deixam como saldo um relativo refluxo no movimento, pela necessidade de que novas lideranças lhes substituam. Esse fato parece concordar com os resultados do nosso estudo de caso, onde o discurso dos alunos dos distintos períodos analisados apontavam para uma resistência ainda inexpressiva nos primeiros períodos.

o Estado mas dos agentes entre si, na reprodução do saber. Uma primeira manifestação que agregamos à nossa análise foram as homenagens formais dos alunos. As homenagens tomadas referem-se ao espaço que lhes é reservado pela Instituição, ou seja, o ritual da formatura.⁴⁵

Procuramos nesta etapa do trabalho, não só analisar o sentido das referidas homenagens, como também observar as mensagens contidas nos discursos proferidos pelos alunos, pelos patronos e paraninfos eleitos pela turma.

Nosso levantamento abarcou o período 1979-1984, últimos anos da conjuntura a que se refere nosso trabalho. Neste período se formaram 9 (nove) turmas pelo fato de ter sido implantado na instituição em julho de 1978 o sistema de duplo ingresso o que fez com que a partir do ano de 1982 se formasse 1 (uma) turma a cada semestre ao invés de 1 (uma) por ano, como vinha acontecendo até então. Assim, examinamos estas turmas, quanto aos aspectos há pouco citados, como uma das etapas do nosso estudo.

Um primeiro fato que nos chamou a atenção foi a escolha majoritária de nomes de professores ligados a Área de Nutrição Social para paraninfos ou patronos de turma. No período analisado, embora o número de professores da referida área fosse o menor da Instituição, bem como a carga horária (ou o contato efetivo com os alunos) — se comparado com as demais Áreas —, ainda assim foram estes os mais homenageados. Notamos uma espécie de rodízio entre os “professores do Social”, no que se refere à escolha dos mesmos para as homenagens de maior destaque. Em alguns casos, no período examinado, o mesmo nome foi escolhido três ou mais vezes, não sendo a repetição do nome um fator limitante na escolha.

Este dado parece confirmar que o discurso que estes professores emitem sobre a Nutrição se identifica com a concepção predominante no corpo discente no final do curso. Este foi, conforme já vimos, um dos achados do nosso estudo de caso, quando demonstramos a identificação entre o conteúdo do discurso emitido pelos docentes da Área Social e o dos alunos dos últimos períodos. As reiteradas homena-

45 Com isso não queremos dizer que outras homenagens inexistem no dia-a-dia da relação aluno/professor.

gens prestadas a estes professores, a nosso ver, vêm confirmar a referida identidade entre os dois grupos. Observando alguns discursos proferidos pelos alunos e professores homenageados nas formaturas no período tomado, mais uma vez confirma-se a correspondência já citada. Embora elaborados separadamente e sem contato prévio ao momento da formatura, os discursos dos alunos e professores homenageados, em especial o dos paraninfos, giram em torno das mesmas concepções no que se refere à Nutrição.

Conforme pudemos observar, a Nutrição é neles abordada em seus aspectos sociais, predominando esta visão sobre a concepção biológica dominante no curso, do ciclo básico ao profissional.

Também nos convites de formatura, os alunos aproveitaram o espaço para referir trechos de autores ligados à problemática social da fome. Concordando com o nome mais sugerido como destaque no campo da Nutrição — Josué de Castro —, segundo as respostas dadas aos questionários que aplicamos, nos convites são constantes as citações de sua obra, ao lado de outras que seguem a mesma visão.

Transcrevemos dos convites alguns trechos com o objetivo de comprovar o que acabamos de afirmar:

Formandos — 1980

Muito mais grave do que a erosão da riqueza do solo, que se processa em câmera lenta, é a violenta erosão da riqueza humana, é a inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição.

(J. de Castro)

Formandos — 1981

É a fome, indiscutivelmente, a mais fecunda matriz de calamidade e dela no entanto a nossa civilização sempre procurou desviar a vista, com medo de enfrentar sua triste realidade.

(J. de Castro)

Formandos — 1982

É fácil falar de Deus depois de uma boa refeição, esperando outra refeição melhor ainda. Mas como vou

falar de Deus aos milhões de homens que não podem comer duas vezes por dia? Deus, para eles, não pode revestir-se de outra aparência que não a do pão.

(Ghandi)

Formandos — Julho/1983

Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come.

(J. de Castro)

Formandos — Dezembro/1984

Acalmar a fome do mundo é a política mais sadia para aplacar a fúria guerreira que sopra neste momento, como uma terrível tempestade, sobre a superfície deste mundo ameaçando-o com um novo e terrível tipo de erosão: a erosão total da magnífica obra humana que as sucessivas civilizações esculpiram sobre a terra.

(J. de Castro)

Conforme estes exemplos demonstram, a contextualização histórica da Fome e seus efeitos é o cerne do discurso dos alunos formandos. Como referimos anteriormente, por meio de homenagens, nos discursos de término de curso que seguem a mesma linha das citações contidas nos convites, o momento da formatura se reveste de um caráter de oposição e negação do Saber dominante que, como vimos, privilegia interesses totalmente distintos dos defendidos pelos formandos.

Outras formas de resistência que pudemos verificar na prática discente foram: as greves deflagradas pela melhoria das condições de ensino e assistência ao estudante e os incidentes surgidos nos bandejões, amplamente divulgados pela imprensa.

No que se refere às greves, não soubemos de qualquer conflito entre professores e alunos quando da deflagração de greves por uma das partes. Nestes momentos o apoio e cooperação mútuos se fizeram notar, fato que demonstra a coesão dos dois pólos institucionais em torno das questões levantadas pelos movimentos grevistas ocorridos a partir de 1979. A única exceção de que tivemos conhecimento concernente à greve, diz respeito à posição de alguns formandos que, frente à possibilidade de perderem empregos já conquistados, num mercado

de trabalho ameaçador, não apoiaram a suspensão de forma-
turas, embora não tenham negado apoio às demais iniciativas
dos professores grevistas da Instituição estudada.

Mas, se esta coesão sugere uma convivência pacífica en-
tre professores e alunos, cabe destacar, para finalizar, que na
prática docente as coisas não se passam bem assim.

As resistências dos alunos também se expressam sob a
forma de ausência às aulas, de abaixo-assinados para retirada
de professores, de relatórios de avaliação de disciplinas, de
oposição a critérios de avaliação e metodologias aplicadas por
alguns professores.

Estas reivindicações, embora partindo dos agentes subor-
dinados no processo da prática de reprodução do saber, cons-
tituem importantes obstáculos a esta prática, tendo se reve-
lado, muitas vezes, um mecanismo de mudança da estrutura
curricular e da vivência da mesma.

A difusão do saber em nutrição

Embora estejamos analisando a Difusão do Saber em
Nutrição como uma questão à parte do processo de Repro-
dução do Saber essa distinção se faz apenas na forma.

Entendemos nesta investigação que o processo de difusão
de um saber é parte constituinte da sua Reprodução. Além
disto, o momento da Difusão, tal como vimos na análise do
processo de Reprodução, é também momento de luta, onde
distintas visões e interesses se confrontam na luta pela hege-
monia de discursos e práticas institucionais.

Os veículos de difusão do Saber em Nutrição, como em
qualquer outro campo, são inúmeros e dispersos. Uma aná-
lise completa destes extrapolaria as possibilidades e preten-
sões do presente trabalho.

Nosso objetivo foi estudar a difusão do Saber em Nu-
trição abordando os veículos ou mecanismos que privilegiam
determinadas vertentes, ao mesmo tempo em que freiam a
penetração de outras.

Neste processo, que para nós também é efeito de rela-
ções sociais, uma série de meios e agentes entram em jogo,
dentre os quais selecionamos alguns para estudo.

Comprovando que a *Difusão e Reprodução* de um Saber
encontram-se intimamente ligadas, julgamos que o currículo
do curso de Nutrição é um espaço onde não só o Saber se
reproduz, como também se difunde. Para a análise da Di-
fusão do Saber legitimado, encontramos, portanto, o currí-
culo como um elemento privilegiado.

Para demonstrar isto, acreditamos ser suficiente um re-
torno a alguns aspectos do estudo da estrutura curricular dos
Cursos de Nutrição, efetuado no corpo do presente Capítulo,
bem como da bibliografia dominante nos referidos cursos.

Lembrando a análise efetuada, vimos que a estrutura
curricular se volta para o privilegiamento da vertente "bioló-
gica" da Nutrição. Abre-se, desta forma, um espaço para que
a literatura produzida com vistas ao enfoque deste aspecto
circule e se difunda no meio acadêmico.

No levantamento bibliográfico efetuado como uma das
etapas da análise empreendida no Capítulo II, tornou-se claro
o papel dos Cursos de Graduação em Nutrição como um impor-
tante mecanismo de difusão de um número restrito de obras.

Coerentes com a concepção que guiou nosso trabalho até
aqui, não julgamos suficiente tomar a bibliografia oficial dos
Cursos como a única difundida nos mesmos. Desta forma,
consideramos o resultado do levantamento bibliográfico em
nível Nacional como um indicador que deveria ser investi-
gado em maior profundidade. Esta opção vem ao encontro da
concepção já aludida de que o Currículo não é algo que se
garanta no papel, mas um espaço de vivência. Nele não só a
submissão à Ordem pode ser observada, mas também lutas
e resistências que darão forma ao *currículo real*, resultado
final destas contradições.

Assim, ao realizarmos o estudo de caso referido ante-
riormente, atentamos também para o aspecto da Difusão do
Saber no espaço institucional investigado. Por meio desse es-
tudo de caso, buscamos dados que refinassem os resultados
do levantamento nacional, no sentido de verificar o quanto a
bibliografia privilegiada nos programas dos Cursos correspondia
ao conteúdo que, de fato, mais se difundia num dos cursos.

Na elaboração dos questionários a serem aplicados aos
docentes da referida Instituição de Ensino, incluímos ques-
tões referentes à bibliografia da área de Nutrição, o que nos

possibilitou captar a opinião dos docentes e sua participação como *agentes difusores*.

Os resultados do nosso estudo de caso indicaram que a maioria do corpo docente (70%) considera como bibliografia essencial à formação do nutricionista, obras já incluídas na relação das publicações mais cotadas no nosso levantamento Nacional.

Novamente a obra de H. S. Mitchell⁴⁶ apareceu como a mais indicada, seguida de outras cujo conteúdo se volta ainda mais para aspectos puramente metabólicos ou biológicos da Nutrição. Os docentes que não indicaram estas obras, referiram não conhecer a bibliografia da maioria das disciplinas do Curso, não se sentindo aptos a opinar. Apenas um docente condenou a adoção de obras estrangeiras, constituindo-se, portanto, em exceção, acompanhada de outra que referiu não considerar nenhuma das obras essenciais.

Mas, exceções à parte, o que se verifica é uma concórdia entre os resultados da tendência apontada para a difusão do Saber em nível Nacional e os encontrados no nível *micro*. A maioria dos docentes se mostrou de acordo com a ênfase na difusão de obras biológicas, consideradas de alto valor científico como base para as demais áreas.

Indagados quanto à necessidade da inclusão de bibliografia, a resposta afirmativa foi praticamente unânime, sendo que a ênfase da bibliografia a ser incluída continuou no enfoque biológico. Observamos que as inclusões vinham complementar ou reforçar o que o currículo privilegia, aparecendo com maior destaque obras relacionadas à Tecnologia de Alimentos (em geral, obras estrangeiras), seguidas de monografias e Teses relacionadas à Nutrição Social. Apenas um docente referiu a necessidade de incluir obras de Josué de Castro.

Dois aspectos nos pareceram dignos de comentários. Um primeiro, diz respeito ao fato de que, praticamente, inexistem obras relacionadas à Nutrição Social circulando nas livrarias. Em nossa prática como docente-nutricionista na área social é patente a limitação que sofremos pela carência de obras específicas. Vimos que isto, em parte, se explica pela

demanda de obras relacionadas aos aspectos biológicos da Nutrição, visão ligada à concepção dominante, ser muito superior que a de obras referentes à Nutrição Social. Movidas por interesses econômicos, as editoras se interessam pela publicação de obras que terão saída assegurada. E que obras serão estas senão as que os currículos e programas utilizam e os professores recomendam?

Por outro lado, ainda no que tange a este aspecto, a falta de disponibilidade de obras vinculadas à Nutrição Social, limita a difusão desta vertente. Isto, em parte, pode também explicar a não alusão dos docentes a obras "do social" como bibliografia essencial, na medida em que a disponibilidade nesta área não conta com a riqueza de obras das demais.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar é a contradição entre o destaque dado ao nome de Josué de Castro — que apareceu como um dos nomes mais valorizados pelo corpo docente no nosso estudo — e a inexpressiva indicação da sua obra como material bibliográfico a ser incluído. Isso nos leva a crer que, apesar da celebridade atribuída a alguns nomes no meio acadêmico, o reconhecimento e valorização de suas obras não parece acompanhar o destaque que estes recebem.

Outro ponto que notamos foi o fato de que, embora o nome de Josué de Castro tenha sido reconhecido pelo corpo docente investigado, suas obras, sendo pouco difundidas ou mesmo excluídas do acervo bibliográfico da instituição, não foram lidas por muitos dos docentes que indicaram seu nome.

Aliás, observando as aquisições de livros e periódicos pela Biblioteca da Instituição, nota-se que as obras adquiridas atendem aos conteúdos programáticos, privilegiando desta forma o Saber já amplamente reproduzido nos currículos. O acesso facilitado, dessa forma, às obras clássicas, constituem um mecanismo que reforça cada vez mais a penetração e circulação dessas obras no meio acadêmico.

Em outras palavras, queremos mostrar que a estrutura curricular, privilegiando a visão biológica da Nutrição, vai influir significativamente não só na reprodução, mas na difusão do saber no meio acadêmico. Privilegia-se os aspectos biológicos da Nutrição em prejuízo dos sociais, guiando-se

46 MITCHELL, H. S. *Nutrição*, RJ, Ed. Interamericana, 1978.

a produção, circulação e aquisição de obras no sentido de priorizar o que o currículo ditado pela legislação dominante, procura legitimar.

Vemos assim, a íntima relação entre a Reprodução e Difusão do saber, que não devem ser vistos como processos isolados, mas, na verdade, como efeitos da gerência sobre a reprodução do saber, privilégio dos setores hegemônicos.

Reforçando esta mesma linha de reflexão, gostaríamos de comentar um mecanismo de difusão, através do qual o Estado disciplina de maneira importante o que se difunde na área de Nutrição. Referimo-nos aqui, ao *Programa de Disseminação Seletiva de Informação sobre Alimentação e Nutrição*.

Programa de disseminação seletiva de informação sobre alimentação e nutrição (PDSI)

Com a implantação efetiva do PRONAN, na segunda metade dos anos 70, o Estado, como já referimos no Capítulo III, incluiu em sua Política social no setor a preocupação com a Capacitação de Recursos Humanos, sendo esta uma das linhas de intervenção programadas pelo INAN.

Data desta época o início do programa de disseminação seletiva que:

... é um serviço do Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), em colaboração com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o Ministério da Saúde.⁴⁷

Os objetivos oficiais do referido Programa são:

1. Disseminar seletivamente informação sobre alimentação e nutrição, possibilitando aos pesquisadores, nutricionistas, médicos e/ou professores de nutrição e outros profissionais da área da saúde amplo acesso à literatura nacional e estrangeira;

⁴⁷ Transcrição da folha de apresentação do formulário oficial de aquisição de fotocópias de artigos (PDSI).

2. compilar a literatura corrente sobre alimentação e nutrição produzida na América Latina e incorporá-la à base de dados do IMLA (Index Medicus Latino-Americano), operada pela BIREME;

3. Divulgar material produzido pela OMS, OPAS, FAO e outros organismos internacionais.⁴⁸

Como podemos verificar, já na apresentação do referido Programa, a colaboração com o INAN e seus objetivos aparece nitidamente, tornando evidente a inserção do PDSI nas linhas do PRONAN.

Nos objetivos, transcritos logo em seguida, surge a direcionalidade do PDSI que se destina a profissionais da área, desde pesquisadores até profissionais em serviço. São mencionados, explicitamente, os nutricionistas e professores de nutrição, tornando-se claro que os referidos profissionais são alvos do Programa.⁴⁹

Parece-nos bastante pertinente o título "Programa de Disseminação Seletiva de Informação sobre Alimentação e Nutrição". Realmente a seletividade da disseminação é um fato verificável, não só quanto à *população-alvo*, como também quanto à natureza do que é distribuído.

Quanto ao grupo beneficiário do programa parece não restar dúvidas de que o mesmo se compõe de profissionais responsáveis desde a reprodução do Saber em Nutrição até sua implementação prática.⁵⁰

A análise do percurso que vai de um a outro nível e sua relação com os interesses hegemônicos foi objeto de discussão dos Capítulos II e III deste trabalho. Os comentários feitos por nós no que concerne à subordinação da reprodução do sa-

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ver folha de apresentação mencionada nas Notas 57 e 58.

⁵⁰ Segundo dados oficiais do INAN sobre o PDSI, em 1980, 75% dos participantes eram representados por profissionais de Nutrição e autordades, duas especialidades dentre as 33 selecionadas na listagem de classificação do INAN. Dentre estas duas, 63% eram representados por profissionais nutricionistas. A maior concentração de participantes do Programa, acompanha a concentração de Cursos de Nutrição e do mercado de trabalho que se dá na região Sudeste. Ver Anexo II.

ber e das políticas implementadas pelos setores hegemônicos do Estado, revalidam-se no que diz respeito à difusão do Saber.

Neste nível, como nos demais, o Estado dirige o processo no sentido que mais lhe convém. Por isso, o termo "disseminação seletiva" parece bem adequado, embora não combine bem com a expressão usada um pouco mais adiante no item 1 dos objetivos: "possibilitando... amplo acesso à literatura nacional e estrangeira."

Se entendido sob o ponto de vista quantitativo, poderíamos admitir o termo "amplo" tendo em vista o volume de publicações que o programa já fez circular até hoje, porém, se observarmos o aspecto do conteúdo e dos periódicos merecedores de inclusão no programa, a aplicação do termo "amplo", a nosso ver, fica bastante prejudicada.⁵¹

Assim, os participantes do Programa têm "amplo" acesso à bibliografia que interessa ao INAN, como o próprio texto oficial afirma, girando a literatura em torno dos mais diferentes assuntos.

Com o objetivo de verificar os temas mais difundidos, procuramos levantar junto aos órgãos competentes, as publicações difundidas desde o início do Programa. Uma vez que não obtivemos dados a este respeito, fomos às fontes primá-

51 Cada série bibliográfica inclui cerca de 100 títulos distribuídos por quatro "áreas de interesse do INAN", segundo o próprio documento que, como vemos, declara a intencionalidade do Programa. Estas quatro áreas são: "Educação Alimentar", "Nutrição em Saúde Pública", "Tecnologia de Alimentos" e "Ensino da Nutrição". Julgamos dispensável analisar em detalhe o que o INAN entende como objeto dessas quatro áreas. Para obtermos este esclarecimento, basta voltarmos às linhas do PRONAN e veremos como estas últimas norteiam a literatura distribuída, inserindo-se ambas nas quatro áreas citadas. Os participantes inscritos no PDSI podem solicitar à BIREME um certo número de artigos que lhes são entregues, gratuitamente, à domicílio. Para uma verificação destes dois aspectos do PDSI, consultar os trabalhos de ARON, N. "A Importância da Biblioteca Hospitalar na Formação do Residente e a Participação da BIREME". Mimeo; e FERREIRA, J. R. "La Cooperación Científico-técnica Universitaria en América Latina X La Respuesta de los Organismos Internacionales". *Educ. Méd. Salud*, vol. 18 n.º 1, 1984. Os autores falam respectivamente, como coordenador do Programa de Programas de Informação e Serviços da BIREME, da OPAS, S. Paulo e Coordenador do Programa de Pessoal de Saúde da OPAS.

rias, ou seja, consultamos todas as séries bibliográficas distribuídas desde o início do PDSI, em 1976, até o ano de 1984.

A divulgação se deu, como já referimos, em torno dos mais diferentes assuntos, o que sugere um "amplo acesso às informações". Entretanto, ao agruparmos as seções por área de conhecimento, sobressaíram claramente os temas privilegiados. Utilizando a classificação do INAN por áreas de interesse, encontramos a seguinte participação:

| Áreas de interesse do INAN | % |
|----------------------------|-----|
| Educação Alimentar | 4 |
| Nutrição em Saúde Pública | 12 |
| Tecnologia de Alimentos | 7 |
| Ensino da Nutrição | 77 |
| Total | 100 |

Repete-se, portanto, no PDSI, a ênfase dada aos conhecimentos técnicos que, como vimos, ocupam o maior percentual da carga horária dos cursos, bem como do conteúdo da bibliografia básica dos mesmos. Também no nível da difusão, o predomínio da mesma maneira, se dá no conteúdo já privilegiado nos demais mecanismos de reprodução do Saber.

Observando a tabela anterior, vemos que a BIREME disseminou 84% dos seus artigos com o objetivo de difundir o "Ensino da Nutrição" que engloba aspectos puramente biológicos (77%) e a Tecnologia de Alimentos (7%). Ambos aspectos sequer tocam na problemática social da Nutrição.

Quanto à *Educação Alimentar e Nutrição em Saúde Pública*, como participantes do programa, em contato íntimo com a bibliografia distribuída, podemos dizer que a visão de ambas as seções é bem distante do que poder-se-ia chamar Nutrição Social num sentido transformador. Os artigos incluídos sob estes rótulos se referem, principalmente, à avaliação de projetos implementados, estudo metodológico de técnicas para mensuração da magnitude de problemas nutricionais na população que referem resultados (em geral, positivos) de expe-

riências em Educação Alimentar. É isto o que, no PDSI se inclui sob esses dois rótulos que, em tese, poderia ser considerado como uma prova do interesse do INAN com a Saúde Pública ou áreas afins.

Não encontramos, durante nosso contato com o referido Programa, nenhum artigo que interessasse ao INAN, abordando os problemas nutricionais considerando a historicidade dos mesmos. Os artigos mais progressistas não ultrapassam o nível da crítica a intervenções implementadas, evidentemente propondo o aperfeiçoamento das mesmas e excluindo qualquer reflexão sobre os interesses subjacentes às mesmas.

A análise discursiva dos artigos distribuídos pelo PDSI, certamente nos levaria aos mesmos resultados encontrados quando da análise do Saber legitimado em Nutrição,⁵² visto não ser outro saber que o Programa difunde. Feitas essas observações quanto a este importante mecanismo de difusão do Saber instituído na área de Nutrição, vejamos o que encontramos sobre o PDSI, no nosso estudo de caso.

Tendo em vista a importância atribuída ao referido Programa no processo de difusão do *saber científico*, estudamos sua penetração junto ao corpo docente da instituição, não só em termos de cobertura, como também em relação ao alcance dos objetivos almejados pelo Programa.

Do total dos docentes investigados, 80% declararam participa do PDSI, a maioria há mais de 5 anos, considerando-o muito bom. Quanto ao uso dos artigos, a grande maioria dos participantes declarou utilizá-los regularmente, não só para atualização pessoal, mas também como material didático, utilizado em sala de aula nas mais diversas atividades. Foram raras as críticas feitas ao programa, limitando-se estas a referências quanto à dificuldade de trabalhar em sala de aula com textos publicados em inglês e outra referência ao caráter extremamente técnico dos artigos. Afora estas duas exceções, os docentes nada criticaram no Programa, julgando-o uma boa iniciativa.

Parece que as facilidades oferecidas pelo Programa, na conjuntura analisada do Ensino Superior Brasileiro, onde a infra-estrutura, os salários dos docentes e as verbas destina-

das à Educação impossibilitam e desestimulam o aperfeiçoamento autônomo da maioria, o PDSI encontra um campo bastante fértil.

No que concerne às obras incluídas no acervo bibliográfico da Instituição analisada, as aquisições voltam-se para as obras mais necessárias, ou seja, as incluídas na bibliografia básica dos programas de disciplina. Dá-se, portanto, o mesmo processo já por nós referido.

Finalmente, no que se refere à difusão do Saber Dominante, outro espaço em que a mesma se deu no período estudado foram os Congressos e outras reuniões técnico-científicas, cujo temário, conforme já aludido, privilegiou temas distantes da discussão da Fome como um problema social.⁵³

Como já afirmamos, a difusão do Saber ligado aos interesses dominantes, embora seja facilitada por esses e outros veículos de difusão controlados pelos grupos hegemônicos, é um processo contraditório. A despeito da desvantagem auferida pelos grupos que não defendem a *ciência* legitimada, na correlação de forças do período, ainda assim as resistências se expressam.

Podemos constatar isto de várias maneiras:

Junto ao corpo discente, algumas delas já foram demonstradas, quando analisamos a Reprodução do Saber, ao citarmos, por exemplo as notas de protesto distribuídas em Congressos, os discursos presentes nos rituais de formatura, dentre outras iniciativas. No nosso estudo de caso, tal como procedemos junto ao corpo docente, procuramos levantar a opinião dos alunos quanto ao que é difundido nos cursos. A despeito de verificarmos, também aqui, a valorização das obras ligadas ao conteúdo básico ou biológico da Nutrição, outras obras banidas do espaço institucional são referidas, destacando-se, especialmente, as de Josué de Castro e Paulo Freire.

Além disso, os alunos sugerem a utilização de artigos de periódicos que discutam o modelo sócio-econômico brasileiro, dentre outros assuntos afins, legitimando assim a literatura marginalizada pelas instâncias institucionais ligadas ao Poder Dominante.

53 A relação de Congressos e outros eventos desta natureza realizados no período pós-70 é extensa. No Anexo I listamos os Congressos de maior expressão na área de Nutrição.

52 Ver, a este respeito, o Capítulo II do presente trabalho.

Segundo pudemos levantar, através de contatos informais com os alunos, a difusão destas obras se faz por dois canais: o primeiro seria pela indicação da obra por um docente que, fazendo circular um exemplar e difundindo o conteúdo via discussões em classe, desperta o interesse dos alunos por obras do gênero. Uma segunda via é o próprio aluno que, tendo entrado em contato com obras desta linha, sugere aos colegas a leitura das mesmas criando-se uma espécie de sistema de difusão por empréstimo. Nosso estudo nos leva a supor que este último canal é secundário ao primeiro. Ou seja: os alunos passam a procurar a *literatura alternativa*, a partir da motivação criada pelos (poucos) professores que defendem esta vertente.

Vemos, portanto, novamente valorizado o espaço da prática docente como um importante mecanismo de difusão de saber.

Parece-nos que não é gratuitamente que o Estado se preocupa em destinar verbas à Capacitação dos Docentes e exercer um controle sobre quem vai ensinar o quê. Entretanto, para nós, a questão central está nas amarras ideológicas a que está preso o corpo docente. Se outra fosse a visão predominante nos professores, em cada sala de aula, qualquer que fosse a disciplina, haveria um obstáculo à penetração do saber instituído. Nossa investigação nos levou a crer que o problema não é apenas de espaço, mas sobretudo da formação teórica que determina como este é utilizado na prática docente: se para a manutenção ou para a transformação das relações sociais vigentes.

Retomando a questão da *literatura alternativa*, verificamos que, embora excluída da maioria dos cursos de Nutrição sua produção foi abundante no período.⁵⁴

De uma maneira geral, a mesma se apresenta sob forma de artigos, sendo portanto dispersa. A própria natureza do que é tratado nessas obras, ou seja, a contextualização histó-

54 Segundo o levantamento biográfico empreendido como etapa do Cap. II, notamos que a maioria das obras desta vertente era citada apenas em um ou dois programas de cursos, num número mínimo de escolas. Algumas obras clássicas, como, por exemplo, a produção de Josué de Castro, embora aparecesse listada com maior frequência, em geral não era "trabalhada" na prática. Apenas constava.

rica da Problemática Nacional-Alimentar, dificulta a publicação de livros, dada a dialética do processo. Em outras palavras, queremos dizer que as obras que tratam dos aspectos biológicos da Nutrição conservam-se atualizadas durante um período de tempo bem mais longo. As descobertas neste campo, dado o avanço atual das investigações e a natureza do objeto, se fazem mais lentamente do que como ocorre com as investigações em Nutrição Social o que faz a edição de obras biológicas um investimento mais rentável para as editoras. A produção na área social, ocupando-se de aspectos muito mais dinâmicos (visto que históricos), torna bem mais complexa a publicação de livros textos, sendo a discussão veiculada quase exclusivamente por um número restrito de periódicos especializados.

Acrescente-se a isto, o já mencionado incentivo dado à publicação de obras voltadas para a vertente biológica pelos programas de disciplinas que garantem a demanda destas obras criando um excelente mercado. Nossa observação, entretanto, nos leva a supor que se maior fosse a disponibilidade de obras em Nutrição Social, estas também encontrariam um bom mercado.

Outro aspecto importante é a inexistência de *Programas de Disseminação Seletiva* para estas obras, e a exclusão das mesmas dos Programas existentes que não as divulga (fato aliás, já previsível) abafa esta fala, ao mesmo tempo em que amplifica a voz da *ciência* dominante.

Mas, ainda assim, o discurso dominado ecoou no meio acadêmico, sobretudo porque encontrou lá não só um importante espaço de difusão, mas de Reprodução, como demonstra a produção acadêmica na conjuntura do nosso trabalho.⁵⁵

55 Entre as diversas contribuições que poderíamos citar, destacamos iniciativas de organizações como o CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), bem como da Fundação Carlos Chagas. Encontramos, no que se refere à produção desses grupos (os dois primeiros, através das suas revistas e o último de seus "Cadernos de Pesquisa") diversos artigos cujo marco teórico difere bastante do da Ciência instituída. Apesar do prestígio acadêmico de muitos autores, estes, entre outros periódicos, não mereceram inclusão no Programa de Disseminação Seletiva e nem constam do acervo bibliográfico da Biblioteca da Instituição por nós estudada.

Mas não é só no meio acadêmico, quer seja da parte do corpo discente ou docente, que os interesses dominados se expressam. Também a Imprensa, apesar da forte censura que reinou no período, publicou um grande número de matérias, discutindo a gravidade da situação de Fome do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que acompanhou os passos da Política Estatal em Nutrição. Embora discurso dominado, constituiu-se, ao lado dos demais, num importante mecanismo gerador de conflitos e polêmicas ao projeto político dos setores hegemônicos.

Não sendo este discurso construído a partir das lacunas e inversões que caracterizam a ciência instituída, sua força e difusão significativas, embora fala dominada (lembremo-nos dos poderosos mecanismos que se voltam contra esta) provêm, ao contrário, do fato de prescindir do respaldo institucional, pela legitimidade que pode encontrar na própria realidade.

Conclusões

Ao término do percurso seguido no sentido de buscar respostas para as questões por nós levantadas na Introdução da presente obra, destacamos o que julgamos sintetizar nossas conclusões:

O discurso científico da Nutrição privilegia categorias que explicitam apenas um tipo de enfoque do fenômeno sobre o qual discorrem. A estrutura deste discurso, nitidamente ligada à biologia, se detém num nível meramente descritivo de processos individuais, onde a Nutrição é tratada primordialmente como um ato fisiológico. Desta forma, oculta-se sua dimensão social, ou seja, as origens e determinantes dos problemas nutricionais da nossa população.

Esta proposta particular de discurso legitimado como *científico* — a despeito de sua pretensão à neutralidade enquanto ciência — insere-se no projeto hegemônico das elites dominantes, fornecendo os pressupostos que justificam a Política no setor. Esta, longe de buscar a superação dos problemas nutricionais que afligem as classes subalternas, constituiu-se num mecanismo de manutenção e reprodução do poder instituído. Desta forma, o discurso científico da Nutrição coaduna-se perfeitamente com o discurso da Política oficial em Alimentação e Nutrição, num movimento em que a legi-

timidade do primeiro deriva da sua utilidade para o alcance dos objetivos do segundo.

O currículo dos cursos de Nutrição no Brasil representa um elemento central na reprodução e difusão do saber instituído. A estrutura curricular que caracteriza os referidos cursos bem como a sua expansão responde à necessidade de formação de profissionais de nível superior (os nutricionistas), dirigidos a uma prática massiva engajada e subordinada aos interesses dos setores politicamente dominantes.

A legitimação e a difusão do *discurso científico* são também facilitadas pelo controle de outros meios de difusão de ampla penetração que, monopolizados (em grande parte) pelos setores hegemônicos, são instrumentos ideológicos largamente empregados por estes grupos, no sentido de garantir a perpetuação da sua hegemonia.

No entanto, apesar de todos os mecanismos e de todo o aparato institucional de que dispõem os interesses dominantes para implantar sua hegemonia, esta não se afirma sem resistências dos setores dominados.

Ao longo do percurso que leva à hegemonia do discurso científico legitimado, uma série de discursos e práticas que lhe são opostos, impõem contradições que, se não inviabilizam totalmente, dificultam em maior ou menor grau a consecução do projeto a que se liga o discurso da ciência. Isto caracteriza o espaço da Reprodução e Difusão do saber em Nutrição como um campo de lutas onde distintos interesses disputam constantemente a hegemonia.

De repente, quanta perplexidade no se dar conta da dimensão real do que durante tanto tempo parecia representar tanto.

Quanto sofrimento e desencanto no caminho que, ao olhar para trás, identificamos.

Quanta determinação e coragem o caminho que agora vislumbramos exigirá de nós...

E, em meio a isto tudo a certeza de que a vida é desafio constante. É luta sempre recomeçada. O resto é conformismo. É uma questão de escolha. Ficamos com a primeira ainda que se coloque, para nós, a indagação que ao mesmo tempo que nos inquieta, nos dá esperança:

*Que resultado terá meu discurso se não fala do que as multidões embrutecidas desejam escutar?... Apesar de tudo não desisto. Continuarei falando, chamando, mesmo que o faça por fazer. Mas sempre vou esperar que alguém me escute, me entenda e venha comigo.*⁵⁶

56 HERMÓGENES, J. *Mergulho na paz*. 17. ed. R.J., Ed. Record, 1983.

Bibliografia geral

- ABRASCO — *Ensino da Saúde Pública, Medicina Preventiva e Social no Brasil*. Rio de Janeiro, junho, 1984.
- ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon — *Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições*. Rio de Janeiro, GRAAL, 1980.
- ALTHUSSER, L. — *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Biblioteca de Ciências Humanas, Livraria Martins Fontes, 1974.
- ALVAREZ, Maria de la Luz et al. — Características de Famílias urbanas con lactante desnutrido. *Archivos Latinoamericanos de Nutricion*, vol. 29 (2), 1979.
- ALVES, E.L. — Desnutrição e Pobreza no Brasil: algumas evidências. *Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, nº 29:77-96, 1976.
- ANSART, P. — *As Ideologias Políticas*. Mimeo. Tradução: Marcelo Santos.
- ARRUDA, B.K.G. de — *Pronunciamento Introdutório à Exposição sobre o PRONAN*. Curso de Nutrição em Saúde

Pública para Professores dos Cursos de Nutrição do Rio de Janeiro e de Salvador, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 05 de julho de 1976. Mimeo.

——— — *Estratégias de Intervenção no Campo Alimentar e Nutricional*. Conferência proferida na Reunião Regional do 7º SIBAN, Natal, 7.6.1984. Mimeo.

BALDIJÃO, C.E.M. — A Desnutrição e o Processo de Acumulação de Capital. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, nº 29.

BARBOSA, Antonio J. — *Uma Visão Histórica da Evolução dos Cursos de Nutrição*. Brasília, 1982. Mimeo.

BATISTA, M. — *Prevalência e Estágios da Desnutrição Protéico-Calórica em Crianças da Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. Fac. de Saúde Pública, USP, São Paulo, 1976.

BLACKBURN, R. (Org.) — *Ideologia na Ciência Social*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

BLANC, J. — *Malnutrition et Sous-developpement*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1975.

BOLTANSKI, Luc. — *Prime Éducation et Morale de Classe*. Pratique des Hautes Études, Paris, 1969.

——— — *As Classes Sociais e o Corpo*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

BOTOMÉ, S.P. — *Administração de comportamento humano em instituição de saúde: uma experiência para serviço público*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da USP em 1981. Não publicada.

BOTOMÉ, S.P. e SANTOS, E.V. dos — Ensino na Área de Saúde: o problema do objeto de trabalho. *Rev. Ciência e Cultura*, 36(6), 1984.

BOUCINHAS, J.C. — O Ensino da Nutrição a nível de Graduação nos Cursos de Medicina do Brasil — uma visão

crítica e apresentação de um Modelo. *Rev. Bras. de Ed. Méd.* Vol. 3(3), 1979.

BORDIEU, P. — *A Economia de Trocas Simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

——— — “Le champ scientifique” in *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, n. 2-3.

BRANDÃO, C.R. (Org.) — *Pesquisa Participante*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

BRAVERMAN, H. — *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

BURTON, B. — *Nutrição Humana*. São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil, 1979.

CAMPBELL, C.E. — Nestlé and breast VS. bottle feeding: mainstream and marxist perspectives. *Int. Journal of Health Services*, 14(4):547-566, 1984.

CANESQUI, A.M. — A Dietética Popular (comida de pobre, comida de rico). *Rev. Saúde em Debate*, 4:48-53, 1977.

CARDOSO, M.L. — *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK-JQ*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª Edição, Introdução, 1978.

CASTRO, A.M. de — *Nutrição e Desenvolvimento — A análise de uma política*. Tese de Livre Docência. INUFRJ/CCS, Rio de Janeiro, 1977.

CASTRO, J. — *Geografia da Fome*. Ed. Gráfica O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1948.

CASTRO, J. — *Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação da população do mundo*. Casa do Estudante do Brasil, RJ, 1955.

CHAUÍ, M. — *Cultura e Democracia*, São Paulo, Ed. Moderna, 1981.

CHAVES, N. (Org.) — *Nutrição Básica e Aplicada*. RJ, Ed. Guanabara Koogan, 1978.

C.N.Pq. — *Programa Nacional de Pesquisa em Nutrição Humana e Alimentos*. Junho de 1982, Mimeo.

CNPq/INPEP — *Análise das Condições de Pesquisa e Treinamento em Nutrição Humana no Brasil*, São Paulo, 1981.

COLLINS, J. et al. — Os oito mitos da Fome, *Rev. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 8:51-66, 1981.

CORADINE, O.L. et al. — *Agricultura. Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

DECRETO nº 77.116 de 06.2.1976 — Aprova o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) elaborado em conjunto pelo INAN/IPEA.

D'INCAO e MELLO, M.C. — *O Bóia-fria: Acumulação e Miséria*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1975.

DONNANGELO, M.C.F. e PEREIRA, L. — *Saúde e Sociedade*. São Paulo, Duas Cidades, 1976.

FERREIRA, J.R. — La cooperacion científico-tecnica universitaria en America Latina y la respuesta de los organismos internacionales. *Ed. Med. y Salud*, 18(1), 1984.

FOSSAERT, R. — *A Sociedade I. Uma Teoria Geral*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

FRANCO, G. — *Tabela de Composição Química de Alimentos*. Rio de Janeiro, PLANUTRE, 4ª ed., 1974.

FUNDAÇÃO IBGE — *Estudo Nacional de Despesa Familiar* (dados preliminares), RJ, FIBGE, 1977.

FOUCAULT, M. (Org. Roberto Machado) — *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 2ª ed., 1981.

——— — *Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil: características sócio-demográficas*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1982.

——— — *Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil: Aspectos Nutricionais*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1982.

FURTADO, Celso — *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. — *As Veias Abertas da América Latina*. RJ, Paz e Terra, 1978.

GARCIA, J.C. — Medicina Y Sociedad — Las corrientes de pensamiento en el campo de la salud. *Rev. Educ. Méd. Salud*, Vol. 17 nº 4, 1983.

GEORGE, S. — *O Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome no Mundo*. Ed. Paz e Terra, RJ, 1978.

GORZ, A. — Técnicos, especialistas y lucha de classes In: (vários autores) *La division capitalista del trabajo*, Córdoba, cuaderno del pasado y presente, 1974.

GORZ, A. (Org.) — *Critique de la division du travail*. Paris, Ed. du Senil, 1973.

GRAMSCI, A. — *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (trad.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GRANT, J.P. — *Situação Mundial da Infância 1985: Parte I*. Relatório do Diretor Executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Brasília, 1985.

GRISWOLD, R.M. — *Estudo Experimental dos Alimentos*. Trad. de Avany Correa Santos. SP, Edgard Blucher Ed., Ed. da USP, 1972.

GRUPPI, L. — *O Conceito de Hegemonia em GRAMSCI*, RJ, Graal, 2ª ed., 1980.

GUIMARÃES, Alba Z. — *Desvendando Máscaras Sociais*. RJ, Livraria Francisco Alves Ed., 1975.

HABERMAS, J. — *La technique et la science comme idéologie*. Paris, Ed. Gallinard, 1973.

HUBERMAN, L. — *História da Riqueza do Homem*. RJ, Zahar Ed., 14ª ed., 1978.

IANNI, O. (Org.) — *Karl Marx*. São Paulo, Ática, 1982, Col. Grandes Cientistas Sociais.

INAN — Programa Nacional de Alimentação e Nutrição PRO-NAN 1976-1979. *Documento Técnico INAN-06/76*, Mimeo.

INAN/UNICEF — Programa Nacional de Aleitamento Materno. *Documento 8202*. Brasília, janeiro de 1982.

IAN/PRONAN — Relatório Quadrienal — 1975/78. Área: Alimentação e Nutrição. *Documento Técnico 16/78*. Brasília, maio/78. Mimeo.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — *Relatório Síntese do Desenvolvimento dos Projetos*. 2º Trimestre, Brasília, 1979.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — *Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação do Programa de Nutrição em Saúde*. Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional de Nutrição, RJ, agosto/setembro 1978.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — Projeto de Nutrição do Brasil — 1976/1979. Síntese, *Documento Técnico 07/76*.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — I Seminário Brasileiro de Cursos de Graduação em Nutrição. *Documento Técnico INAN 02/75*. Garanhuns, PE. 26 a 31 de outubro de 1975. Mimeo.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — *Situação Nutricional e Atuação do INAN e demais Programas de Alimentação e Nutrição na Região Nordeste*. 21 a 23 de junho de 1978, Mimeo.

INAN — Controle do Programa de Disseminação Seletiva de Informações sobre Alimentação e Nutrição da Unidade de Processamento de Dados da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) da OPAS/OMS, 1980. Mimeo.

INAN/MINISTÉRIO DA SAÚDE — *Informativo de Alimentação e Nutrição 1(4 e 5)* Brasília, 1982.

L'ABBATE, S. — *Fome e Desnutrição: os descaminhos da Política Social*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da UPS, São Paulo, 1982.

LA PASSADE, G. (Org.) — *Groupes, Organizations, Institutions*. Paris, Gauthiers-Villars, *Collection Recherches Institutionnelles n°s 1 e 2*, 1971 e 1974, 3ª ed.

LAURENTI, R. — Resultados e Ações Apontadas pela Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância no Brasil. *Boletim de la Oficina Sanitaria Panamericana*, abril 1977.

LEI Nº 5.267 de 24.4.1967. Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.

LEI Nº 5.829 de 30.11.1972. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências.

LEI Nº 6.321 de 14.4.1976. Incentivos Fiscais à Alimentação do Trabalhador. *Public. AGAPE*, RJ, 30.7.1976.

LEI Nº 6.583 de 20.10.1978. Cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento e dá outras providências.

LOPES, J.L. — *A ciência e a construção da Sociedade*. Ciência e Cultura, 36(10):1732-1941, 1984.

LUZ, M.T. — *As Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Ed. Graal, RJ, 2ª ed., 1979.

——— — *Fondements ideologiques de la methode structurelle-fonctionnelle*. Publ. mimeo da Université Catholique

- de Louvain. Louvain, 1969 156 XVIII pp. (Tese de Mestrado).
- MACHADO, L.Z. — *Estado, Escola e Ideologia*, São Paulo, Ed. Brasileira, 1983.
- MACHADO, Y.; PENCHASZADEH, V. — Integración de niveles biológicos y sociales en las investigaciones de salud-enfermedad. *Rev. ENSP* (Medellin) 3(2):17-25, 1977.
- MARCOS, B. — As Relações Sociais e as Doenças. Ensaio Epidemiológico. *Arq. Cent. Est. cur. odont.*, 19(2):273-290, 1982.
- MARCUSE, H. — *Ideologia da Sociedade Industrial*, RJ, Zahar Ed., 1967.
- MARX, K. — *O Capital*. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- MARX, K. e ENGELS, F. — *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1961.
- MEC/SESu — Os cursos de Nutrição no Brasil. Evolução, corpo docente, currículo. *Série Cadernos de Ciências da Saúde* n° 6, Brasília, 1983.
- MOREL, Regina Lucia de Moraes. *Ciência e Estado*. São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1979.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE — Estatísticas de Mortalidade: Brasil 1979. Brasília Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1982.
- — Estatísticas de Mortalidade: Brasil 1980. Brasília Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1983.
- MITCHELL, M.S. — *Nutrição*, RJ, Ed. Interamericana, 1978.
- NATAL, J.L.A. — *A Questão Alimentar-Nutricional da Política Econômica 1930-1976: um vaivem na periferia da agenda pública*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, 1982.
- NETO, M. — *Os Lucros da Fome*. RJ, Achiamé, 1982.
- NETTO, A.R. — A Epidemiologia Social. *Rev. Medicina HCFMRP-USP e CARL* 17 (1 e 2) 29-33, 1984.
- — Pós-Graduação: estímulo ao pensamento criado? ou escolaridade para transmissão de conhecimento? *Ciência e Cultura*, 35(8), 1983.
- NOGUEIRA, R.P. — A Ideologia Médica Neoliberal. *Rev. Saúde em Debate* 15/16.
- NOWINSKI, A. — A importância da Biblioteca Hospitalar na Formação do Residente e a Participação da BIREME. *Residência Médica*, vol. 5 n° 1, 1983.
- NUNES, E. de O. — *A Aventura Sociológica*. RJ, Zahar Ed., 1978.
- OLIVEIRA, L.R. de — Saúde Materno-Infantil: visão crítica dos determinantes e dos programas assistenciais. *Rev. Saúde Pública*. São Paulo, 17:208-20, 1983.
- OLIVEIRA, N. — A Falácia dos Números: a realidade social no Brasil dos últimos 20 anos. *Cadernos do CEAS* (94): 16-28, 1984.
- OMS — Comité Mixto FAO/OMS de Expertos en Nutrición. Estratégias Alimentarias y Nutricionales en el desarrollo nacional. *Série de Informes Técnicos* n° 584, Genebra, 1976.
- OPAS — La Esperanza de vida al nacer en las Americas. *Boletín Epidemiológico* vol. 4(4), 1983.
- OPAS/OMS — Características de la mortalidad en la niñez. Datos seleccionados del libro. 1973.
- ORNELLAS, L. — *Técnica Dietética*. RJ, Ed. Letras e Artes, 1963.

PATARRA, I. — *Fome no Nordeste Brasileiro*. Ed. Marco Zero, RJ, 1982.

PIGNON, D. — La science et ses anti-héros. In: *Autrement* nº 12, Paris, février, 1978.

RAJS, D. — Notas sobre el manejo de la información cuantitativa en la investigación social aplicada a salud. Rio de Janeiro, *Saúde em Debate*, nº 3, abr./jun., 1977.

REVISTA Alimentação e Nutrição, ano I, nº I — agosto, 1980.

REVISTA Alimentação e Nutrição, anos II, III e IV.

REVISTA Encontros com a Civilização Brasileira. Ed. Civilização Brasileira, RJ, vol. III, nº 10, 1981.

REVISTA "Isto É". 10/8/83 e 14/9/83.

REVISTA "Saúde em Debate" — CEBES nº 3, 1977.

SAMPAIO, Y. et al. — Estado Nutricional e condições sócio-econômicas: o problema revisitado. *Rev. Saúde Públ.* São Paulo, 12:157-67, 1978.

SCHEPER-HUGHES, N. — Infant Mortality and infant care: cultural and economic constraints on nurturing in Northeast Brazil. *Social Science & Medicine* 19(5):535-546, 1984.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / DEPARTAMENTO GERAL DE SAÚDE PÚBLICA — Normas para o Programa de Suplementação Alimentar. RJ, junho de 1981. Mimeo.

SEPLAN/CNPq — II PBDCT — Ação Programada em Ciência e Tecnologia: Saúde e Nutrição. Brasília, Coordenação Editorial Brasília, 1982.

SOLÁ, J.E. — *Manual de Dietoterapia de las Enfermedades del Adulto*. Argentina, Ed. El Ateneo, 3ª ed., 1976.

SILVIA, M.G.R. — *Prática Médica: dominação e submissão. Uma análise institucional*. Zahar Editores, RJ, 1976.

SINGER, P. — *A Crise do "Milagre"*. RJ, Paz e Terra, 1977.

THIOLENT, M. — *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. SP, Ed. Polis, 1980.

VIACAVA, F. et. al. — *A Desnutrição no Brasil*, RJ, Ed. Vozes, 1983.

YUNES, J. — Características sócio-econômicas da Mortalidade Infantil em São Paulo. *Rev. Pediat.* São Paulo, 5:162-168, 1983.

YUNES, J. e RONCHEZEL, V.S.C. — Evolução da Mortalidade Geral, Infantil e Proporcional no Brasil. In: *Rev. Saúde Pública da USP*, São Paulo, 1974.

Anexo I — Distribuição regional dos cursos de nutrição no território nacional — 1982

Região Norte — 1 curso

- Universidade Federal do Pará — UFPA

Região Nordeste — 7 cursos

- Universidade Federal do Piauí — UFPI
- Universidade Estadual do Ceará — UECE
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN
- Universidade Federal da Paraíba — UFPB
- Universidade Federal de Pernambuco — UFPE
- Universidade Federal de Alagoas — UFAL
- Universidade Federal da Bahia — UFBA

Região Sudeste — 13 cursos

- Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ
- Universidade do Rio de Janeiro — UNI-RIO
- Universidade Federal Fluminense — UFF
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ
- Universidade Santa Úrsula — USU
- Universidade Federal de Viçosa — UFV
- Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP
- Universidade de São Paulo — USP

- Universidade de Mogi das Cruzes — UMC
- Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo — FSC
- Pontifícia Universidade Católica — Campinas
- Faculdade de Enfermagem — S.C. — Baurú
- Universidade Metodista de Piracicaba — UNIMEP

Região Centro-Oeste — 3 cursos

- Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT
- Universidade Federal de Goiás — UFGO
- Universidade de Brasília — UnB

Região Sul — 6 cursos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS
- Instituto Metodista de Educação e Cultura — IMEC
- Universidade Federal de Pelotas — UFPEL
- Fundação Integração e Desenvolvimento do Noroeste do Estado — FIDENE, IJUÍ/RS
- Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC
- Universidade Federal do Paraná — UFPR

Fonte: MEC/SESu. "Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição".

**Anexo II — Distribuição de participantes
no programa de disseminação seletiva
de informações sobre alimentação e nutrição
segundo regiões e especialidade**

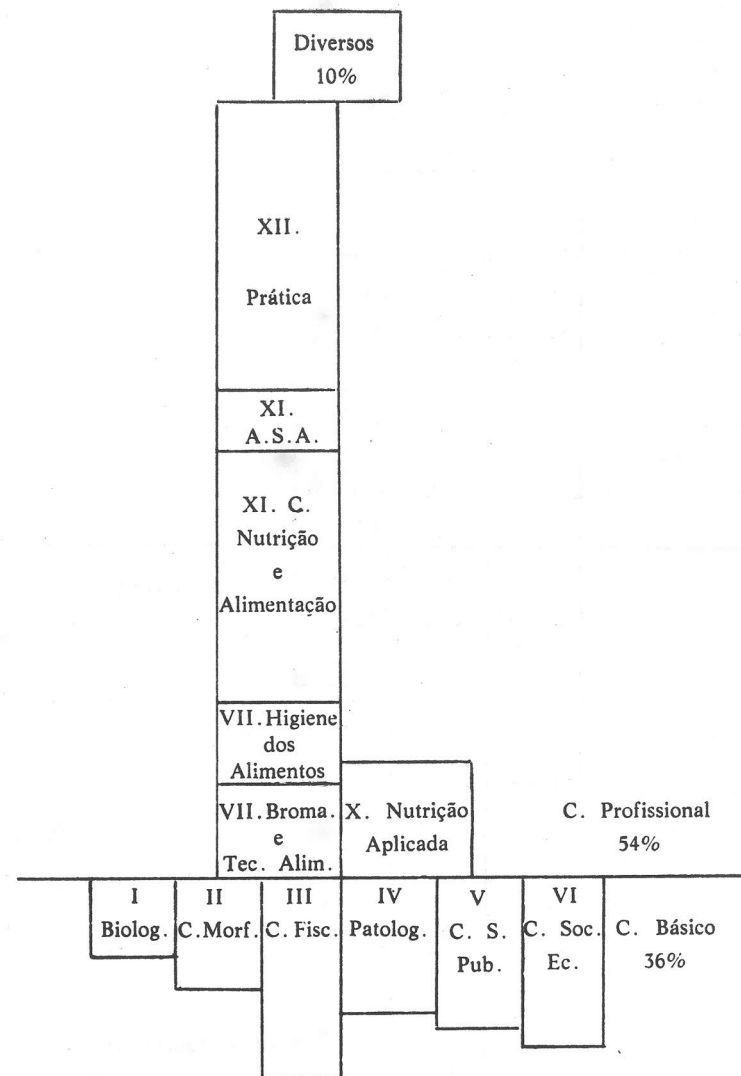
| REGIÃO | nº | % |
|--------------------|-----|-------|
| Norte | 20 | 3,89 |
| Nordeste | 114 | 22,17 |
| Centro-Oeste | 49 | 9,53 |
| Sudeste | 273 | 53,11 |
| Sul | 58 | 11,28 |
| TOTAL = 514 | | |

ESPECIALIDADE

| | | |
|------------------------|----|------|
| Autoridades | 12 | 2,33 |
| Anatomia patológica | 6 | 1,16 |
| Cirurgia especializada | 0 | 0 |
| Cirurgia geral | 2 | 0,38 |
| Citologia | 1 | 0,19 |
| Clínica médica | 12 | 2,33 |
| Dermatologia | 0 | 0 |
| Endocrinologia | 5 | 0,97 |
| Epidemiologia | 11 | 2,14 |
| Física médica | 0 | 0 |
| Gastroenterologia | 3 | 0,58 |
| Ginecologia | 0 | 0 |
| Hematologia | 1 | 0,19 |

| | | |
|------------------------|-----|-------|
| Imunologia | 1 | 0,19 |
| Imunoterapia | 0 | 0 |
| Mastologia | 0 | 0 |
| Medicina nuclear | 0 | 0 |
| Microscopia eletrônica | 0 | 0 |
| Neurologia | 0 | 0 |
| Obstetrícia | 2 | 0,38 |
| Odontologia | 1 | 0,19 |
| Oftalmologia | 0 | 0 |
| Ortopedia | 0 | 0 |
| Otorrinolaringologia | 0 | 0 |
| Patologia bucal | 1 | 0,19 |
| Patologia clínica | 3 | 0,58 |
| Pediatria | 36 | 7 |
| Pneumologia | 1 | 0,19 |
| Quimioterapia | 0 | 0 |
| Radiologia | 1 | 0,19 |
| Radioterapia | 0 | 0 |
| Urologia | 0 | 0 |
| Outra | 67 | 13,03 |
| Instituição | 24 | 4,66 |
| Nutrição | 324 | 63,03 |
| TOTAL = 514 | | |

Gráfico I — Currículo de graduação do C.F.E.
(II diagnóstico dos cursos)



Brasília, agosto, 1982

Gráfico II — SESU — MEC/MS — INAN/FEBRAN
 Diagnóstico nacional dos cursos de nutrição
 estudos do currículo de graduação
 esquematização das recomendações CEPANDAL

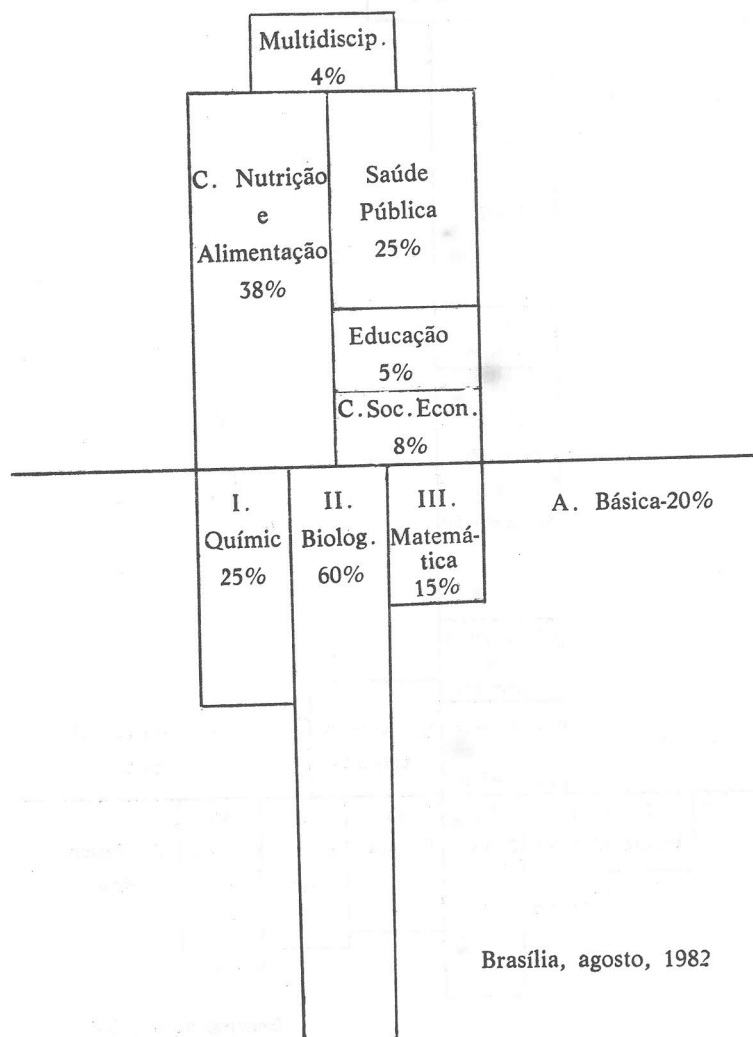
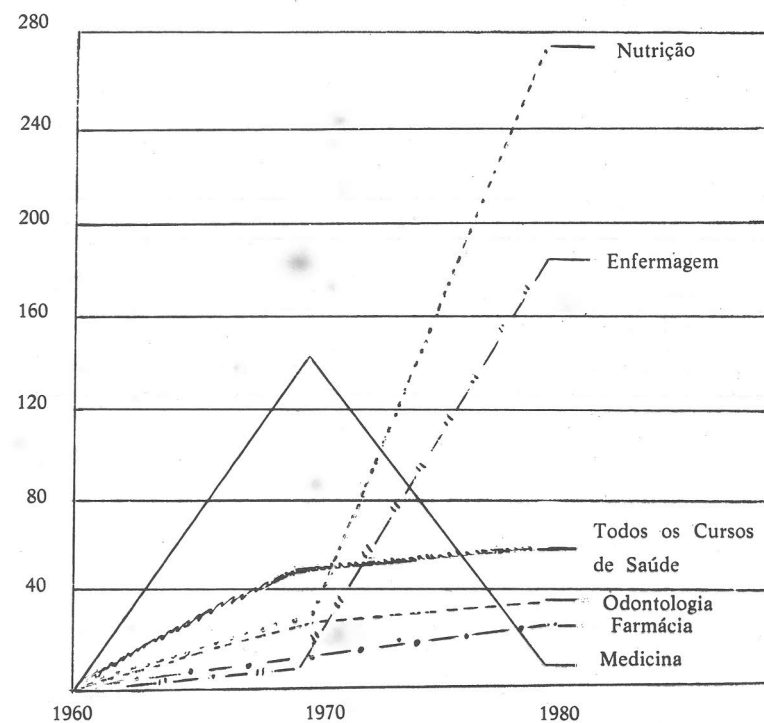


GRÁFICO III — Contribuição percentual do
 crescimento dos cursos na
 área de Saúde no Período 1960/1980



Fonte: MEC/SESU — 1982.

**Tabela I — Distribuição da bibliografia
levantada nos programas das disciplinas
dos cursos de nutrição no Brasil,
segundo os ciclos: básico e profissional**

| | Ciclo Básico | Ciclo Profissional | Total |
|----------------------------|--------------|--------------------|-------|
| Número de Obras | 679 | 501 | 1 180 |
| Participação Percentual | 57,5% | 42,5% | 100% |